



**Ana Carolina Brito Brandão**

**A Expulsão das Prostitutas do “Prédio da Caixa” na Cidade de Niterói: um estudo sobre a produção do espaço urbano e das relações de gênero e sexualidade**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Direito na PUC-Rio

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Thula Rafaela de Oliveira Pires  
Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Márcia Nina Bernardes

Rio de Janeiro  
Abril de 2015



**Ana Carolina Brito Brandão**

**A Expulsão das Prostitutas do “Prédio da Caixa” na Cidade de Niterói: um estudo sobre a produção do espaço urbano e das relações de gênero e sexualidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof.<sup>a</sup> Thula Rafaela de Oliveira Pires**

Orientadora

Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Márcia Nina Bernardes**

Co-orientadora

Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> María Elvira Díaz Benítez**

Departamento de Antropologia Social – Museu

Nacional- UFRJ

**Prof. Alexandre Fabiano Mendes**

Departamento de Direito – UERJ

**Prof.<sup>a</sup> Mônica Herz**

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2015.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

## **Ana Carolina Brito Brandão**

Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 2012 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

### Ficha Catalográfica

Brandão, Ana Carolina Brito.

A Expulsão das Prostitutas do “Prédio da Caixa” na Cidade de Niterói: um estudo sobre a produção do espaço urbano e das relações de gênero e sexualidade / Ana Carolina Brito Brandão; Orientadora: Thula Rafaela de Oliveira Pires – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2015.

140f; 30 cm

Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas.

1. Direito – teses. 2. Gênero. 3. Prostituição. 4. Sexualidade. 5. Espaço Urbano; 6. Direito à Cidade. I. Pires, Thula Rafaela de Oliveira. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD:340

## Agradecimentos

Ao Rafael, meu grande amor e companheiro. Quando penso em agradecê-lo inúmeras imagens vem à minha cabeça e não consigo colocar em palavras tudo o que ele é e fez por mim. A pessoa que esteve ao meu lado em cada passo que eu dei para cumprir este trabalho, mesmo quando ficamos a um oceano de distância. As leituras sinceras, os gestos de carinho, os sorrisos meigos, tudo foi essencial para me ajudar a finalizar essa etapa.

Às minhas orientadoras Thula Oliveira e Márcia Nina pela paciência e o incentivo a me jogar no universo desse tema ainda pouco explorado na nossa área, bem como pelas leituras e críticas fundamentais.

Às entrevistadas pela generosa disposição do tempo e a confiança para compartilhar suas histórias.

Às batalhadoras do Prédio da Caixa pela ousadia e coragem de produzir o dissenso. À Indianara Siqueira por toda a sua dedicação em dar visibilidade ao caso e denunciar as arbitrariedades.

À professora Denise Pini Fonseca por toda a sua dedicação à profissão. Pela disposição em me ajudar a traçar o caminho da pesquisa, fazer-me refletir sobre o tema escolhido, apresentar-me autores e livros, e por acreditar em mim.

Ao grupo de extensão Direitos em Movimento pelas reflexões coletivas sobre a cidade, por incentivar a aproximação das lutas concretas fora da academia e por tornar a vivência da pesquisa menos solitária.

Às/Aos amigas/os e familiares por me acolherem nas horas de aflição, por compreenderem as minhas ausências, bem como pelos momentos de alegria e descontração: Babu, Thi, Gláucia (mãe), Luiz Paulo (pai), Luiza, Dani, Leticia, Bárbara, Clarissa, Alexandre, Marina, Maíra, Thais, Gabi, Renato, Camilinha e Lucas. Aproveito para agradecer a eterna e amada equipe do Núcleo de Terras e Habitação, por unir afeto, luta, trabalho e amizade.

À Carmen e ao Anderson, pela paciência com as dúvidas desesperadas dos pós-graduandos e por toda a disposição em ajudar.

À PUC-Rio e CAPES, pelos auxílios e bolsas sem os quais nada disso teria sido possível.

## Resumo

Brandão, Ana Carolina Brito Brandão; Pires, Thula Rafaela de Oliveira. **A Expulsão das Prostitutas do “Prédio da Caixa” na Cidade de Niterói: um estudo sobre a produção do espaço urbano e das relações de gênero e sexualidade.** Rio de Janeiro, 2015. 140p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Essa pesquisa aborda a produção do espaço urbano e a constituição do gênero. O objetivo é perceber como o regime regulatório sobre as mulheres na formação das cidades modernas se reatualiza, contemporaneamente, através de políticas urbanas voltadas para o planejamento estratégico, numa lógica de “governamentalidade” empresarial. No primeiro capítulo, apresenta-se um caso emblemático ocorrido em um histórico edifício de prostituição, na cidade de Niterói, em que dezenas de trabalhadoras sexuais foram expulsas, violentamente, depois de anunciada uma grande intervenção urbanística na área. Das inúmeras fontes utilizadas na reconstrução dessa história, destaca-se o depoimento de uma das mulheres expulsas do prédio. O segundo capítulo fará uma retomada dos discursos sobre o planejamento moderno, mostrando como os estudos médico-científicos sobre o “perigo” da prostituição desembocaram em políticas de controle sobre a sexualidade das mulheres, ao passo que a própria concepção do espaço urbano como abstrato e neutro busca esvaziá-lo de desejo e afeto, atributos historicamente associados ao corpo feminino. Posteriormente, observa-se como isso é cotejado, atualmente, no contexto em que as cidades se tornam fontes de grande lucratividade e competem entre si por meio da introjeção de técnicas de gestão empresarial no planejamento urbano. O terceiro capítulo apresenta um panorama da luta do movimento organizado de prostitutas, sua agenda política e como o Estado tem respondido a isso, mostrando o impasse da concretização de reivindicações históricas em razão dessa lógica de gestão do espaço urbano.

## Palavras-chaves

Gênero; Prostituição; Sexualidade; Espaço Urbano; Direito à Cidade.

## Abstract

Brandão, Ana Carolina Brito; Pires, Thula Rafaela de Oliveira (Advisor). **The eviction of the prostitutes from the “Prédio da Caixa” in the City of Niterói: a study on the production of urban space and gender and sexuality relations.** Rio de Janeiro, 2015. 140p. MSc. Dissertation – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research approaches the production of urban space and the constitution of gender. The goal is to understand how the regulatory regime on women in the formation of modern cities renews, contemporary, through urban policies for strategic planning, in a logic of "governmentality" business. The first chapter presents an emblematic case in a historic building of prostitution in the city of Niterói, where dozens of sex workers were expelled violently after announced a major urban intervention in the area. Of the many sources used in the reconstruction of this story, there is the testimony of one of the women expelled from the building. The second chapter will make a recapture of discourses on modern planning, showing how the medical-scientific studies about the "danger" of prostitution culminated in control policies on women's sexuality, while the conception of urban space as an abstract and neutral search emptying it of desire and affection, attributes historically associated with the female body. Later, we see how it is compared, currently, in the context in which cities become great sources of profitability and compete through the internalization of business management techniques in urban planning. The third chapter provides an overview of the struggle of organized movement of prostitutes, their political agenda and how the state has responded to this, showing the impasses of achieving historical claims due to the management logic of urban space.

## Keywords

Gender; Prostitution; Sexuality; Urban Space; Right to the city.

# Sumário

1 Introdução	8
2 Niterói em tempos de refuncionalização	18
2.1 O Testemunho	18
2.2 A Operação Urbana Consorciada da Área Central de Niterói	23
2.3 O Prédio da Caixa	35
3 A Cidade e o seu sujeito	48
3.1 Modernização X Prostituição	48
3.2 O Planejamento Urbano como Discurso Científico	59
3.3 O Planejamento Urbano e os Lugares de Prostituição	71
3.4 A Gestão Empresarial Urbana e o Planejamento Estratégico	79
3.5 A Cidade e a Produção de Sujeitos	83
4 A Situação Político-Jurídica das Prostitutas	88
4.1 As Lutas das Prostitutas por Direitos	88
4.2 Acepções sobre Prostituição e as Posições Feministas	101
5 Considerações Finais	115
6 Referências Bibliográficas	122
7 Anexos	134

# 1

## Introdução

Essa pesquisa tem por objetivo perceber a implicação mútua da produção do espaço urbano e as relações de gênero. O gênero, neste trabalho, é entendido como performatividade, um conceito de Judith Butler,<sup>1</sup> para denominar o aparato de normas e discursos lineares sobre o corpo, o desejo, a sexualidade, o comportamento social e o sexo, que produz subjetividades, assim como constrange a produção naturalizada do binarismo “masculino” e “feminino” baseada na relação heterossexual.

Para a geógrafa Doreen Massey, “o controle espacial, seja reforçado pelo poder da convenção ou simbolismo, seja através da ameaça da violência, pode ser elemento fundamental na constituição do gênero, nas suas (altamente variadas) formas”<sup>2</sup>, tendo em vista que o espaço, apesar da sua dimensão material-concreta, não é uma forma geométrica fixa, absoluta, autônoma e atemporal, onde os fenômenos da vida se desenvolvem e se espalham<sup>3</sup>. O espaço constitui e é constituído pelas relações sociais, econômicas e de poder, por isso, problematizá-lo na perspectiva de gênero importa para perceber em que medida práticas e noções de normalização dos papéis dominantes dos sexos são articuladas na construção das cidades e interferem na concretização de direitos.

Desde a década de 70, o direito à cidade se tornou um tema privilegiado tanto nas esferas institucionais nacionais e internacionais, como também nos movimentos sociais, nas organizações não governamentais, nas universidades, etc. A conceituação e normatização do direito à cidade partem de uma reflexão da progressiva urbanização do mundo, entendendo que todo o modo de produção das

---

<sup>1</sup> BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. New York and London: Routledge, 2004, p. 42.

BUTLER, Judith. BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G.L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.151-172.

<sup>2</sup> Tradução nossa. “In general terms what is clear is that spatial control, whether enforced through the power of convention or symbolism, or through the straightforward threat of violence, can be a fundamental element in the constitution of gender in its (highly varied) forms”. MASSEY, Doreen. *Space, Place and Gender*. Minneapolis:University of Minnesota Press, 1994.

<sup>33</sup> Para definições de espaço social, ver: LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991. ; MASSEY, Doreen. *Space, Place and Gender*. Minneapolis:University of Minnesota Press, 1994.

condições materiais de existência, bem como as concepções teóricas e filosóficas da sociedade contemporânea são filtrados e resignificados pelo urbano<sup>4</sup>. Esta constatação foi reafirmada ao longo dos anos, podendo ser observada pela recorrente preocupação sobre a disposição da matéria em documentos e tratados internacionais de cooperação entre os Estados-nação<sup>5</sup>.

Em 2010, a Plataforma Dhesca Brasil<sup>6</sup> (Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) divulgou uma cartilha denominada “Direito Humano à Cidade” que apresentou dados afirmando que atualmente mais da metade da população mundial mora em áreas urbanas, isto é, aproximadamente 3,3 bilhões de pessoas. Há previsão que a taxa de urbanização do mundo atinja 65% no ano de 2050. A partir daí, vê-se que o tema é central para compreender a contemporaneidade e as questões sociais, culturais e econômicas que a percorrem, sendo necessário pensar o direito à cidade na sua complexidade e interdependência com os outros direitos. Na realidade, trata-se de compreender “os direitos no sentido urbano”<sup>7</sup>.

O “direito à cidade” foi concebido teoricamente pelo filósofo francês Henri Lefebvre na sua obra “Le droit à la Ville” publicado no ano de 1968. No livro “A Revolução Urbana”, o autor resume o significado do direito à cidade afirmando ser o “direito a não ser excluído da centralidade e de seu movimento”. Isto significa não ser privado da condição de sujeito da construção da própria cidade, garantindo ao cidadão o direito de criação e fruição (apropriação) do

<sup>4</sup> LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

<sup>5</sup> O primeiro documento internacional criado a respeito do direito à cidade foi a Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Urbanos (1976), elaborado na I Conferência da ONU sobre o Habitat. Nele os governos se comprometeram a, junto à sociedade civil, gerir os riscos sociais e ambientais derivados da crescente urbanização dos países envolvidos. Em 1996, na ocasião da Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat II), os países presente reafirmaram seus compromissos, enfatizando o “desenvolvimento urbano sustentável”. Para saber mais sobre tratados internacionais de cooperação, os quais o Brasil é signatário, ver Plano Provisório apresentado à Plataforma Dhesca por Alexandre F. Mendes para candidatura ao cargo de Relator Nacional do Direito Humano à Cidade. [http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2012/05/projeto\\_definitivo\\_alexandre\\_mendes.pdf](http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2012/05/projeto_definitivo_alexandre_mendes.pdf) Último acesso: 24/02/2015

<sup>6</sup> “A Plataforma Dhesca Brasil surgiu como um capítulo da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD), que se articula desde os anos 1990 para promover a troca de experiências e a soma de esforços na luta pela implementação dos direitos humanos, integrando organizações da sociedade civil de diversos países, em especial do Peru, Equador, Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Venezuela”. Disponível em: [http://www.dhescabrasil.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=109&Itemid=10](http://www.dhescabrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=109&Itemid=10)

<sup>6</sup>

<sup>7</sup> Cartilha Direito Humano à Cidade. Plataforma Dhesca Brasil. 2010. Disponível em [www.dhescabrasil.org.br](http://www.dhescabrasil.org.br).

espaço social<sup>8</sup>. Essa conceituação do direito à cidade o situa como espaço fundamental da política, das lutas e dos conflitos, onde os sujeitos formulam suas demandas, produzem as diferenças e elaboram seus desejos. O conceito de direito à cidade de Lefebvre foi muito importante para a formulação de um direito à cidade de uma perspectiva feminista, segundo os estudos de Ana Milena Montoya<sup>9</sup> e Paula Pérez Sanz<sup>10</sup>. As considerações sobre “subjetividade” e “experiência” para analisar a cidade são fundamentais para questionar a noção unitária de cidadania e cidadão que se tem tradicionalmente. As autoras propõe a superação de modelos idealizados de convivência (como o urbanismo funcionalista) - que pressupõem cidadãos homogêneos – sob os quais se ocultam diferenças sociais significativas. O foco na subjetividade e na diferença são chaves na discussão sobre o gênero porque apontam vivências, desejos e percepções distintas no contexto da cidade, indicando que tampouco existe um conceito de mulher unitário capaz de dar conta das múltiplas realidades vividas no espaço, sendo assim, complicado formular um direito à cidade na perspectiva de gênero que seja conceitualmente fechado.

De acordo com Paula Perez Sanz, desde os anos 60 as geógrafas feministas, como Doreen Massey e Linda McDowell, passaram a sinalizar a carência de estudos sobre o espaço desde uma perspectiva de gênero, problematizando o planejamento funcionalista urbano organizado em torno de conceitos universalizantes derivados do pensamento racionalista<sup>11</sup>. As décadas de 1980 e 1990 propiciaram uma alavancada dos estudos que relacionavam as conceituações de gênero e espaço. As primeiras análises se voltaram para identificar os motivos pelos quais a mulher não era uma referência relevante nas políticas urbanas e havia pouca participação do gênero feminino na definição e proposição dos planejamentos das cidades<sup>12</sup>. Além disso, em razão de, ainda hoje,

<sup>8</sup> TELÉSFORO, João. *Henri Lefebvre, o inventor do direito à cidade*. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blogdascidades/2011/07/25/henri-lefebvre-inventor-do-direito-a-cidade/>

<sup>9</sup> MONTTOYA, Ana Milena. *Mujeres, derecho y ciudad: apuntes para la construcción de un estado del arte desde el pensamiento y la teoría feminista*. Revista Territorios 27, Bogotá, 2012, p.105-143.

<sup>10</sup> PÉREZ SANZ, Paula. *Reformulando la noción de 'Derecho a la Ciudad' desde una perspectiva feminista*. ENCRUCIJADAS. Revista Crítica de Ciencias Sociales. Salamanca (Espanha), Nº5, 2013, p.92-105.

<sup>11</sup> Ibid. p.97.

<sup>12</sup> MONTTOYA, Ana Milena. *Mujeres, derecho y ciudad: apuntes para la construcción de un estado del arte desde el pensamiento y la teoría feminista*. Revista Territorios 27, Bogotá, 2012, p

as mulheres serem as maiores responsáveis pelas tarefas ligadas à vida reprodutiva, houve bastante interesse em apreender como a precariedade dos serviços públicos e infraestrutura urbana – questões ligadas à falta de água, saneamento, posto de saúde e moradia – afetavam suas vidas. Segundo Paula Perez Sanz, essas reflexões são marcadas pelo avanço das tendências neoliberais de sucateamento das políticas de bem-estar, e em razão disso há o aumento da participação das mulheres em movimentos sociais urbanos e organizações comunitárias, construindo redes de solidariedade nos bairros em oposição à especulação imobiliária<sup>13</sup>.

Recentemente, um dos palcos de intensificação da especulação imobiliária é a cidade de Niterói que, no final de 2013, aprovou um projeto de “revitalização” da área central através de uma operação urbana consorciada, que prevê uma parceria público-privada e alterações nos padrões urbanísticos para “modernizar a região”. Desde o início da sua formulação, a proposta recebeu diversas críticas em razão da falta de transparência e participação dos diferentes setores da população da cidade, bem como pela indefinição dos impactos socioeconômicos.

O primeiro capítulo apresenta um estudo de caso em que essas problemáticas apresentadas se manifestam. Em abril de 2014, os protestos das trabalhadoras sexuais de um tradicional ponto na cidade de Niterói, o imóvel conhecido como “Prédio da Caixa”, tiveram significativo destaque nas páginas de noticiários de grande circulação. As prostitutas reivindicavam o direito ao trabalho e alegavam que estavam sofrendo perseguição por alugarem apartamentos, onde atendiam seus clientes, nesse prédio localizado à Avenida Ernani Amaral Peixoto, n. 327, no centro de Niterói, uma das principais vias da cidade. Ao lado do prédio há um terreno da Justiça Federal do Rio de Janeiro, doado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU)<sup>14</sup>, para a construção de uma subseção do poder judiciário em Niterói. Trata-se de um processo que tramita há tempos, mas só em 2012 que o prefeito requereu à Câmara Municipal, através da mensagem executiva do projeto de lei 0000147/2012, o aumento do potencial de construção daquela área, uma vez que a legislação previa o máximo de dez

---

108.

<sup>13</sup> PÉREZ SANZ, Paula. *Reformulando la noción de ‘Derecho a la Ciudad’ desde una perspectiva feminista*. ENCRUCIJADAS. Revista Crítica de Ciencias Sociales. Salamanca (Espanha), Nº5, 2013, p.96.

<sup>14</sup> LETIERI, Rebeca e VIDAL, Raísa. *Estupro Social*. Postagem do dia 23 de dezembro de 2014. <http://afastaestecalese.com/2014/12/23/estupro-social/> Último acesso: 24/02/2015

andares e o prédio do judiciário precisava de dezoito andares. Esse projeto integra a pretensão de construir um “corredor do judiciário”, pois naquela mesma Avenida existem os prédios das justiças do Estado, do Trabalho, a Câmara Municipal de Niterói e a OAB.

O início das manifestações foi motivado pela prisão de duas prostitutas que foram levadas ao Complexo Penitenciário de Bangu sob a tipificação do artigo 229 do Código Penal, que penaliza o ato de “Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente”. No entanto, mesmo após a soltura das duas mulheres, o clima de tensão permaneceu e culminou na expulsão brutal de todas as cerca de quatrocentas mulheres que ali trabalhavam, através de agressões físicas e verbais por parte de policiais, bem como pela interdição parcial (apenas dos andares que elas ocupavam) do prédio pelo Delegado da 76ª DP.

A proposta inicial da pesquisa envolvia a realização de um trabalho de campo com as trabalhadoras sexuais do Prédio da Caixa através de entrevistas semiestruturadas, isto é, formadas a partir de algumas perguntas selecionadas com abertura para eventuais questões que surgissem no diálogo com elas. Desta forma, foi montado um roteiro amplo que pudesse abarcar os diferentes tipos de realidades e vivências das mulheres que ali trabalhavam, podendo variar em razão de maior ou menor envolvimento na organização dos atos políticos e no contato com as redes e esferas institucionais (pode-se ver o roteiro em anexo). Pelo fato deste grupo social ser fortemente discriminado e criminalizado, sabia-se da dificuldade de conseguir reunir um grande número de pessoas para serem entrevistadas, portanto não era determinante o critério de “exaurir” todo o campo pesquisado. Pretendia-se atender a um aspecto mais qualitativo de aproximação de um grupo pouco visibilizado na história da construção das cidades. No entanto, em razão das ações truculentas da polícia no Prédio da Caixa<sup>15</sup>, bem como das ameaças que uma delas passou a sofrer depois da denúncia que fez sobre os acontecimentos na audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a realização dos contatos necessários para essa tarefa ficou comprometida.

---

<sup>15</sup> Disponível em: [http://www.vice.com/pt\\_br/read/esta-prostituta-foi-roubada-estuprada-e-despejada-por-policiais-em-niteroi](http://www.vice.com/pt_br/read/esta-prostituta-foi-roubada-estuprada-e-despejada-por-policiais-em-niteroi) Último acesso: 22/02/2014

Foram, então, realizadas três entrevistas, uma com a defensora pública que passou a fazer a defesa jurídica das prostitutas, pelo Núcleo Especial de Defesa dos Direitos das Mulheres Vítima de Violência (NUDEM), depois da operação policial; outra com uma ativista que acompanhou o caso através de uma organização não governamental que atua na promoção e proteção dos direitos das prostitutas e a terceira com uma prostituta que passou a receber ameaças depois da audiência pública. Todas ressaltaram a dificuldade de reunir as mulheres do Prédio da Caixa pelo clima de insegurança e medo instaurado a partir das agressões e ameaças que sofreram. Além disso, as prostitutas tiveram que refazer as suas vidas e procurar outros locais de trabalho, o que fez com que se dispersassem para outras partes do Rio de Janeiro e, até mesmo, outros estados. Tendo em vista, então, o receio de novas retaliações e a dispersão como necessidade de encontrar trabalho e se proteger, optou-se por não insistir em realizar os encontros anteriormente previstos para a realização das entrevistas por questões de segurança das mulheres.

A entrevista com a prostituta que sofreu ameaças após a audiência pública foi possível porque, em primeiro lugar, ela tem recebido apoio de organizações não governamentais e, por isso, a realização desse contato foi facilitada. Em segundo lugar, pelo fato de terem sido frustradas as tentativas de entrar nos programas de proteção a testemunhas ou a defensores de direitos humanos, oferecidos pelos governos estadual e federal, a sua forma de segurança passou a ser contar a sua história para o maior número de pessoas e espaços, esperando a solidariedade e empatia nesses diálogos.

Por tudo isso, deve-se destacar que o primeiro capítulo se inicia com o testemunho de uma sobrevivente do Prédio da Caixa. O gênero testemunhal<sup>16</sup> é uma ferramenta epistêmica utilizada, principalmente, a partir da década de 1970 pelos estudos subalternos com o intuito de trazer para a produção e reflexão acadêmica a versão dos acontecimentos históricos em que atores sociais envolvidos foram silenciados pelos poderes hegemônicos, cujas vivências não entraram para a “história oficial”. Por meio disso, não se pretende encontrar uma

---

<sup>16</sup> BEVERLEY, John. *Subalternidad y testimonio. En diálogo con Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la consciencia, de Elizabeth Burgos (com Rigoberta Menchú)*. Nueva Sociedad n. 238, marzo-abril de 2012, ISSN: 0251-3552, [www.nuso.org](http://www.nuso.org)  
BEVERLEY, John. *La persistencia del subalterno*. Revista Iberoamericana, Vol. LXIX, n. 203, Abril-Junio 2003, 335-342.

narrativa objetiva de uma “informante nativa”, que dali se possa extrair a verdade através de mecanismos de verificação próprios da ciência, mas abrir o espaço para um relato que envolve desejos e subjetividades produzidos no interior das lutas protagonizadas. John Beverly, um dos expoentes dos estudos subalternos latino-americanos, nos aclara que o testemunho não deve servir ao intelectual apenas como prova para instruir a sua tese, pois há na sua proposta a necessidade de estabelecer uma relação diferente com o Outro, em que este não seja visto apenas como objeto de estudos ou receptor das políticas dominantes, mas alguém que está em ação e que também produz discursos. O testemunho é capaz de nos fazer deparar com situações éticas e políticas ao quais não estamos acostumados, e nos propõe uma nova forma de nos relacionar com o Outro e de agir politicamente. John Berveley defende que não há uma única narrativa sobre as facticidades sociais que possa garantir a verdade da representação. Não há essência anterior à representação, mas consequências das lutas por representação. Os discursos institucionalizados – as ciências, a história, a lei, dentre outros – não são neutros, e produzem condições de subalternidade que são apresentados pelo testemunho. Dessa maneira, ele entende que o testemunho é uma narrativa com autoridade própria capaz de negociar suas condições de verdade e representatividade.

O primeiro capítulo segue com a apresentação da Operação Urbana Consorciada, sua previsão legal, seus objetivos e funcionalidades, as principais intervenções urbanísticas previstas para a área, as questões que sua aprovação suscitou e a relação com os episódios do Prédio da Caixa. Após, reconstroem-se os principais momentos de luta das trabalhadoras sexuais, as articulações e redes que construíram em torno do direito de permanecer no Prédio e nas denúncias dos abusos que sofreram no processo de resistência.

A partir desse caso, busca-se refletir as condições de acesso e apropriação do espaço urbano por mulheres que vivem da prostituição. Para Elisabeth Wilson, se nos últimos anos as reflexões sobre a relação entre a mulher e a cidade têm sido guiadas pela preocupação de fazer o espaço urbano mais seguro e confortável a elas, partindo de críticas feministas à violência sexista, à precariedade dos serviços, a dicotomia público e privado (sendo aquele historicamente mais valorizado, atraindo mais atenção e recursos dos poderes instituídos), dentre outras variáveis que reduzem a mobilidade e participação delas na vida urbana; isto deve ser considerado um significativo giro de percepção, pois no período

industrial, devido à intensificação da divisão público/privado, a circulação de mulheres nas ruas e nos espaços públicos era razão para inúmeros discursos de conteúdo moralizante e regulatório sobre seus corpos, que partiam de reformadores e filantropistas<sup>17</sup>.

Esse é o tema que introduz o segundo capítulo dessa pesquisa, isto é, a construção de discursos, a partir de meados do século XIX, em torno do “papel natural” da mulher atrelado à vida doméstica, que a submetia às tarefas relacionadas aos cuidados com a família e ao lar e, por conseguinte, restringia sua circulação nas ruas e participação na esfera pública. A figura da prostituta era uma ameaça a esse modelo e, por isso, proliferaram-se políticas de contenção e controle sobre elas, justificados a partir da necessidade de purificar o espaço urbano de hábitos imorais e anti-higiênicos. Na Europa, as teorias médico-científicas que sustentaram políticas eugenistas e higienistas estavam fortemente atreladas ao imperialismo da modernidade industrial ocidental. No Brasil, de acordo com Margareth Rago<sup>18</sup>, o modelo vitoriano do feminino e do disciplinamento do doméstico foi entusiasticamente assimilado pelos administradores, médicos e sanitaristas da nascente república com o intuito de modernizar as cidades, disciplinar os trabalhadores e construir uma nação forte. Na segunda parte, com a colaboração dos estudos de Henri Lefebvre, perceber-se-á como a organização do espaço urbano capitalista produz e reproduz esses códigos morais hegemônicos através da separação do público e privado, bem como da redução das diferenças e singularidade em favor do abstrato/impessoal. Na terceira parte desse capítulo, através dos estudos do geógrafo britânico Phil Hubbard, far-se-á um balanço sobre a integração das prostitutas nas cidades ocidentais contemporâneas, tendo vista o discurso da diversidade sexual proclamada pelas democracias liberais. Não obstante os debates em torno do direito à cidade sob uma perspectiva de gênero, as políticas urbanas reificam práticas regulatórias dos papéis de gênero ao atrelar às concepções de “modernização” e “comunidade segura” a reatualização de ações de contenção, exclusão e vigilância das prostitutas. Essa prática é perceptível no atual planejamento estratégico das cidades, em que a incorporação de técnicas de gestão

---

<sup>17</sup> WILSON, Elisabeth. “The Invisible Flaneur”. In: *The Contradictions of Culture: cities, culture, women*. London: SAGE Publications, 2001, p. 73.

<sup>18</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

empresarial tornam cada vez mais central a promoção da imagem de um ambiente higienizado, seguro e promissor para garantir a lucratividade aos investidores privados. Neste interim, a integração e promoção da cidadania das prostitutas ficam comprometidas, uma vez que elas são alvo de remoção na “limpeza urbana” para os referidos fins.

O terceiro capítulo contempla o histórico de formação das organizações e redes de prostitutas a partir da década de 1980 no Brasil, apresentando as suas principais motivações, demandas e conquistas no âmbito das políticas públicas. Em seguida, realiza-se um panorama da situação jurídico-política das prostitutas, observando os temas que levantam controvérsia tanto nas esferas institucionais como nos movimentos feministas organizados, principalmente no que concerne às categorias de exploração sexual e autonomia. Esses debates povoam o polêmico artigo 229 do Código Penal que, não obstante o reconhecimento da prostituição como profissão na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho, criminaliza os mantenedores dos estabelecimentos em que o serviço sexual se realiza, sendo acionado nos principais momentos que o poder público deseja afastar a prostituição para melhorar a imagem da cidade.

Sabe-se que há um enorme debate sobre qual o melhor termo para designar a mulher que trabalha com a comercialização de serviços sexuais: profissional do sexo, trabalhadoras do sexo, trabalhadora sexual, prostituta, puta, etc. O uso do termo “profissional do sexo” abarca diferentes tipos de trabalhos e realidades, como “acompanhantes”, “michê”, “garota de programa”, dentre outros, por isso consideramos mais abrangente e acaba por não tocar diretamente o contexto das mulheres que aqui relatamos. O movimento latino-americano adota o uso do termo “trabalhadora sexual” para marcar a pauta da profissionalização<sup>19</sup>. A Rede Brasileira de Prostitutas já foi adepta ao termo “trabalhadoras do sexo” para indicar que se trata de uma atividade rentável como outra qualquer. No entanto, a própria, desde 2008, vem abrindo espaço para o uso dos termos “puta” ou “prostituta” como postura política de enfrentamento e construção de uma identidade<sup>20</sup>. Neste trabalho, vamos variar entre o uso do termo “trabalhadora

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.redtrasex.org/> Último acesso: 24/02/2015.

<sup>20</sup> OLIVAR, José Miguel. O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais em universos de prostituição feminina em Porto Alegre. In: *Teoria e Sociedade* nº 15.2 – julho dezembro de 2007[2009]: 108-137.. p. 124

sexual” e “prostituta”, porque entendemos que o primeiro remete a uma reivindicação histórica de reconhecimento da prostituição como trabalho; a segunda designação é recorrente nas falas políticas das mulheres do Prédio da Caixa, está relacionada à luta pelos direitos sexuais e também aciona o recorte de gênero que essa pesquisa objetiva.

Refletir sobre a produção do espaço na perspectiva de gênero ainda é pouco abordado no contexto brasileiro, principalmente na área do Direito, por isso esse trabalho tem necessariamente um caráter interdisciplinar. As relações entre espaço, gênero e sexualidade são tratadas, no Brasil, sobretudo pela geografia feminista/*queer*, a arquitetura e o urbanismo. O escopo desse trabalho é contribuir para ampliar esse debate no Direito, levantando a problemática sobre o direito das mulheres à cidade a partir dos conflitos expostos na luta concreta do caso empírico estudado.

## 2

## Niterói em tempos de refuncionalização

### 2.1

### O Testemunho

Foi em Maio. Eles começaram acho que em Março. [...] Esse ano que eles começaram. Eu nunca acreditei. Eu só acredito hoje, na realidade. Porque batidas no prédio sempre teve. Tipo assim, de ter batida e ficar dois dias fechado. Quando eu vi que teve batida que passou de uma semana o prédio fechado, eu comecei a ver que a coisa era mais séria do que costumava a ser ultimamente. E conforme foram acontecendo as coisas, assim, de eu ser sequestrada, dos policiais me seguirem, de tudo que aconteceu, que eu vi que realmente era uma coisa além do que eu achava que era. Que eu achava que era junto com que outras achavam que era. Todo mundo, na realidade, tinha a expectativa de que era “lero lero”. Tipo assim, eles falavam que tinha um interesse imobiliário ali muito grande, de remoção, essas coisas assim, mas ninguém acreditava. Porque era o que sempre rolou de assunto. Já rolou “n” assuntos lá, de que lá ia ser comprado por uma imobiliária que ia renovar o prédio para poder fazer um prédio residencial. De que lá seria comprado pela Justiça Federal porque do lado está construindo um prédio do Poder Judiciário. Então, já tinham falado muita coisa. Só que a realidade é que até hoje a gente não sabe por que teve a remoção. Porque ninguém foi notificado, ninguém foi orientado, ninguém sabe de nada. Foi todo mundo expulso, brutalmente. Todo mundo preso. Então, hoje, assim, para mim, eu vejo que realmente foi uma realidade, mas que eu acho que foi muito interesse imobiliário em tirar as prostitutas dali. Uma questão moral também de não querer ver prostituta do lado de um prédio que está construindo da Justiça Federal. [...] Parece que muita gente ali tá recebendo proposta de venda do imóvel. Assim, por um preço que dizem que o lugar que vai comprar aquilo ali, depois uma sala ali, vai estar valendo 400 mil reais. E dizem que eles estão oferecendo 100 mil... Então, tipo assim, por um apartamento que as pessoas compraram por 50 mil. Então quem recebe uma proposta de 100 mil é muito dinheiro, entendeu? No caso dessa moradora mesmo que denuncia a gente, ela comprou apartamento por 35 mil. Barato. Na Amaral Peixoto, entendeu? Barato. É um apartamento barato, então se ela comprou por 35 mil, e alguém oferece uma oferta de 100 mil, ela vai ter valorizado muito o imóvel dela. E dizem que é isso que está acontecendo. [...]O centro ali, porque ali é bem centro. Povão mesmo. Só que é também tipo uma área nobre de Niterói. Então pela renovação urbana, pelo fato de estar construindo um prédio da Justiça Federal do lado, preconceito, as pessoas da Caixa Econômica Federal embaixo é... Tipo assim... Tem inúmeras denúncias da Caixa Econômica contra a prostituição... Contra as prostitutas... Então foi tipo um conjunto, entendeu... A renovação urbana ajudou. Mas foi um conjunto de denúncias. [...]Moralista, negativa, de preconceito. Isso com certeza. O que mais pesa...

Residencial pode. Prostituição não. Nem ali nem na frente do prédio. Foi proibido. [...] Tinha salão de beleza, depósito, pensão, loja de roupa. Tudo. [...]Da sobreloja até o quarto andar eram esses tipos de comércio. Prostituição, pensão, tudo isso... Da sobreloja até o quarto andar não pode abrir nenhuma sala. Até hoje. Nada que seja ligado a isso. Só foi liberado agora para abrir residencialmente. Só isso. Não pode subir com homem e nem nada. Só residência.

Os moradores. O próprio boca a boca. Ficam tudo de olho, sabe. A mulher que fez a denúncia que, tipo assim, ia inúmeras vezes lá, que persistiu mesmo, essa mulher tem tipo uma “rede” no prédio. Porque é um condomínio... Um prédio de doze andares. Mora muita gente lá dentro. Muita gente mesmo. Então acaba que aqueles que não apoiam a prostituição se unem para poder ficar perseguindo as prostitutas. Então quando uma mulher sobe com um homem, eles já estão ligados que não é um namorado, é um cliente. E aí começa a perseguição. Eles têm controle, querendo ou não. Funcionário do elevador, zelador...

(...) o mais tradicional de Niterói, São Gonçalo, de lá. Daquela região ali. Não tem nada mais conhecido que o prédio da Caixa. Tem 45 anos de prostituição naquele prédio. [...] Há vinte anos... Pessoal, assim, cabelereiro... Pessoal de pensão. Prostitutas. Estavam lá há vários anos. Eu conheço uma prostituta que trabalhava lá há 18 anos. [...] Era um prédio em que tinha uma senhora que era prostituta, e que ela fazia prostituição na rua. E ela começou a atender na casa dela. Daí ela começou a chamar as amigas para poderem atender também. E aí começou a serem alugados os apartamentos e virar um local de prostituição. E foi se tornando muito famoso. Tanto que até hoje, assim, se alguma... Não pode porque é proibido... Mas se alguma prostituta parar na porta do prédio, ela trabalha... Porque é um local que chama homem... Porque por mais que tenha sido um caso emblemático, que saiu na mídia, não é todo mundo que sabe.

Então muitos homens vão até lá hoje ou até os que sabem mesmo voltam achando que reabriu. Porque o prédio já fechou várias vezes. Então muitos ficam na esperança que reabriu, ou que vai reabrir, e voltam. É um prédio muito conhecido, de verdade.

Eu já trabalho lá desde os 18 anos. Só que eu sempre viajei muito. Então, eu ia lá e me prostituía uns 4/ 5 meses lá, um ano... Aí viajava. Aí quando estava no Rio, ia lá ficava uma semana. Eu fiquei lá ano retrasado um ano inteiro direto, fui para Belo Horizonte, e fiquei dois anos assim de ida e volta de BH-Rio. Aí Niterói-BH. E esse ano resolvi vir de vez em Janeiro, foi quando eu fiquei de vez em Niterói. Mas eu já trabalho lá há 9 anos. De idas e vindas.

No meio, na Amaral Peixoto. Então, mas todos os lugares no Brasil que têm boate, puteiro, é assim, são em locais perto de aeroportos, rodoviária, lugar de transporte mesmo, com rotatividade de pessoas.

Ali não existia quem morasse unicamente no apartamento de prostituição. Existia quem fazia igual a mim, dormia de segunda à sexta, e sexta-feira ia embora. Não usava ali para moradia de segunda à segunda. Existia quem usava de moradia de segunda à sexta porque a maioria das mulheres que trabalhava lá eram de outras cidades... Baixada, do Rio... Então não tinha como ir embora todo dia. Porque é tarde, cansativo, engarrafamento. Existiam mulheres que tinham apartamento lá sim, mas nos andares de moradia. [...] Não tem mais prostituição e nem prostituta. [...] Não, não existe mais prostituta lá. As prostitutas são proibidas de até morar no prédio.

A gente nunca tinha se manifestado. O que levou a gente a se manifestar foi a prisão das mulheres. A gente achou um absurdo, assim, colegas de profissão serem levadas para Bangu. Eu fiquei chocada quando soube que tinha prostitutas indo para Bangu. Presídio de segurança máxima, sendo que muito das prostitutas que foram presas, eu conhecia e sabia que eram mulheres totalmente inocentes, assim, pelo que eles estavam julgando. E isso revoltou muito a gente. A primeira manifestação foi bem pequena, na segunda manifestação foi muito grande porque

foi quando todo mundo ficou muito indignado sabendo que tinha colegas presas em Bangu. Sem ter um inquérito policial, porque até hoje não tem. Foram levadas para Bangu, mas não existe inquérito contra elas. E aí a gente resolveu se manifestar. Foi uma coisa muito coletiva, que a gente resolveu fechar os apartamentos, parar de trabalhar, sabe... Não foi pago segurança no dia, nada disso... Foi muito coletivo, muito intenso. Assim, todo mundo desceu mesmo. [...]Foi muito corajoso porque... Assim, acho que tinha umas trezentas mulheres. Dessas trezentas, se cinquenta podia mostrar a cara era muito. Só que as outras que não podiam foi muita força de vontade. De mulheres colocarem máscaras, lençol, pijama, sabe? De estarem ali por saber que a presença delas era importante para quem estava lá precisando, para o que a gente estava reivindicando. Na realidade, a gente reivindicou vários direitos, só que nada disso a autoridade – nenhuma autoridade- deu ouvido para a gente. Ninguém. Nenhuma parte da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria... Coletivo de mulher. Nada. Nada deu ouvido para a gente. Foi uma reivindicação que a gente fez, que a gente manifestou, mas ninguém deu IBOPE. [...]Muita visibilidade no mundo, assim, porque não foi só no Brasil. Vários países fizeram matéria. Só que o Estado não se pronuncia, entendeu? Governador, Prefeito de Niterói... Ninguém se pronuncia. Todo mundo se silencia. [...] Da audiência pública para cá foi onde eu comecei a ser ameaçada, e eles se silenciaram. Ninguém do Estado se pronunciou em nada, depois daquela audiência pública. Onde fui ameaçada, onde fui sequestrada, onde fui expulsa de Niterói, e o Estado não se pronunciou em nada.

É, porque não adianta ninguém falar da vida dos outros se não tiver alguém que viva no meio deles. Porque o que eu costumo dizer muito é que essas pessoas quando falam que querem trabalhar com prostitutas, eles querem trabalhar com prostitutas, mas se você vai olhar uma equipe que fala que quer trabalhar e ajudar prostitutas, não existe nenhuma prostituta. Porque ninguém pode falar da vida de ninguém se não existir uma pessoa que de fato viva naquele meio, sabe?

Por ser mulher não, mas eu fui discriminada por ser prostituta. Depois de tudo que aconteceu comigo. Porque em todos os lugares que eu fui pedir ajuda. Eu tinha a minha vida social, econômica, seja lá do jeito que fosse, mas eu tinha a minha vida. Independente. Eu nunca fui usuária de nenhum projeto, de nenhum programa do governo federal, nem estadual, de nada. Sempre fui independente com os meus filhos. Meus filhos sempre estudaram em escola particular. Sou mãe solteira. Sempre criei os meus filhos e a minha família. Depois de que o Estado me tirou esse direito... Porque quando a polícia fez a invasão no prédio, que eu fui estuprada, que eu fui obrigada a sair de Niterói corrida, que eu não posso mais voltar para a minha casa, que não posso mais trabalhar como prostituta. O Estado me tira esse direito. Não sou eu que estou me tirando esse direito. O Estado me tirou esse direito. E em todos os lugares que eu fui pedir ajuda, cobrar do Estado—porque esse mesmo Estado me tirou também tem que me dar proteção, ajuda financeira, seja lá o que for -, eu fui discriminada. Porque em todos os lugares que eu fui, eles sempre falaram: “Nunca trabalhamos com prostituta”. Eles não falam, “Nunca trabalhamos com mulher”. Nunca trabalhamos com prostitutas. A Secretaria Federal de Direitos Humanos, na Secretaria Estadual... Eu fui em vários lugares, inúmeros... Foi uma luta cansativa, para mim e para a Duda sabe? A Duda estava comigo em todos os momentos. Meus direitos foram violados duas vezes. Uma quando o Estado foi lá no prédio, me tirou os meus direitos. E duas quando o Estado também não me dá meus direitos, que estão sendo violados até hoje. Todo e qualquer apoio que eu tenho hoje é por ser ativista. Hoje que eu recebo para poder trabalhar não é pelo Estado, quem me paga é uma ONG, entendeu? Para eu poder ser uma bolsista, trabalhar e lutar

pelos direitos das prostitutas, que realmente não existem pessoas que queiram levantar essa bandeira. Então eu fui discriminada sim como prostituta, não como mulher. [...]Seria pela prostituição, não é pelo sexo feminino ou masculino. Pela prostituição. Por eu me prostituir, isso tem muito preconceito. É uma bandeira que eles sabem que existe, mas vamos supor... Não é uma bandeira igual à bandeira LGBT, que há anos atrás era uma bandeira que a sociedade civil não queria aceitar, discriminava, hoje ainda é muito discriminado, mas que a sociedade civil, de certa forma, aceita. Hoje em dia a sociedade civil, se a gente estiver no restaurante, e tiver dois gays ali, duas lésbicas aqui, as pessoas aceitam. Ninguém vai discriminar. Mas se eu chegar no restaurante com um cliente e as pessoas de longe perceberem que eu sou uma prostituta, vai acontecer a discriminação, sabe? Vai acontecer a diferença de tratamento, de tudo. Vai acontecer, isso é claro. Em qualquer lugar: num hospital, num restaurante, numa Prefeitura, num banco... Se eu me identificar como prostituta. [...] Se eu estiver num local com os meus filhos, eu não me identifico como prostituta pelos meus filhos, entendeu? Pela discriminação, no hospital, porque eu sei que a possibilidade de eu me identificar como prostituta, no hospital, e eles acionarem o serviço social, sem ter o porquê, vai ser muito grande. Então tem algumas coisas que eu evito.

Minha vida foi totalmente desestabilizada. Não tinha lugar para morar. Quando aconteceu isso eu fiquei uma semana na casa da Duda sem ter roupa. Eu não podia voltar para Niterói para buscar documento, buscar nada... Eu fiquei sem roupa. Eu só tinha uma muda de roupa. De verdade. Eu não tinha dinheiro para nada. Assim, tudo o que eu tinha, eu perdi. De verdade. Tudo, tudo. Eu não pude voltar, eu fui expulsa de Niterói. E eu não pude voltar em casa. A milícia invadiu a casa da minha mãe. Então eu não podia nem sair na rua. Não podia fazer uma ligação porque o meu telefone era grampeado. Então tudo que eu consegui, hoje eu não tenho. Eu tinha uma vida como prostituta que eu ganhava entre 8 a 10 mil reais, hoje eu ganho 3 mil reais. Então olha a diferença que teve na minha vida. Sabe, eu tinha uma vida que eu sustentava a minha família, hoje em dia eu não posso sustentar a minha família. Hoje eu não posso sustentar nem meus filhos. [...] Do dia 23 de maio para cá foi movida por ajuda de ativistas. Essas ONGs que hoje me apoiam. Demorou muito para chegar apoio financeiro. Na época, assim, no fervor do momento mesmo, eu não tinha roupa. Tudo que eu consegui, quem comprou roupa para mim, chinelo, quem tirou documento, foi tudo ativistas. A Duda fez campanha online, na internet, para me ajudar. Outras ativistas fizeram outros tipos de campanha. E assim eu fui, sabe, tendo a minha vida... E vivendo de favor na casa deles. Uma semana eu ficava na casa de um. Uma semana ficava na casa de outro. Os professores da UFRJ, aí um professor lá que me ajudou muito também, como a Duda. Pagava hotéis para eu poder dormir. Porque não tinha como eu fazer nada. Eu perdi tudo que eu tinha.

Não vou parar, agora que a poeira baixou, depois de cinco meses, eu quero aparecer mais publicamente, que eu fiquei cinco meses escondidas, sem poder aparecer em lugar nenhum, esperando a poeira abaixar. Então agora eu quero falar mais publicamente, até porque daqui a dois anos a minha intenção é de vir candidata a vereadora e lutar por essa causa. Porque eu não sou só prostituta, eu sou mãe, eu sou mulher, eu sei o que é criar um filho sozinha, eu sei o que é uma mulher depender de uma creche, de um hospital, depender de um salário para sustentar uma família. Então tudo isso é um problema político, um problema social, sabe, que não é um problema só que envolve prostitutas, envolve uma sociedade em geral.

Na realidade, o Estado tem uma algo para oferecer: um abrigo. Isso, tipo assim, eu não aceito porque eu não acho certo o Estado me tirar o meu direito e me oferecer um abrigo. [...]. Hoje eu não tenho uma opção de “Minha Casa Minha Vida”, eu não tenho opção nem de uma indenização de 100 reais. Nem de um aluguel social que eu pedi à Prefeitura eu não tenho. De nada disso, nem de um aluguel social, de nada que eu não era usuária antes, que eu tentei conseguir agora, eu consegui. Um aluguel social, uma bolsa família, nada disso eu tive opção. “Minha Casa, Minha Vida”, eu me dispus a morar em qualquer lugar do Rio de Janeiro se eles me dessem um “Minha Casa, Minha Vida”, eles não me deram. [...] Talvez seria interessante para você até procurar o CIAM – Centro Integrado de Atendimento à Mulher – aqui no Centro, que eu também passei por lá, que é da Prefeitura. E lá eles me ofereceram perder a guarda dos meus filhos. Para poder os meus filhos não passarem mais do que pelo que estavam passando. É isso que o Estado oferece, sabe. Eles oferecem assim, “Ah, a gente não pode te dar um padrão de vida igual ao que você tinha antes”. Tudo bem, não podem, mas eles também não me dão opção de nada. Eu falei para eles, “Tudo bem, eu entendo que vocês não podem me dar um salário de 5, 6, sei lá, 10 mil reais, só que hoje eu não posso pagar um aluguel igual eu pagava antes, então consegue um ‘Minha Casa, Minha Vida’ para mim, um aluguel social, alguma coisa assim que vai me ajudar, sabe”. Eu falei para eles, “Pô, se vocês conseguissem um ‘Minha Casa, Minha Vida’, ou então um cartão que pudesse comprar os móveis porque eu não tenho nada. Eu perdi tudo o que eu tinha”. Eles falavam, “Não, você não se encaixa em nada disso”.

Porque pelo que aconteceu, acabou que a polícia me perseguia muito, sabe, por eu ter denunciado tudo publicamente. Então, isso me deixa muito ameaçada. Porque, eu não sei, a minha profissão é muito vulnerável, eu não sei quem é o cliente que eu vou atender. Então, a partir do momento que eu entro num quarto com um cliente, que entro no motel, eu não sei se vou sair. Eu não sei quem é aquele cliente. [...]. Hoje eu tenho vontade, mas eu sei que não posso, então acabou que eu aceitei muito. E hoje eu quero muito continuar nessa linha de poder defender os direitos das prostitutas. Porque é um direito muito silenciado, sabe? E eu não quero silenciar. Porque até então, quando tinha Gabriela Leite, ela ainda falava muito publicamente. Depois que ela faleceu, todo mundo se calou. Porque às vezes não adianta eu chegar em um lugar para falar de prostituição se você não estiver com a mente aberta para escutar eu falar da prostituição. Porque se sua mente estiver fechada a escutar falar da prostituição, você não vai entender o que é bom para mim, entendeu? As pessoas só entendem o que é bom quando a gente quer entender. Então não adianta eu chegar num lugar e falar que eu gosto de ser prostituta, se você não está aberto a entender isso.

Eu acho que é muito nessa linha de a gente ser incluídas nos projetos e de ter muita conversa, sabe? Melhoraria, ia melhorar. Desde o momento que tivessem a participação de prostitutas, sabe? [...] Eu vou muito pela linha dos diálogos, dos debates, acho que isso ajuda muito. Muito, muito mesmo. Eu falo: a prostituição é uma política. É uma coisa que você tem que estar sempre ali, martelando, martelando, martelando, que uma hora vai entrar no ouvido das pessoas. Uma hora vai entrar, de verdade. Uma hora, tipo assim, a sociedade vai se cansar de escutar. Uma hora os policiais vão se cansar de bater, de estuprar, de roubar. Que isso não vai durar para sempre. Uma hora vai ter alguém que vai levantar a bandeira vermelha e vai punir quem faça essas coisas. Então uma coisa tem que estar sempre sendo falado, falado, falado, sendo cansativo mesmo.

A coisa que mais chama atenção da estigma da prostituição é da sociedade civil achar que a prostituta desfaz o lar. Muita coisa da família. E isso tem que ser

muito bem falado e esclarecido, porque a prostituta não destrói casamento, não destrói namoro, não destrói ninguém. Quem destrói seus relacionamentos são as pessoas por si próprios. [...]Então é muito, a começar, esse princípio da família. Acho que é isso que a sociedade mais vê como feio, como baixo. Tudo da prostituta. Começa a partir disso.

## 2.2

### A Operação Urbana Consorciada da Área Central de Niterói

No segundo semestre de 2013, o prefeito de Niterói apresentou à Câmara Municipal o projeto da Operação Urbana Consorciada (OUC), que abrangerá o Centro de Niterói, bem como as regiões São Domingos, Ponto D'Areia, São Lourenço, Morro do Estado, Ingá, uma parte do Gragoatá e de Boa Viagem, a ser implementado nos próximos 20 anos. Conforme a página da Prefeitura de Niterói na internet, a lei que estabelece a OUC foi sancionada em dezembro de 2013<sup>21</sup> e visa à “requalificação do espaço urbano”, para, “(...) a defesa do interesse público, do fortalecimento de Niterói, da retomada da força e do prestígio da cidade (...)”<sup>22</sup>. O prognóstico do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) afirma que esta proposta se insere no contexto de grandes projetos e eventos que estão em curso no Estado do Rio de Janeiro, buscando dinamizar a economia através da “modernização” que potencialize a vocação da região para o turismo, o comércio e a habitação. A mensagem executiva apresentada aos vereadores teve pedido expresse de urgência na tramitação<sup>23</sup>, fato que pode ter contribuído para uma das principais críticas à OUC, que foi a falta de debate e participação social, ferindo o princípio da gestão democrática do Estatuto da Cidade, como será abordado mais a frente. Em seguida, comenta-se a lei 3061/2013 – que institui a OUC-, a forma em que foi conduzida a sua aprovação, os impactos socioeconômicos previstos, bem como a sua relação com o nosso objeto de estudo.

21

Disponível

em:

[http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1953:prefeito-de-niteroi-sanciona-lei-que-institui-a-operacao-urbana-consorciada-para-revitalizacao-do-centro-da-cidade](http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1953:prefeito-de-niteroi-sanciona-lei-que-institui-a-operacao-urbana-consorciada-para-revitalizacao-do-centro-da-cidade) Último acesso: 15/04/2014 Trata-se da lei n. 3061/2013 publicada em: [http://www.ofluminense.com.br/sites/default/files/04\\_11.pdf](http://www.ofluminense.com.br/sites/default/files/04_11.pdf) Último acesso: 15/04/2014

22 Ibid.

23 Mensagem Executiva n. 21/2013/2013 do Prefeito de Niterói à Câmara Municipal, do dia 27 de agosto de 2013, para apresentação do Projeto de Lei n. 193/2013. P. 3

Em breves palavras, a OUC<sup>24</sup> é um instrumento da política urbana que tem previsão legal nos arts. 32 a 34 do Estatuto da Cidade. Trata-se de um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal – em parceria com a iniciativa privada - que buscam “transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental” (art. 32, § 1º) sobre um determinado território delimitado pela Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU). Ela precisa ser aprovada por lei municipal baseada no Plano Diretor (art. 32) e pode modificar índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterar normas edilícias, considerando o impacto ambiental dela decorrente, além de regularizar construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação em vigência (art. 32, §2º). Criou-se a empresa de economia mista denominada “Companhia de Desenvolvimento Urbano de Niterói (NIT-URB)”, cujo papel é promover a reestruturação da AEIU através do gerenciamento dos ativos patrimoniais, a coordenação e execução das concessões e parcerias, dentre outros atributos<sup>25</sup>.

A lei específica que aprovar a Operação Urbana precisa respeitar os requisitos do art. 33, que são: I) definição da área a ser atingida; II) programa básico de ocupação da área; III) programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação; IV) finalidade da operação; V) estudo prévio do impacto de vizinhança; VI) contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados; VII) forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil e VIII) natureza dos incentivos a serem concedidos aos proprietários, usuários permanentes e investidores privados, uma vez atendido o disposto no inciso III do § 2º do art. 32 do Estatuto da Cidade. De acordo com os artigos 14 e seguintes da lei 3061/2013, esse controle é feito pelo Conselho Consultivo da OUC da Área Central que deve emitir parecer sobre o relatório trimestral realizado pela Prefeitura ou à entidade da administração indireta do

<sup>24</sup>Em trabalho de conclusão de curso chamado “Porto Maravilha: uma análise da requalificação do espaço através do direito à cidade a partir das contribuições de Henri Lefebvre” já fiz uma breve investigação desse instrumento. Portanto, para maiores informações, ver: BRANDÃO, Ana Carolina. *Porto Maravilha: uma análise da requalificação do espaço através do direito à cidade a partir das contribuições de Henri Lefebvre*. Monografia de Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais orientada pela professora Cecilia Caballero. UFRJ, 2012, mimeo.

<sup>25</sup> Disponível em: [http://www.ofluminense.com.br/sites/default/files/14\\_14.pdf](http://www.ofluminense.com.br/sites/default/files/14_14.pdf) Último acesso:

município que ficar responsável pelo desenvolvimento da operação. O Conselho é composto por um representante do Chefe do Poder ou da entidade da administração indireta, que ficará responsável pela coordenação do Conselho; três membros do Município, selecionados pelo chefe do poder executivo e dois representantes da sociedade civil, escolhidos pelos outros integrantes do Conselho.

Ainda, é possível a emissão de certificados de potencial adicional de construção, que possibilitam a edificação acima do coeficiente básico até o limite previsto na lei que aprovou a operação (art. 34) e podem ser negociados livremente. Somente o certificado pode ser aceito como pagamento para aumento da área edificável (art. 34, § § 1º e 2º). A emissão dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) já foi aprovada pela Prefeitura de Niterói. Reveste-se de um título que os investidores do capital imobiliário compram e aplicam no mercado financeiro, aguardando a valorização da área, com a expectativa de ampliação da infraestrutura, para negociar o chamado “ativo de renda variável”. Entende-se que se trata de uma forma de captação de recurso rápida e dinâmica. No final de maio de 2014, foi aprovada a mensagem executiva n. 11 que alterou a lei 3061 para ampliar o número de CEPACs para chegar até 3.321.000 (três milhões, trezentos e vinte um mil) títulos que serão emitidos pela Prefeitura de Niterói. A alteração foi feita, segundo a Secretaria de Urbanismo e Mobilidade, para se adaptar à retirada de algumas áreas que eram inicialmente abrangidas pelo projeto que, assim, reduziu o número de bairros afetados de sete para cinco, bem como a quantidade de pessoas atraídas para o local que passa de 31 para 25 mil<sup>26</sup>.

O Projeto de Lei n. 143/2013, o primeiro submetido à apreciação da Câmara Municipal de Niterói, enviado pelo prefeito Rodrigo Neves em junho de 2013, recebeu diversas críticas por parte de especialistas e da população da cidade manifestadas através de apresentação de relatórios críticos, bem como de atos públicos<sup>27</sup>. Conforme noticiado na página da internet do jornal “O Globo”, o Ministério Público instaurou um inquérito civil para investigar violações a leis

---

<sup>26</sup> Disponível em: <http://camaraniteroi.rj.gov.br/2014/05/28/aprovada-mensagem-aumentando-numero-de-cepacs-para-o-centro/> Último acesso: 11/11/2014

<sup>27</sup> Disponível em: <http://enecos.com.br/ocupacao-da-camara-de-niteroi/> Último acesso: 30/10/2014

urbanísticas e ao Estatuto da Cidade<sup>28</sup>. À época, julho de 2013, os urbanistas da Universidade Federal Fluminense pediram a retirada da pauta da Câmara dos Vereadores por identificarem falta de clareza sobre impactos ambientais e culturais, ausência de autorização dos órgãos competentes responsáveis pela preservação do meio ambiente e o perigo da pressão imobiliária que a valorização dessas áreas poderia causar. A ação civil pública do Ministério Público foi extinta em setembro, pelo juiz da 8ª Vara Cível de Niterói, porque ele julgou que não era poder do judiciário “editar normas ou condutas específicas dos poderes Executivo e Legislativo”<sup>29</sup>. Os questionamentos da ação eram a falta de debate e transparência do projeto, assim como os critérios de elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança e o Relatório de Impacto de Vizinhança<sup>30</sup>.

É importante observar, primeiramente, as razões técnicas que o prefeito da cidade apresenta à Câmara para justificar a necessidade de aprovação do projeto, que se repetiram nas suas duas versões. Segundo esta mensagem, a área central “encontra-se degradada, subutilizada e desconectada das demais áreas da cidade, necessitando se revitalizar e sofrer melhorias e intervenções, a fim de se possibilitar uma melhoria significativa da ambiência urbana para área”<sup>31</sup>. No entanto, deve-se destacar que o Plano Diretor de Niterói, no qual se deve basear a lei da OUC, não é atualizado desde 1992. Ao invés de realizar a revisão do Plano antes de aprovar a Operação Urbana, de modo a ter a verdadeira medida dos níveis de ocupação do solo e adensamento da região, para poder a partir daí julgar se há “subutilização” ou não, a Prefeitura só convocou a primeira audiência pública para debater a revisão quase um ano depois da aprovação da OUC (como foi visto, a lei foi sancionada em dezembro de 2013), no dia 02 de novembro de 2014<sup>32</sup>. Imagina-se razoável pensar que de 1992 para cá houve muitas mudanças quanto às taxas de aproveitamento do solo. Segundo o jornal eletrônico “O

28 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/revitalizacao-do-centro-de-niteroi-entra-na-mira-do-ministerio-publico-8873440> Último acesso em: 15/04/2014

29 Disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/justica-extingue-processo-do-ministerio-publico-contra-ouc> Último acesso: 12/11/2014

30 Ibid.

31 Mensagem Executiva n. 21/2013/2013, do dia 27 de agosto de 2013, para apresentação do Projeto de Lei n. 193/2013. P. 1

32 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/audiencia-publica-vai-discutir-novo-plano-diretor-para-cidade-14432072> Último acesso: 11/11/2014

Globo”<sup>33</sup>, o censo do IBGE de 2010 constatou um crescimento de 11, 7% da população niteroense, que à época já tinha 487.562 habitantes.

Nessa mesma linha, o laboratório de pesquisa da UFRJ “Mobile-Lab”, no seu “Segundo Relatório de Análise Crítica da Complementação do Estudo de Impacto de Vizinhaça da OUC – Área Central de Niterói (Projeto de Lei n. 193/2013)”, observou que o fato de o poder executivo estar utilizando apenas 60% do potencial construtivo máximo que a atual legislação permite (o atual Plano Diretor permite em torno de 2 milhões de m<sup>2</sup> e o projeto da Prefeitura prevê a construção de 1, 2 milhão de m<sup>2</sup>), pode indicar uma falaciosa tentativa de impressionar a população para fazê-la acreditar que o governo está sendo comedido ao não utilizar 2/3 de CEPACs<sup>34</sup>, porém a falta de revisão não permite verificar a atual demanda do espaço. O que se estabelece como potencial construtivo máximo no Plano Diretor é considerado a ocupação ótima da área, trata-se do máximo de eficiência do sistema urbano. Se a Prefeitura optou por não otimizar o uso do espaço, de acordo com os cálculos do plano<sup>35</sup>, ela descumpriu o princípio da eficiência ou reconheceu que esses cálculos estão defasados por falta de revisão. Além disso, se a OUC serve para tratar da “subutilização” do solo, é uma incoerência do projeto não atender aos índices de aproveitamento, incorrendo, inclusive, no desrespeito à função social da propriedade urbana:

Portanto, é muito grave o conteúdo implícito no argumento da Prefeitura, pois se o Plano Diretor já não mais expressa ou atende os anseios da sociedade para a cidade, visto não se poder atender uma lei que induz à perda da qualidade ambiental, deixa a propriedade de cumprir, de fato, sua função social, que só poderia ser resgatada promovendo-se a revisão do Plano Diretor, vez que este não teria mais nexos com seus princípios informadores.

De fato, o que têm afirmado os críticos sobre o Plano Diretor é que sua revisão data do início da década de 2000, não tendo sido efetivamente analisada sua viabilidade ambiental, isto é, a verificação da proporcionalidade entre a infraestrutura existente e as metas de adensamento máximo, tendo servido a revisão apenas para fazer constar na legislação municipal os novos institutos urbanísticos dispostos no Estatuto da Cidade, dentre eles os que estão sendo

<sup>33</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/audiencia-publica-vai-discutir-novo-plano-diretor-para-cidade-14432072> Último acesso: 11/11/2014

<sup>34</sup> MARTINS, Jorge Antônio. *Segundo Relatório de Análise Crítica da Complementação do Estudo de Impacto de Vizinhaça da OUC – Área Central de Niterói* (Projeto de Lei n. 193/2013). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, p. 42.

<sup>35</sup> Ressalta-se que o Mobile-Lab no relatório denuncia que o poder executivo não apresentou a memória do cálculo solicitado pela IAB, a UFF, a UFRJ e o MPRJ. MARTINS, Jorge Antônio. *Segundo Relatório de Análise Crítica da Complementação do Estudo de Impacto de Vizinhaça da OUC – Área Central de Niterói* (Projeto de Lei n. 193/2013). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, p. 42

adotados agora na reurbanização do Centro, quais sejam: operação urbana consorciada, outorga onerosa, direito de preempção, edificação compulsória, dentre outros<sup>36</sup>.

Dessa maneira, o laboratório da UFRJ argumenta que se há incerteza sobre a sustentabilidade dos parâmetros estabelecidos pelo Plano Diretor, não há como prosseguir com a OUC antes da sua revisão, pois é necessário antes verificar a proporção da capacidade de suporte da infraestrutura com o adensamento previsto<sup>37</sup>. Ressalta-se que o estudo também demonstra que se o poder executivo não utiliza as taxas ideais de ocupação, ele reduz o número de absorção de habitantes permitido para a localidade. Como os custos da implementação de novas infraestruturas são arcados pelos atingido diretamente pela OUC, em respeito ao art. 33, parágrafo 1º do Estatuto da Cidade em consonância com o princípio da justa distribuição de ônus e benefícios, se o poder municipal opta por atrair um número de pessoas menor do que o plano prevê como ideal, interpreta-se que deseja induzir uma contribuição maior per capita, aumentando-se, assim, o custo do projeto para as pessoas afetadas e, por consequência, promovendo a elitização da distribuição do espaço.

Em relação ao aumento de custo de vida, essa previsão é feita pelos próprios técnicos que elaboraram o Relatório de Impacto de Vizinhança:

As comunidades de baixa renda que habitam esses bairros serão as principais afetadas com o aumento do custo de vida da região e com a especulação imobiliária. Destacam-se, dentre as principais comunidades a serem afetadas pela OUC, os dois núcleos de pescadores situados no bairro Centro, a comunidade Via 100 no Gragoatá e também os moradores do Morro do Estado, dentre outras<sup>38</sup>.

O relatório explica que a OUC prevê o encarecimento do custo do solo que reflete no preço dos aluguéis comerciais e residenciais. Em razão do aumento do preço ser repassado para as mercadorias e serviços dos estabelecimentos, espera-se que um novo público seja atraído para a área que tenha mais poder aquisitivo. Assim, o poder executivo já espera que a população pobre, que hoje representa uma parte significativa de quem habita a área central, migre para outros bairros,

<sup>36</sup> MARTINS, Jorge Antônio. *Segundo Relatório de Análise Crítica da Complementação do Estudo de Impacto de Vizinhança da OUC – Área Central de Niterói* (Projeto de Lei n. 193/2013). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, p. 43

<sup>37</sup> Ibid. p. 45.

<sup>38</sup> Anexo II da Lei 193/ 2013. Relatório de Impacto de Vizinhança, 2013. p. 108

de modo a reproduzir aquilo que é chamado de “remoção branca”, caracterizada por ser uma expulsão indireta porque é induzida:

Com isso, a população mais carente tenderá a deixar esses bairros em busca de outros locais de moradia, onde o custo de vida seja compatível com seu rendimento mensal. A segregação social acaba se reproduzindo dentro no tecido urbano da cidade, impedindo a reprodução social das camadas mais pobres da população nos bairros que sofrerão as intervenções<sup>39</sup>.

O mesmo relatório reconhece que 30% dos que moram na área de vizinhança da OUC tem renda de até dois salários mínimos por pessoa e, ainda, afirma que o centro é “ocupado por uma população pobre e de classe média baixa”<sup>40</sup>. No relatório anterior, havia se afirmado que se chegava a 40% ou mais a população atual que recebe até dois salários mínimos na região afetada. Observa-se que as medidas mitigadoras, previstas no RIV, para tamanho impacto social são extremamente vagas, como, por exemplo, criar formas de desenvolvimento da renda nas comunidades e criar taxas sociais, quando possível.

No ato contra a privatização do centro através da Operação Urbana Consorciada, que ocorreu no dia 01 de agosto, o vereador Henrique Vieira, um dos quatro membros da Câmara que votaram contra o projeto, fez um discurso que questionou a qualidade “degradada” atribuída ao Centro, afirmando que o que estava em curso era um modelo de encarecimento do espaço que encerrava todo o tipo de diversidade que o habitava:

Há uma pressa, uma vontade incontrolável da Prefeitura de Niterói em aprovar a Operação Urbana Consorciada, o projeto de revitalização do Centro, que é antidemocrático na sua formulação, antidemocrático no seu conteúdo e antidemocrático no seu método de aprovação. O próprio nascedouro do projeto é antidemocrático porque é uma produção de escritório, não é uma produção em diálogo, em construção com arquitetos da cidade, urbanistas da cidade, comerciantes locais, moradores da área central. Esse projeto de revitalização também é antidemocrático no seu conteúdo porque é um projeto elitista, segregacionista, privatista. Um projeto que olha para a área central e chama essa área de “degradada”. Um projeto que tem um preconceito com a diversidade cultural e popular, que faz esse centro pulsar cotidianamente. Que o centro precisa de qualificação de serviços públicos, isso é verdade. Agora dizer que é degradado, suprimindo toda a diversidade, toda a vida pulsante que existe, isto revela um caráter elitista de desenvolvimento e ordenamento do espaço urbano. Aliás, nós já temos uma introdução do que vai ser essa “revitalização do centro”. Quando nós vamos à Cantareira e vemos a maneira arbitrária, truculenta e violenta que a Prefeitura olha para aquele espaço e tenta retirar dali toda a diversidade cultural que ocupa historicamente aquela praça. Aquela praça é

<sup>39</sup> Anexo II da Lei 193/ 2013. Relatório de Impacto de Vizinhança, 2013. P. 108.

<sup>40</sup> Anexo II da Lei 193/ 2013. Relatório de Impacto de Vizinhança, 2013. P. 84.

nossa, é dos ambulantes, é da diversidade cultural, é da poesia, dos bares. Aquela praça não pode ser um espaço de mercado, um espaço que a Prefeitura olha e menospreza o caráter histórico dos trabalhadores e das trabalhadoras que ali estão. Por que a Prefeitura não coloca em caráter de urgência construção de moradia popular? Por que não qualifica os serviços públicos dessa cidade? Mas quer privatizar tudo. (...)

É um projeto de mercado, de compra e venda. Não é um projeto de afirmação de direitos, construção de cidadania, valorização da diversidade cultural, não é um projeto que constrói com o povo e para o povo. (...) <sup>41</sup>

De acordo com o Segundo Relatório sobre a OUC do Mobile-Lab, com base nos dados fornecidos pela Ademi-Niterói, a afirmação que a área central é “degradada e desconectada” tampouco condiz com a realidade e se apresenta como opinião meramente subjetiva por parte do poder executivo, pois Niterói é a segunda maior centralidade da metrópole e a sua região central vem recebendo novos lançamentos imobiliários desde 2009, tendo recebido 505 unidades só em 2012<sup>42</sup>. O jornal eletrônico “O Fluminense”, no ano anterior à apresentação da Operação Urbana, realizou uma reportagem sobre a expansão do Centro de Niterói em que apontava um processo de valorização imobiliária maior do que bairros considerados mais nobres, como Icaraí, aquele em 20, 1% e este em 18, 5%. As principais razões levantadas para isso foram à facilidade de acesso e a praticidade da localidade por estar próximo de tudo<sup>43</sup>. Ainda segundo o grupo de pesquisa da UFRJ, a região tem comércios e serviços que atendem majoritariamente as classes “B”, “C”, e “D” de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, sendo a principal centralidade do leste da metrópole em termos de acessibilidade e oportunidade de emprego<sup>44</sup>.

O que os pesquisadores deduzem da contradição entre como os planejadores do projeto veem a cidade e como ela é de fato, é que o que está em jogo e o que incomoda é o visual, o aspecto estético da área central de Niterói. O grupo da Universidade, no entanto, problematiza o uso da OUC como instrumento urbanístico adequado a realizar essa mudança, visto que a Prefeitura não foi capaz

<sup>41</sup> Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=NMOEAIIFxIQ> Último acesso: 30/10/2014

<sup>42</sup> MARTINS, Jorge Antônio. *Segundo Relatório de Análise Crítica da Complementação do Estudo de Impacto de Vizinhança da OUC – Área Central de Niterói* (Projeto de Lei n. 193/2013). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, p. 12

<sup>43</sup> Disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/editorias/habitacao/centro-expande-e-esta-cada-vez-mais-valorizado> Último acesso: 12/11/2014

<sup>44</sup> MARTINS, Jorge Antônio. Op.cit., p. 126

de apresentar um estudo que mostre que o adensamento previsto será absorvido pela capacidade da infraestrutura prevista<sup>45</sup>.

Outra razão apresentada pela Prefeitura para a “urgência” de implementação da OUC é a necessidade de atender às demandas dos megaeventos como a Copa do Mundo, que foi sediada em junho de 2014 no Brasil, e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, que ocorrerá na cidade do Rio de Janeiro. Há diversos estudos realizados que demonstram que esses megaeventos reconfiguraram os “estados de exceção” nas cidades brasileiras, uma vez que em nome da preservação dos acordos internacionais, os direitos e garantias fundamentais ocupam uma “zona de indiferenciação” e o acesso às informações sobre os projetos são extremamente obstruídos<sup>46</sup>. Imperioso também observar que outros grandes projetos urbanísticos justificados a partir das demandas geradas por esses acontecimentos foram propostos e realizados pelas mesmas empresas que encabeçam a Operação Urbana Consorciada de Niterói, que são a Odebrecht, a OAS e a Andrade Gutierrez. A título de exemplo podemos lembrar que a Odebrecht e a OAS compuseram os consórcios das duas etapas do Porto Maravilha<sup>47</sup> e que o consórcio do Parque Olímpico foi formado pela Odebrecht, a Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken<sup>48</sup>. O mais curioso disso é que os estudos elaborados pelo laboratório da UFRJ apontam que o projeto da OUC não atende nem mesmo aos anseios do empresariado da Cidade, conforme relatado pela Ademi, favorecendo apenas a esses investidores externos citados acima:

A Ademi chegou a anunciar explicitamente que não interessaria ao mercado comprar Cepac no Centro, visto continuar a ser econômico-financeiramente mais interessante valer-se do instituto da outorga onerosa nos outros bairros da cidade. Tal informação, por si só, dá prova cabal de que foi equivocada a metodologia adotada no EIV, que se limitou a considerar como área de vizinhança, para efeito de verificação de impactos, um raio de apenas 500m a partir dos limites da área

<sup>45</sup> MARTINS, Jorge Antônio. *Segundo Relatório de Análise Crítica da Complementação do Estudo de Impacto de Vizinhança da OUC – Área Central de Niterói* (Projeto de Lei n. 193/2013). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013, p. 127

<sup>46</sup> Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2014/04/15/rolnik-megaeventos-trazem-estado-de-excecao-as-cidades-brasileiras/> Último acesso: 14/11/2014

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

<sup>47</sup> Ver: BRANDÃO, Ana Carolina. *Porto Maravilha: uma análise da requalificação do espaço através do direito à cidade a partir das contribuições de Henri Lefebvre*. Monografia de Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais orientada pela professora Cecilia Caballero. UFRJ, 2012, mimeo.

<sup>48</sup> MEDEIROS, Mariana Gomes Peixoto. *Megaeventos e direito à moradia: como opera o empreendedorismo urbano no contexto do neodesenvolvimentismo. O caso do Parque Olímpico no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Direito da Cidade) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014, p.44. Orientadora: Angela Moulin Simões Penalva Santos.

da OUC, como tem sido feito pela SMU e Nittrans para simples edificações. Afinal, um projeto como esse impacta todo o mercado imobiliário regional, visto que uma vez alterados os parâmetros urbanísticos já consolidados de alguns setores urbanos, interfere-se na posição relativa de cada setor em termos de rentabilidade potencial e, com isso, na composição do produto imobiliário do mercado leste metropolitano<sup>49</sup>.

A Ademi realizou uma pesquisa que demonstra ainda ser mais favorável investir em bairros como Icaraí e Santa Rosa ao invés da área central atingida pela OUC, pois enquanto esta tem coeficiente de aproveitamento médio de 4, 4, Icaraí tem setores que chegam a 7, 5. Assim, apontou que o investidor local teria que comprar 36% de potencial construtivo adicional a mais no Centro para construir 70 % do que poderia erguer nos outros dois bairros<sup>50</sup>. Por esta razão, concluiu que não haveria interesse, na região, para a compra dos Cepacs e, provavelmente, o município só conseguiria vender à Caixa Econômica, como o governo do Rio de Janeiro teve que fazer no caso do Porto Maravilha. De fato, no caso do porto do Rio de Janeiro, os CEPACs foram leiloados e arrematados de uma vez só para o Fundo de Investimento Imobiliário do Porto Maravilha da Caixa Econômica Federal (CEF)<sup>51</sup> com os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ou seja, com a renda obtida pela contribuição previdenciária do cidadão comum. E como já previsto, no começo de 2014, alguns jornais noticiaram o adiantamento do valor dos títulos imobiliários pela Caixa Econômica à Prefeitura de Niterói<sup>52</sup>. O grupo de pesquisa da UFRJ, diante disso, afirma a inversão da lógica da própria OUC, que no seu fundamento tem a captação de capital privado para as intervenções urbanísticas na região afetada:

Trocando em miúdos: recursos públicos que deveriam ter sido investidos em obras do interesse público, desde que elaborados projetos pelo administrador público, foram investidos em projeto elaborado pelo setor privado com vistas à maximização da lucratividade, sem efetivo compromisso de reduzir a segregação socioespacial e justa distribuição das melhorias ambientais incorporadas à área de intervenção, com transferência de custos de mitigação para o contribuinte que

<sup>49</sup> MARTINS, Jorge Antônio. *Segundo Relatório de Análise Crítica da Complementação do Estudo de Impacto de Vizinhança da OUC – Área Central de Niterói* (Projeto de Lei n. 193/2013). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. p. 37

<sup>50</sup> Ibid. p. 38

<sup>51</sup> Relatório de Violações de Direitos e Reivindicações do Fórum Comunitário do Porto. 24/05/11 Disponível em: <http://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-mpf-fcp.pdf>. p. 8

<sup>52</sup> Disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/centro-mais-perto-da-revitalizacao>

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/revitalizacao-do-centro-de-niteroi-pode-ficar-sem-terrenos-11887093> Último acesso: 14/11/2014

não habita a área. Definitivamente, trata-se de total subversão dos princípios e requisitos essenciais do instituto da OUC, que foi proposto pelo Legislador como estratégia para antecipar recursos privados com fundamento na captura de mais valias na própria área de intervenção<sup>53</sup>.

Essa afirmação de que o dinheiro público estaria sendo aplicado a um projeto que pode aumentar ainda mais a segregação socioespacial e aprofundar as desigualdades sociais, favorecendo apenas interesses privados de grandes incorporadoras, se agrava mais quando observamos inúmeras denúncias de que o projeto é um “pacote fechado”, tendo se mantido intacto mesmo depois dos debates públicos e seminários internos que tiveram após a apresentação da primeira versão do projeto de lei à Câmara<sup>54</sup>.

Em agosto de 2013, o prefeito enviou uma nova mensagem executiva (mensagem n. 21/2013) cujo objetivo era alterar o anexo IV (Estudos do Impacto de Vizinhança) para adequá-lo às complementações relativas aos debates promovidos pela Câmara Municipal no final de agosto de 2013, conforme explica o relatório de Segundo Relatório sobre a OUC realizado pela Mobile-Lab<sup>55</sup>. Participaram do seminário interno, o Ministério Público estadual, a Universidade Federal Fluminense (Nephu e Departamento de Geografia), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Mobile-Lab), a UNB (com a participação do professor Wagner Morgan), Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário de Niterói (Ademi-Niterói), Instituto dos Arquitetos do Brasil e a professora de direito Sônia Rabello<sup>56</sup>. Na própria mensagem executiva em que o prefeito apresenta o Projeto de Lei 193/2013, ele reconhece que este possui conteúdo igual ao Projeto de Lei anterior, sendo diferentes apenas no que se refere ao Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV). Em contrassenso, o projeto da Operação Urbana Consorciada continua a ser altamente criticado, como se depreende do Segundo Relatório sobre a OUC apresentado pela Mobile-Lab:

Aborda-se também neste relatório o conteúdo crítico dos debates promovidos por iniciativa da presidência da Câmara Municipal, dos quais participaram as instituições e especialistas que têm apontado graves problemas do projeto de lei como justificativa para se pedir à Câmara a retirada do projeto de pauta, dado seu estado ainda imaturo, visto não terem sido sequer definidos todos os impactos, e

<sup>53</sup> MARTINS, Jorge Antônio. *Segundo Relatório de Análise Crítica da Complementação do Estudo de Impacto de Vizinhança da OUC – Área Central de Niterói* (Projeto de Lei n. 193/2013). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. pp. 39-40

<sup>54</sup> Ibid. p. 37

<sup>55</sup> Ibid. p. 2

<sup>56</sup> Ibid..

ser promovida o quanto antes a revisão do Plano Diretor do município, isso, sim, necessário e urgente, como prometido em campanha eleitoral do ano passado<sup>57</sup>.

Como se pode observar, a reprovação ao projeto de reurbanização continuou após a apresentação do novo Projeto de lei, que inclusive foi causa de uma manifestação, no dia 21 de novembro de 2013<sup>58</sup>, e de um abaixo assinado<sup>59</sup> que reprova o projeto de lei. Várias denúncias apontam para violações das diretrizes do Estatuto da Cidade, a começar pela falta de participação da população na elaboração do plano de reurbanização. De acordo com Sonia Rabello<sup>60</sup>, a prefeitura de Niterói está repetindo os passos do Rio de Janeiro quando da concretização do projeto “Porto Maravilha” - com a criação de uma empresa de economia mista para monitorar a OUC, a autorização de licitação de um consórcio urbanístico privado para realizar obras públicas e prestação de serviços públicos, aumento do gabarito da área e alteração dos índices de construção da região. Outros pesados impactos previstos pelos especialistas, como o aterramento de um pedaço da Baía de Guanabara, a perda da paisagem do Rio de Janeiro, através da baía, em razão do acréscimo do potencial construtivo, além do prognóstico de obstrução da circulação urbana devido à imperícia com que foi tratada a questão dos transportes, não serão aprofundados aqui por não ter contribuição essencial à nossa análise.

Apesar das críticas, o “Plano de Desenvolvimento” continuar a seguir as etapas de implementação da Operação Urbana Consorciada. A Prefeitura de Niterói e o Movimento Brasil Competitivo lançaram a campanha “Niterói Que Queremos”<sup>61</sup> que afirma perseguir o objetivo de ouvir diversos segmentos da sociedade civil para elaborar críticas e propostas de melhorias para a cidade. Na página eletrônica, afirma-se que a gestão municipal está empenhada em promover

<sup>57</sup> MARTINS, Jorge Antônio. *Segundo Relatório de Análise Crítica da Complementação do Estudo de Impacto de Vizinhança da OUC – Área Central de Niterói* (Projeto de Lei n. 193/2013). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. p. 4

<sup>58</sup> Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/events/666591570028995/?ref=22> Último acesso: dia 15/04/2014

<sup>59</sup> Disponível em: [https://secure.avaaz.org/po/petition/Quero\\_que\\_o\\_projeto\\_de\\_lei\\_da\\_Ocupacao\\_Urbana\\_Consorciada\\_de\\_Niteroi\\_NAO\\_seja\\_aprovado/?email](https://secure.avaaz.org/po/petition/Quero_que_o_projeto_de_lei_da_Ocupacao_Urbana_Consorciada_de_Niteroi_NAO_seja_aprovado/?email) Último acesso em: 15/04/2014

<sup>60</sup> Há vários textos dela sobre a OUC de Niterói:

Disponível em: <http://www.soniarabello.com.br/prefeito-quer-um-cheque-em-branco-operacao-urbana-em-niteroi/> <http://www.soniarabello.com.br/operacao-urbana-de-niteroi-um-negocio-de-venda-do-patrimonio-urbanistico-da-cidade/>

Disponível em: <http://www.soniarabello.com.br/operacoes-urbanas-consorciadas-o-que-e-isso/>

Último acesso: 15/04/2014

<sup>61</sup> Pode-se acompanhar no site: <http://www.niteroiqueremos.com.br/> Último acesso: 15/04/2014

um debate “inclusivo e pluralista” que traga resultados para toda a sociedade niteroiense. No entanto, diante dos recentes acontecimentos narrados na cidade, tendo em vista principalmente o caso das mulheres trabalhadoras sexuais do prédio da Caixa, é necessário problematizar que sujeitos que de fato integram esse debate e que estão sendo interpelados pelo governo municipal.

## 2.3

### O Prédio da Caixa

No dia 2 de abril de 2014, diversos noticiários<sup>62</sup> veicularam o protesto realizado por prostitutas que alugavam apartamentos no Edifício Nossa Senhora da Conceição, na Avenida Ernani Amaral Peixoto, n. 327, no centro de Niterói, conhecido como “Prédio da Caixa”. A página eletrônica do jornal “O Dia”, relatou uma manifestação irreverente, com dança e humor:

A maioria delas estava com o rosto coberto por um lençol ou uma fronha. Vários carros tentaram furar o bloqueio, mas as mulheres dançavam na frente dos veículos. Com gritos de "Prostituição não é crime", "Libera as primas" e "Eu, eu, eu, eu só dou o que é meu", elas pediam a legalização da profissão<sup>63</sup>.

Segundo alguns veículos de comunicação eletrônica, a manifestação foi marcada pela presença de cerca de 50 profissionais<sup>64</sup> que repudiavam a detenção de cerca de 20 colegas de trabalho e a efetiva prisão de duas delas, que foram levadas ao Complexo Penitenciário de Bangu. Além disso, essas mulheres afirmavam que eram vítimas de perseguições e reivindicavam o direito de trabalhar e ocupar os apartamentos que alugavam no imóvel. Em entrevista concedida ao jornal “O Dia”, Gláucio Paz, o delegado da 76ª DP, afirmou, no dia 2 de abril, que foram 11 trabalhadoras presas ao longo das quatro semanas

<sup>62</sup> Podemos citar como referências as seguintes reportagens:

<http://oglobo.globo.com/rio/grupo-de-prostitutas-realiza-manifestacao-no-centro-de-niteroi-12071408> Último acesso: 20/10/2014

<http://odia.ig.com.br/odia24horas/2014-04-02/prostitutas-param-o-transito-por-uma-hora-na-avenida-amaral-peixoto-em-niteroi.htm> Último acesso: 20/10/2014

<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/prostitutas-realizam-manifestacao-no-centro-de-niteroi> Último acesso: 20/10/2014

<http://oglobo.globo.com/rio/grupo-de-prostitutas-realiza-manifestacao-no-centro-de-niteroi-12071408> Último acesso: 20/10/2014

<sup>63</sup> Disponível em: <http://odia.ig.com.br/odia24horas/2014-04-02/prostitutas-param-o-transito-por-uma-hora-na-avenida-amaral-peixoto-em-niteroi.htm> Último acesso: 14/05/2014

<sup>64</sup> O número de pessoas presentes é controverso. Enquanto encontramos reportagens que afirmam entre 30 a 50 prostitutas presentes, as notícias do jornal “O Globo” dizem duzentas. No entanto, em entrevista podemos confirmar que essa manifestação foi a menor das que a seguirem, então podemos supor que o número apresentado pelos outros jornais é mais preciso.

anteriores. Elas foram tipificadas pelo artigo 229 do Código Penal que diz que “Manter, por conta própria ou de terceiros, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente”. O que as trabalhadoras alegavam, contudo, é que não havia exploração sexual porque realizam a atividade de maneira autônoma<sup>65</sup>. No entanto, os veículos de comunicação, e algumas falas do próprio delegado, entrecruzaram este fato com a informação que este prédio estaria em condições insalubres. Destaca-se a fala do delegado:

Não tenho nada contra as meninas, mas ali naquele prédio vai acontecer uma tragédia. Não tem água tratada, não tem luz e tem quase uma caixa d'água por apartamento. Isso é um absurdo!", contou ele<sup>66</sup>.

A página eletrônica do jornal “O Globo”, do dia 2 de abril<sup>67</sup>, além de noticiar a manifestação em razão da prisão das trabalhadoras sexuais, também informou que havia um inquérito do Ministério Público, desde 2012, que tratava de uma suposta exploração sexual no edifício e de problemas de risco quanto à estrutura do prédio, de acordo com um “Alerta de Risco”, emitido pela Defesa Civil. Através de uma busca pela internet, encontramos reportagens de 2013 do jornal “O Fluminense” e de “O Globo” que noticiavam operações policiais, desde 29 de outubro de 2012<sup>68</sup>, provocadas por uma denúncia do Ministério Público (MP) que, além de investigar supostas explorações sexuais, acusava o prédio de estar em péssimas condições, oferecendo risco aos moradores. O Ministério Público notificou órgãos públicos como o CREA, a Defesa Civil, a Prefeitura de Niterói e o Corpo de Bombeiros para encaminhar alguma providência. Segundo o MP não tinha equipamento de incêndio e o laudo da Defesa Civil apontava que obras, sem a permissão da Prefeitura, sobrecarregaram estrutura do edifício, que

---

<sup>65</sup> Para o jornal “O Dia”, uma das mulheres que trabalham no edifício da caixa, Gaby, de 24 anos, que foi presa na terça-feira junto com sua colega de quarto disse: “A polícia chegou do nada e nos levaram sob alegação de estarmos cometendo exploração sexual. Não é exploração porque é consentido. Eu alugo o apartamento com a minha amiga e me prostituo no local. A profissão tem que ser legalizada”, explicou. Fonte: <http://odia.ig.com.br/odia24horas/2014-04-02/prostitutas-param-o-transito-por-uma-hora-na-avenida-amaral-peixoto-em-niteroi.html> Último acesso: 14/05/2014

<sup>66</sup> Disponível em: <http://odia.ig.com.br/odia24horas/2014-04-02/prostitutas-param-o-transito-por-uma-hora-na-avenida-amaral-peixoto-em-niteroi.htm> Último acesso: 14/05/2014

<sup>67</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/grupo-de-prostitutas-realiza-manifestacao-no-centro-de-niteroi-12071408> Último acesso: 14/05/2014

<sup>68</sup> Disponível em: <http://jurnal.ofluminense.com.br/editorias/policia/sexo-custava-de-r-40-r-80> Último acesso: 15/04/2014

existe desde 1958<sup>69</sup>. Naquela ocasião, três pessoas foram denunciadas criminalmente por serem considerados “administradores” do imóvel, inclusive o síndico do prédio.

No dia 15 de abril, um novo protesto foi realizado<sup>70</sup>, dessa vez com mais apoiadores e prostitutas presentes, chegando a cerca de trezentos manifestantes. Na ocasião, as trabalhadoras sexuais foram até a porta da delegacia, e depois da Câmara dos Vereadores, para abrir um canal de diálogo, mas não conseguiram. Já havia saído o alvará de soltura das mulheres que foram presas e elas puderam estar presentes para acompanhar o ato. Conforme relato de uma pessoa presente, no final da manifestação, as pessoas se reuniram no hall do prédio 327 e uma prostituta que havia sido presa mostrou o seu agradecimento:

Em seguida, a bela Gabriela, batalhante do 327 que havia sido levada para o presídio de Bangu, manifestou sua imensa alegria com a mobilização das colegas e o apoio recebido pelos simpatizantes ativistas desse movimento<sup>71</sup>.

A partir do dia 21 de maio, as prostitutas do prédio da Caixa voltaram a receber constrangimentos, desta vez sendo intimadas nos apartamentos para comparecer à DEAM, com mandados em branco, que eram preenchidos no momento da intimação a qualquer uma que era encontrada, ou seja, de maneira aleatória. Além disso, os mandados de intimação tinham um diminuto conteúdo explicativo, apenas “investigação em andamento” como motivação, sem especificação do crime. Em razão da paralização da polícia civil<sup>72</sup>, a Delegacia estava fechada e não puderam receber qualquer tipo de esclarecimento naquela quarta-feira.

Na sexta-feira (23 de maio), então, seus apartamentos foram invadidos por policiais da 76<sup>a</sup>, com apoio de mais treze delegacias do Estado do Rio de Janeiro

<sup>69</sup> Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/casa-de-prostituicao-fechada-no-centro-de-niteroi-7637933> Último acesso: 15/04/2014

<sup>70</sup> Algumas dos noticiários que veicularam o ato:

<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/prostitutas-fazem-novo-protesto-no-centro-de-niteroi> Último acesso: 20/10/2014

<http://www.jornalosaogoncalo.com.br/site/geral/2014/4/19/60433/prostitutas+fazem+novo+protesto+em+niter%C3%B3i> Último acesso: 20/10/2014

<http://www.soumaiseniteroi.com.br/noticias/39-cidade/62606-prostitutas-fazem-novo-protesto-no-centro-de-niteroi.html> Último acesso: 20/10/2014

<http://www.cidadeitaborai.com.br/9-noticias-da-cidade-de-itabora%C3%AD/3590-prostitutas-fazem-novo-protesto.html> Último acesso: 20/10/2014

<sup>71</sup> Disponível em: <http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=3200> Último acesso: 20/10/2014

<sup>72</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/policiais-civis-decidem-fazer-paralisacao-na-quarta-feira-no-rio.html> Último acesso: 21/10/2014

que levaram cerca de duzentas mulheres para a Delegacia em quatro ônibus. Houve diversos relatos de agressões físicas e verbais, estupro e roubo por parte dos oficiais. A assessoria do deputado Jean Wyllys que acompanhou o caso, bem como membros da ONG Davida<sup>73</sup>, denunciaram que em depoimento os policiais confirmaram as agressões às mulheres e que não tinham autorização judicial para entrar nos apartamentos. A carta feita à Secretaria do Estado de Assistência Social de Direito Humanos (SEADH), pelo Observatório da Prostituição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), confirma essa informação: “Um policial afirmou que ‘a juíza do inquérito mandou não levar ninguém pra DP, mas a gente trouxe’ – reconhecendo assim que não tinha sequer autorização judicial para esse tipo de ação”<sup>74</sup>. Também disseram que os advogados foram impedidos de entrar para conversar com suas clientes e que os depoimentos foram colhidos sem presença deles, configurando violação das suas prerrogativas. Além disso, a denúncia à Secretaria de Direitos Humanos enfatiza que o inspetor da delegacia ainda se dirigiu ao advogado para dizer que “não procurasse briga que não era a sua”<sup>75</sup>. Em contrapartida, a mídia pôde entrar e acompanhar o procedimento antes dos representantes legais.

Depois disso, o prédio foi parcialmente interditado<sup>76</sup> abrangendo apenas os quatro andares ocupados pelas prostitutas e por outros comércios (havia salão de cabeleireiro, venda de quentinhas, loja de roupa, depósito etc). Segundo o edital, a justificativa é “o péssimo estado de conservação das instalações e a confirmação de utilização do local de forma reiterada para prática de crime, bem como a necessidade de garantir a vistoria e a perícia (...)”. No entanto, a carta à Secretaria do Estado de Assistência Social de Direitos Humanos problematiza as afirmações com a própria necessidade de ainda ter de se produzir provas, além de afirmar que a operação foi realizada, mais uma vez, de forma genérica, com o registro dos

<sup>73</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/daspu.real?fref=ts> (postagem do dia 23 de maio de 2014)

<https://www.facebook.com/jean.wyllys> (postagem do dia 23 de maio de 2014)

<sup>74</sup> Carta à Secretaria do Estado de Assistência Social de Direito Humanos (SEADH) realizada pelo Observatório da Prostituição da Universidade Federal do Rio de Janeiro. P. 3 está disponível em: <https://observatoriodaprostituicao.wordpress.com/documentos/> Último acesso: 19/05/2015

<sup>75</sup> Carta à Secretaria do Estado de Assistência Social de Direito Humanos (SEADH) realizada pelo Observatório da Prostituição da Universidade Federal do Rio de Janeiro. P. 3 está disponível em: <https://observatoriodaprostituicao.wordpress.com/documentos/> Último acesso: 19/05/2015

<sup>76</sup> Encontram-se fotos do edital de interdição no seguinte endereço eletrônico: [https://www.facebook.com/daspu.real/media\\_set?set=a.1518065341754550.1073741833.100006532951351&type=3](https://www.facebook.com/daspu.real/media_set?set=a.1518065341754550.1073741833.100006532951351&type=3) Último acesso: 19/02/2015

apartamentos somente no próprio ato e ter tido como alvo apenas os andares onde têm prostituição.

No dia 31 de maio (sábado), foi realizado o evento “Putá Dei” no Prédio da Caixa, um desfile da Daspu (marca de roupa e lingerie da Ong Davida) que ocorre todo ano em vários estados do Brasil para lembrar o Dia Internacional da Prostituta (2 de junho), cujo objetivo era dar apoio e visibilidade às prostitutas contra a violenta ação arbitrária da polícia que ocorreu no dia 23 de maio. Foi uma manifestação bem humorada que chamou muito a atenção de quem circulava pela área. As mulheres estavam com blusas verde e amarelo - fazendo referência à Copa do Mundo (megaevento esportivo que foi realizado no Brasil em Junho) - escrito “Sou torcedor, como todo mundo”, “Eu jogo pelada”, “Zona padrão Fifa”, etc. Além das palavras de ordem, houve um desfile com as roupas da grife e uma fala do deputado federal Jean Wyllys, que prestou solidariedade e falou da importância da Lei Gabriela Leite como medida de definir parâmetros para o exercício regular da prostituição, que já é legalizada, e distingui-la da exploração sexual, que hoje é a principal motivação para a marginalização do trabalho e o tratamento penal ao caso<sup>77</sup>. Em seguida, o protesto caminhou até a 76ª DP para denunciar as perseguições e os abusos sofridos por parte da polícia. Depois o ato terminou com uma “pelada” em frente à Câmara dos Vereadores, onde as mulheres jogaram futebol de maneira divertida e ousada, com um time vestindo as camisas customizadas pela Daspu e o outro sem blusa. Alguns policiais ficaram em frente ao ato, registrando o momento nas câmeras dos seus celulares, mas não se aproximaram e não houve conflito.

Depois disso, em 4 de junho de 2014, houve uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro presidida pela Comissão da Defesa dos Direitos da Mulher, representada pela deputada Inês Pandeló, e a Comissão de Direitos Humanos, representada pelo Deputado Marcelo Freixo. A iniciativa serviu para ouvir os depoimentos relativos aos fatos narrados das violações de direitos no Prédio da Caixa, convocando para compor a mesa uma representante das prostitutas, assessoria do deputado Jean Wyllys, Defensoria Pública, OAB, o delegado da 76ª, Glaucio Paz e a Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), na pessoa da delegada Gisele Rosemberg, bem como o coronel

---

<sup>77</sup> Disponível em: <http://jeanwyllys.com.br/wp/jean-wyllys-participa-do-puta-dei-e-apura-violencia-contra-as-profissionais-do-sexo-em-niteroi-rj> Último acesso: 21/05/2014

da Polícia Militar<sup>78</sup>. Havia outros apoiadores e entidades presentes. A delegada da DEAM não compareceu por “motivos pessoais” e o delegado da 76ª justificou a sua ausência alegando que estava realizando uma prisão no dia, mas nenhum dos dois enviou representante. O coronel da Polícia Militar foi e esclareceu que o motivo de ter uma viatura na porta do prédio é por este ter sido identificado como “local de crime”, mas não soube informar qual crime. No mais, a própria Polícia Militar não participou da operação. Indianara Siqueira, assessora do Jean Wyllys leu uma série de perguntas feitas pelo deputado para questionar a (i) legalidade da ação policial e, como a delegada e o delegado não estavam presentes, foi determinado o encaminhamento dessas questões em forma de ofício para as Delegacias e o Ministério Público.

Tanto a Defensora e a OAB problematizaram o motivo legal da operação, inclusive informando que houve “prisão para averiguação”<sup>79</sup> e observaram que só poderia existir razão moral para o que aconteceu. O advogado Gustavo Proença, que acompanhou o caso no dia 23 de maio, disse ainda estranhar que no dia anterior à audiência, dia 03 de junho, a assembleia de condomínio do edifício foi dentro da Delegacia. O Deputado Marcelo Freixo afirmou que as prostitutas do local são alvo de perseguição há anos, porém houve uma mudança de quadro significativo com o processo de modernização da área central via Operação Urbana Consorciada. Além disso, informou sobre os ofícios que a Comissão de Direitos Humanos enviou para as polícias civil e militar, DEAM e SEASDH, disse que a comissão investigou a situação do imóvel junto à Defesa Civil e que não havia relatório de vistoria do local, apesar de ter uma questão sobre o registro de incêndio, mas que não havia qualquer problema que justificasse a retirada das mulheres do prédio. Em relação ao fato de a DEAM não ter registrado os abusos perpetrados pelos policiais sob a justificativa de que não podia interferir na esfera da 76ª DP, refutou a justificativa e pediu à Defensoria Pública recolher os depoimentos para serem encaminhados direto para Corregedoria da Polícia via

---

<sup>78</sup>

Disponível

em:

<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=925&num=1>  
Último acesso: 19/02/2015

<sup>79</sup> Trata-se de uma medida ilegal que consiste em levar uma pessoa para delegacia para olhar seus antecedentes através do sistema “SARC”.

Comissão de Direitos Humanos. A audiência terminou com uma promessa de ter outra com a convocação da Defesa Civil e a Chefia da Polícia Civil<sup>80</sup>.

No dia 21 de junho, a prostituta que fez a denúncia na Audiência Pública sofreu um sequestro relâmpago em que foi agredida física e psicologicamente, ouviu ameaças que colocaram sua vida e de sua família em risco. Em entrevista à página eletrônica “Vice”, ela narra como foi:

Depois da audiência pública que teve na ALERJ, passaram-se uns três dias. Eu comecei a ser seguida por um policial, que começou a tirar fotos de mim na rua em vários momentos. Eu fui à delegacia e fiz a primeira ocorrência. Eu não sabia que ele era policial, só que trabalhava no GAP (Grupo de Apoio aos Promotores de Justiça). Depois de uma semana eu descobri o nome dele, Lopes, então fui lá e editei o nome dele. Depois de uma semana uma viatura da PM começou a tirar foto minha de novo. Eu peguei o número da viatura, levei na delegacia e fiz a ocorrência. Depois de uma semana eles me sequestraram. Eu estava andando na rua, eles me abordaram de carro, depois uma moto me fechou, me jogaram no carro. Quando eu entrei o rapaz me deu um soco na cabeça com alguma coisa que me cortou. Eu abaixei a cabeça e eles começaram a me cortar. Eu levantei e eles me mostraram uma foto do meu filho, falavam a todo momento que era pra eu tirar tudo da mídia, que eu não sabia com quem estava mexendo e eles podiam me prejudicar. Então eles ficaram andando comigo uns 20 minutos no carro. Depois me largaram e mandaram andar e não olhar pra trás. Eu fiquei parada na rua, sem saber o que fazer. Eles não levaram meu celular, só o documento e o comprovante de residência. Eu pensei: “Ligo pro 190? Não, não posso ligar pra PM porque a viatura estava me fotografando outro dia, não posso ligar pra Civil porque não sei de onde está vindo isso”. Então liguei pra Indianara. Ela disse: “Sai daí e vai pra um lugar movimentado”. Eu fui. Nos encontramos e fomos pro médico e depois na delegacia o policial registrou como “vias de fato”. Eu estava toda machucada. Depois eu descobri que não foi feita ocorrência, só um termo circunstanciado que não vai dar em nada. Ou seja: eles não vão investigar o que acontece comigo porque é na delegacia do doutor Gláucio, que é a delegacia da operação no prédio. Tinha que ser feito lá porque é a delegacia da área. Ou seja, quem fez isso comigo sabia que se fizesse isso lá teria de ser registrado na 76ª e indo pra lá não ia dar em nada, então foi tudo de caso pensado<sup>81</sup>.

Depois da ocorrência do dia 23 de maio, quando os apartamentos foram invadidos e as mulheres foram impedidas de retornar ao prédio para trabalhar, a vida de Isabel<sup>82</sup> já tinha mudado significativamente. O sequestro-relâmpago, porém, marcou outra etapa igualmente, ou até mais prejudicial para ela, tanto em termos materiais como emocionais também. Após as ameaças, ela não pôde voltar

80

Disponível

em:

<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=925&num=1>  
Último acesso: 19/02/2015

<sup>81</sup> Disponível em: [http://www.vice.com/pt\\_br/read/esta-prostituta-foi-roubada-estuprada-e-despejada-por-policiais-em-niteroi](http://www.vice.com/pt_br/read/esta-prostituta-foi-roubada-estuprada-e-despejada-por-policiais-em-niteroi) Último acesso: 23/10/2014

<sup>82</sup> Em comum acordo no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficou estabelecido que todos os nomes serão fictícios para preservar as ativistas envolvidas.

a trabalhar como prostituta em qualquer ponto, tanto pelo medo de alguém se passar por cliente para ameaçá-la de novo, como também pelo fato de ser fácil rastreá-la pelas redes de prostituição. Por essa razão, Isabel buscou apoio institucional.

Acompanhada de uma ONG que atua na promoção dos direitos das prostitutas, foi a diversos órgãos do governo estado e federal, porém não conseguiu acolhimento em nenhum programa. Ela foi ao CIAM (Centro de Integrado de Atenção à Mulher) – órgão ligado ao governo estatal-, à Secretaria de Direitos Humanos para pedir a inclusão ao Programa Nacional de Defensores de Direitos Humanos<sup>83</sup> e ao Provita<sup>84</sup>, programa estadual de proteção à testemunha. Em entrevista, uma ativista da ONG narra as dificuldades de conseguir qualquer tipo de apoio através do governo para oferecer segurança à Isabel:

Em todos esses espaços era incrível, assim. A primeira coisa era que ela não podia ser ativista, sabe? Até quando a gente foi para um lugar para mulheres aqui, foi a primeira coisa que me falaram, tipo, “a gente está sabendo desse caso e, se ela quiser algum tipo de proteção com a gente, ela vai ter que parar com o ativismo, ela não vai poder falar para outras pessoas que ela foi prostituta, se ela for procurar emprego, se ela quiser entrar no banco de emprego do Estado, que o Estado tem, ela não vai poder falar/assumir esse passado dela, porque se ela assumir, tem muito estigma e não vai conseguir trabalho. E chegaram a falar para ela para que a mãe deve pedir a guarda das crianças, sabe? Ela ser declarada uma mãe irresponsável. (...) Isso no Centro de Atenção a Mulheres que falaram essa parada! Que para ela ter acesso a algum tipo de benefício, a mãe dela teria que ir a uma Delegacia e dizer que ela tinha sumido por uns 2, 3 meses, que não tinha enviado nada para os filhos. Aí ela seria declarada uma mãe irresponsável. A guarda das crianças passaria de ser da mãe dela, que aí a mãe dela poderia receber a bolsa família e, quiçá, entrar para lista do “Minha Casa, Minha Vida”. (...) E eu estava com ela no dia... Eu não estava na hora do atendimento, mas ela me falou imediatamente depois, e alguns dias depois eles me ligaram... E aí eu meio que confirmei, porque eu fiquei tão passada... Tipo, como assim? E eu falei, “Pois é, ela falou uma coisa assim, tipo, que ela teria que... Que a mãe teria que pedir a guarda das crianças para poder ela...”, E eles falaram “Sim”. Tipo, confirmaram! (...) E não é verdade, é mentir... Falar para a mãe ir à Delegacia é mentir. Isabel deu tudo para as crianças dela, sabe? Eles estudam numa escola privada, tem natação, tem dança, tem tudinho, sabe? Tem uma vida... Acho que tem *tablet*. Ela deu uma vida muito boa para a família dela. E eu vejo como uma forma de punir. Eu acho que o Estado cria mecanismos para punir as prostitutas, sabe. (...) Você quer ajuda do Estado, então vamos criar uma “vítima” que a gente dá conta de proteger, porque a gente não dá conta de te proteger assim: uma puta;

<sup>83</sup> Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/combates-as-violacoes/programas/defensores-dos-direitos-humanos-1> Último acesso: 24/10/2014

<sup>84</sup> Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=549762> Último acesso: 24/10/2014

como você está, mas se você perder as suas crianças e tudo, e seja uma mãe irresponsável, aí de repente a gente consegue conversar. (...). Eu acho que os “jeitinhos” são dados em alguns casos que o Estado se sensibiliza. Talvez com uma mãe que perdeu o filho, sabe? Umas situações de gênero mais comovente, mas não para uma puta. Eu nunca vi o Estado tentar se desdobrar... A única vez que eu vi era um pouco esses dias com a Defensoria Pública que ficaram ligando, tentando... Que acharam um abrigo. Mas nossa... a Isabel odeio a ideia de abrigo. E eu também achei, eu concordo com ela. Uma coisa que ela fala é que ela acha que essas estratégias que foram dadas para ela também - acho essa muito importante -todas foram estratégias que eram para silenciar a fala dela. Tipo, fica “quietinha”, sabe.

De acordo com a ativista, todos os órgãos acionados pareciam que não tinham interesse em fornecer uma saída para o caso da prostituta que estava sob ameaça. No Programa de Defesa de Direitos Humanos, ouviram que se havia suspeita de que o sequestro-relâmpago tinha partido de membros da polícia, não tinha como era integrar o programa de proteção, já que este era realizado através da própria. O que a ativista pôde concluir é que o Estado não está sensibilizado com a ameaça de vida de uma mulher prostituta, que dentro de um regime desigual do reconhecimento da vulnerabilidade que demanda proteção, esta face do gênero não tem vez. Apesar de a prostituição ser reconhecida pelo Código Brasileiro de Ocupações do Ministério Público do Trabalho desde 2002, no item 5198, as mulheres que trabalham dessa maneira seguem sendo marginalizadas e, direta ou indiretamente responsabilizadas por todo o tipo de violência gerada neste meio. Mesmo quando apresentado diversas violações de direitos humanos praticados pelos próprios agentes do Estado, este se mantém inerte tanto para apurar os fatos, como para reparar a vítima, como se tivesse respondendo que “é culpa dela por ter se metido nisso”. Acredita-se que esta é uma leitura possível do que a Duda<sup>85</sup> diz quando afirma que o “Estado cria mecanismos para punir as prostitutas”; essa questão será mais aprofundada ao longo desse texto. Além disso, há uma crítica forte quanto ao processo de silenciamento indireto que esses programas geram, ao invés de fortalecer a mulher violada em seus direitos para buscar reparação, eles desestimulam o seu ativismo.

Sem conseguir qualquer alternativa viável para sua proteção e de sua família nesses programas, Isabel teve que contar com o apoio de ONGs e ativistas para resguardar sua vida. Além de ter que dormir na casa de pessoas diferentes a

---

<sup>85</sup> Duda é o nome fictício dado à ativista, de acordo com o estabelecido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

cada noite, alguns dias em hotéis, criou-se uma campanha *online* para arrecadar fundos de emergência para que Isabel pudesse se refugiar de maneira segura<sup>86</sup>:

A Davida, organização de direitos das prostitutas brasileiras, o Observatório da Prostituição e a Justiça Global estão se unindo para levantar fundos de emergência para Isabel viver em segurança, sustentar a si e sua família e continuar seu ativismo denunciando graves violações de direitos humanos.

Esse apoio de emergência cobrirá o período de tempo até que os processos judiciais terminem e até que as organizações sem fins lucrativos que trabalham com Isabel possam providenciar ajuda de longo prazo e projetos para apoiar seu ativismo<sup>87</sup>.

Interessante colocar a observação de Duda sobre como, no final das contas, o apoio à Isabel foi todo proveniente do sua atuação política:

Assim, o ativismo tem sido a maior saída para ela também, todo dinheiro, tudo que a gente conseguiu era através dela como ativista, que também acho interessante, portanto, que o Estado queria que ela parasse de falar e todo o apoio que DaVida mobilizou era em torno de ela continuar falando.

Ainda assim, ela percebeu que o apoio veio, majoritariamente, de fora. Ela disse que houve uma desproporção profunda do que se conseguiu arrecadar com a campanha brasileira em relação ao que se obteve no exterior. Para Duda, isso pode ser um sinal dos entraves que esse debate enfrenta na nossa realidade, pois disse que houve uma boa divulgação da campanha. Segundo ela, ainda há muita resistência para trabalhar com prostitutas em todos os âmbitos, inclusive com os movimentos sociais e com as organizações não governamentais.

Além da proteção de Isabel, que veio como demanda após a audiência pública da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, também houve outras frentes de atuação na defesa dos direitos das prostitutas do Prédio da Caixa em que a Defensoria Pública, através do Núcleo Especial de Defesa dos Direitos das Mulheres Vítima de Violência (NUDEM), fez parte, como ficou combinado na reunião da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ que antecedeu a audiência.

<sup>86</sup> Disponível em: <http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=3249>

<http://global.org.br/arquivo/noticias/ajude-isabel-prostituta-ameacada-por-denunciar-crimes-da-policia-do-rio/>

<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/07/anistia-internacional-lanca-acao-em-defesa-de-prostitutas-agredidas-no-rio>

<https://anistia.org.br/entre-em-acao/carta/acao-urgente-profissionais-sexo-despejadas-e-agredidas-pela-policia-civil-rio-de-janeiro/>

Último acesso: 24/10/2014

<sup>87</sup> Disponível em: <http://global.org.br/arquivo/noticias/ajude-isabel-prostituta-ameacada-por-denunciar-crimes-da-policia-do-rio/> Último acesso: 24/10/2014

Em entrevista com a Defensora que atuou<sup>88</sup>, ela nos contou que o caso é de enorme frustração para ela porque nunca tinha visto tamanha arbitrariedade, mas disse que perdeu o contato com as mulheres porque elas se dispersaram, não tendo mais a quem representar. Ela disse que visitou o prédio Nossa Senhora da Conceição e que este era igualmente proporcional à indignidade com que eram tratadas as prostitutas, no sentido de ausência de reconhecimento delas como sujeitos de direito. Disse que viu esgoto aberto, rato, barata, rombo no elevador, etc. O lugar era realmente muito sujo. A Defensora tributou ao medo de novas retaliações e de mais exposição às principais razões devido as quais as prostitutas desistiram de prosseguir com a reivindicação institucionalmente. Um número bem reduzido foi à Defensoria para dar seus depoimentos, segundo o que ficou combinado na audiência pública, e depois o contato com elas diminuiu muito, se estendendo um pouco mais com Isabel por conta do sequestro. Somado a isso, a Defensoria Pública também juntou uma petição na ação cautelar que autorizou<sup>89</sup> a busca e apreensão no prédio para questionar tanto a atuação dos policiais no dia, como também a necessidade de interdição parcial do imóvel.

Ela nos explicou que há inúmeros inquéritos, a maior parte do Ministério Público, para investigar supostas atividades criminosas naquele prédio. Durante o acompanhamento do caso, ela teve acesso a vários desses inquéritos, inclusive uma Ação Civil Pública. Até então, não tinham conseguido comprovar qualquer ilegalidade. O prédio já teve várias batidas, mas essa última foi a única que conseguiu levar a cabo a sua interdição, por isso acredita que esta ação mais efetiva tenha a ver com a renovação urbana. O inquérito que resultou na retirada das trabalhadoras sexuais do prédio acabou se justificando, mais tarde, pelo que foi chamado de rede de milícia descoberta no imóvel, conforme a reportagem do portal G1, no dia 12 de outubro de 2014<sup>90</sup>. No entanto, as mulheres argumentam que os seguros eram pagos apenas para fazer a proteção delas no prédio. De todo modo, só há policial denunciado, nenhuma prostituta.

---

<sup>88</sup> A pedido da Defensora, essa entrevista não foi gravada.

<sup>89</sup> O processo nº 0022563-89.2014.8.19.0002 é sigiloso. O *site* do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro informa que ainda está em fase de inquérito. Ver: <http://www4.tjrj.jus.br/consultaProcessoWebV2/consultaProc.do?v=2&FLAGNOME=&back=1&tipoConsulta=publica&numProcesso=2014.002.021495-9> Último acesso: 10/11/2014

<sup>90</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/08/predio-no-rj-controlado-por-milicia-tinha-ponto-de-prostituicao-e-violencia.html> Último acesso: 19/02/2015

Em matéria de defesa, a Defensoria questionou, em primeiro lugar, a razão pela qual todas as mulheres encontradas entre o primeiro e o quarto andar foram levadas amontoadas em microonibus para a Delegacia se o mandado era de bens, documentos ou coisas relacionadas ao crime, não falando em cerceamento da liberdade de pessoas. Assim, afirma-se que a autoridade policial excedeu demasiadamente as diligências que foram autorizadas. Quanto à interdição do prédio, a Defensoria rebateu as três razões fundamentais expostas no edital de interdição parcial, que foi colado nas portas dos apartamentos, problematizando o poder do delegado para realizar tal ato.

No que se refere à “necessidade de garantir a perícia e vistoria”, a Defensoria argumenta que o artigo 6º do Código de Processo Penal atribui à autoridade policial a responsabilidade de conservar o estado inicial até a realização da perícia policial. No entanto, mesmo após a perícia, os apartamentos continuaram interditados. Sobre a motivação baseada em problemas relativos à estrutura do imóvel, questiona-se a razão do delegado ter se incumbido de atuar naquilo que é de atribuição da Secretaria Municipal de Defesa Civil. Não faz parte da expertise de um delegado julgar se um prédio está com sua estrutura comprometida ao ponto de causar risco às pessoas que habitam. Mesmo quando esse é o caso, a Defesa Civil não tira as pessoas do local à força. Tampouco faz sentido a interdição ter sido apenas nos quatro primeiros andares, já que se houvesse qualquer chance de desabamento prejudicaria todos os moradores do prédio. Por último, a “utilização do local de forma reiterada para a prática de crime”, a Defensoria questiona que crime foi praticado já que não fora apreendido qualquer bem, documento ou substância significativa<sup>91</sup> que caracterizasse isto, além de que o fato de as mulheres utilizarem os apartamentos para prostituição não é crime, já que se trata de uma profissão legalmente reconhecida.

Sendo assim, o direito de locomoção das trabalhadoras sexuais não pode sofrer intervenção apenas por causar desconforto a outras pessoas, tampouco havia razão para obrigá-las a sair porque incomodavam, não havendo justificativa legal para o ato. Em uma declaração à página “Niterói Mais”, o delegado oferece uma declaração que mostra realmente esse ter sido o caso, “O combate à

---

<sup>91</sup> Em conversa com a Defensora, ela disse que não conseguiram apreender nada de significativo, apenas um caderno de anotações, que a polícia afirma poder comprovar o pagamento de segurança.

prostituição naquele prédio vai continuar, pois se trata de um edifício residencial<sup>92</sup>”, disse. Se existisse exploração sexual no prédio, a Defensoria Pública afirma que o tratamento adequado às prostitutas era de proteção do Estado, e não aumentar a vulnerabilidade à integridade dessas mulheres, como foi o resultado da ação policial. Por isso, a Defensoria pediu a desinterdição dos apartamentos ou a invalidação do edital, porém este pedido não foi atendido pelo juízo da 1ª Vara Criminal por este entender que não fora sua ordem a interdição do prédio, então que caberia entrar com o pedido na vara cível. Esta ação não chegou a ser feita porque, segundo a Defensora, as prostitutas não tiveram interesse em dar andamento.

---

<sup>92</sup> Disponível em: <http://www.niteroimais.com.br/prostitutas-pedem-mais-liberdade-para-trabalhar/>  
Último acesso: 10/11/2014

### 3

## A Cidade e o seu sujeito

O objetivo desse capítulo é trazer ferramentas teóricas que auxiliam na reflexão sobre o que leva as prostitutas a serem historicamente excluídas dos projetos que visam a modernização das cidades, buscando apresentar desafios para pensar a relação da produção do espaço e o gênero que integre essa realidade. Deve-se observar como o discurso da “modernização da cidade” produz e reproduz concepções acerca da mulher e da sexualidade.

### 3.1

#### Modernização X Prostituição

Esse tópico se inicia com um balanço sobre a centralidade da construção de um modelo de feminilidade e de sexualidade saudável, que coloca a mulher no papel de cuidadora da família e do espaço doméstico, na sustentação de um projeto de modernidade das burguesias nacionais europeias. Em seguida, demonstra-se como isso está na base da divisão dicotômica do espaço público e do privado, que produziu um regime de vigilância e controle sobre as mulheres que transitavam nas ruas e em estabelecimentos públicos durante o século XIX. As prostitutas, antíteses da mulher “guardiã do lar”, eram vistas como uma ameaça para a ordem pública e moral, portanto são alvo de medidas médico-sanitárias que visam restringir sua circulação pela cidade. Busca-se observar o processo de produção do espaço urbano através da ótica teórica e histórica das tensões estruturais que residem entre a construção das cidades modernas e a presença pública da prostituição.

Anne McClintock, em seu livro “Couro Imperial”, argumenta que a invenção da raça, entrelaçada com outros marcadores da diferença como o gênero e a classe, foi fundamental para a construção de uma narrativa do progresso humano, sob um sistema único e totalizante, baseada na experiência do homem europeu, branco, cristão e burguês, que foi instrumentalizada para legitimar o imperialismo da modernidade industrial ocidental. Segundo ela, os discursos científicos que exploravam as diferenças raciais, sexuais e classistas, na segunda metade do século XIX, evocavam um espaço anacrônico, materializado na forma

das colônias e dos colonizados, do qual a Europa se afastava progressivamente. A raça superior branca, masculina e europeia era reforçada pela oposição entre normalidade e desvio, em que a mulher branca era “guardiã moral” da reprodução sadia desta classe<sup>93</sup>. Estudiosos europeus viam nos corpos dos colonizados, principalmente das mulheres negras, marcas da “hiperssexualidade” que atribuíam ao “primitivismo” e a “pré-história” através da invenção de estigmas, que associavam diferenças físicas com anacronismo. O exemplo mais claro disso foi a duradoura exposição de Saartjie Baartman, uma mulher negra do povo de khoisan, levada à Europa em 1810 para ser exibida como “Vênus Hotentote”, cujas dimensões corporais, principalmente as genitálias, eram exploradas como aberrações que expunham órgão e desejo sexuais maiores, quando comparados a mulher branca europeia, o que para os cientistas, apontava maior aproximação com os grandes primatas. Para eles, essas representações de “excessos sexuais” eram sinais e ameaças de regresso, e a transgressão da fronteira da “normalidade” era mais tendente a ser atravessada pela mulher da classe trabalhadora:

Dentro dessa tradição pornotrópica, as mulheres figuravam como epítome de aberração e do excesso sexuais. O folclore as via, ainda mais que aos homens, como dadas a uma lascívia tão promíscua que beirava o bestial. (...) Long via uma lição mais próxima de casa no espetáculo africano do excesso sexual, pois acreditava que as britânicas da classe trabalhadora habitavam, mais naturalmente que os homens, as perigosas fronteiras da transgressão sexual e racial: “as mulheres das classes baixas na Inglaterra”, escreveu de modo agourento, “tem preferência notável pelos negros<sup>94</sup>”.

Segundo McClintock, o discurso sobre o desvio de raça e gênero assumiu uma forma de dominação que foi fundamental para o policiamento das classes “degeneradas”, cujos “maus hábitos” eram o atraso que sobrevivia no coração da metrópole moderna:

Na metrópole industrial, a evocação do espaço anacrônico (a invenção do arcaico) se tornou central para o discurso racial e da vigilância urbana das mulheres e da classe trabalhadora. Os cientistas raciais, e mais tarde, os eugenistas viam as mulheres como inerentemente atávico arquivo vivo do arcaico primitivo. (...) o espaço doméstico vitoriano também foi submetido à figura disciplinar do espaço anacrônico. As mulheres que transferiam as fronteiras vitorianas entre o público e o privado, entre o trabalho e o lazer, entre o trabalho pago e não pago, tornavam-se cada vez mais estigmatizadas como espécimes de

<sup>93</sup> BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. In: Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, 2006, p. 352.

<sup>94</sup> McCLINTOCK, A. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 45

regressão *racial*. Tais mulheres, dizia-se, não habitavam propriamente a história, mas eram protótipos de humanos anacrônicos: infantis, irracionais, regressivas e atávicas, existindo num tempo permanentemente anterior dentro da modernidade. As serventes domésticas eram frequentemente descritas na iconografia da degeneração como “pragas”, “raças negras”, “escravas” e “primitivas”<sup>95</sup>.

A preocupação com “contágios”, que colocassem em risco a saúde da família burguesa, destruindo o projeto imperial e o progresso do homem branco, levou a uma “paranoia vitoriana sobre a ordem das fronteiras”. Era necessário purificar as fronteiras que ameaçavam transmitir as doenças físicas e os desvios morais ligados à degenerescência. A principal responsável por essa tarefa era a mulher, mãe-esposa e guardiã do lar. Em primeiro lugar, o controle de sua sexualidade, reduzida à reprodução, era necessária para a garantia de descendência sadia, evitando-se o “contágio racial”:

O controle da sexualidade das mulheres, a exaltação da maternidade e da criação de uma raça viril de construtores do império eram percebidas amplamente como os meios fundamentais para controlar a saúde e a riqueza do corpo político imperial masculino, de tal forma que, na virada do século, a pureza sexual surgia como metáfora e controle para o poder racial, econômico e político.<sup>96</sup>

Como guardiã do lar, a mulher não era só responsável pela saúde da família, como também pela higienização e cuidado com o espaço doméstico. Anne McClintock alude a importância do culto à domesticidade na formação da classe média e dos ideais do capitalismo industrial, com o importante papel da mulher na racionalização do lar através do controle cada vez mais rígido da limpeza, da organização dos móveis, dos horários das refeições, da marcação e rotulação de objetos da casa, em suma, de diversos rituais de disciplinamento do espaço. Seu trabalho, ainda que ocultado na história, e não contabilizado como valor social e econômico, era essencial para a concretização dos ideais liberais, da separação rígida do público e privado, assim como para a purificação das fronteiras:

Mas não se deu atenção suficiente à transformação das casas durante esse período e ao importante papel que o culto da domesticidade desempenhou na formação da incipiente classe média. E há considerável evidência de que as mulheres estavam central, ainda que contraditoriamente, implicadas no surgimento da racionalidade liberal. Davidoff argumentou de maneira brilhante que o século dezenove foi palco não só da crescente racionalização do trabalho nas fábricas mas também da crescente racionalização do regime doméstico.(...) Em meados do século

<sup>95</sup> Ibid. pp. 73- 74

<sup>96</sup> Ibid. pp. 82-83.

dezenove, o domínio doméstico, em vez de ser abstraído do mercado racional, tornou-se uma arena indispensável para a criação, alimentação e incorporação desses valores. O culto da racionalidade industrial e o culto da domesticidade formavam uma aliança crucial, ainda que oculta<sup>97</sup>.

O modelo vitoriano do feminino e do disciplinamento do doméstico foi entusiasticamente assimilado pelos administradores, médicos e sanitaristas da república brasileira. O trabalho de Margareth Rago mostra como esse modelo normativo da “vigilante do lar” foi adotado para arregimentar a mulher de classe média e, progressivamente, imposta à mulher da classe trabalhadora. Através de argumentos científicos e biológicos, buscava-se comprovar a natural vocação da mulher - agora considerada a mais importante aliada dos médicos - para tomar conta de todos os mínimos detalhes que diziam respeito à saúde da família e a higiene do espaço doméstico:

À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. Complementarmente, a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas camadas pobres da população como força de trabalho industrial<sup>98</sup>.

A autora faz uma agrupação dos principais argumentos médico-sanitaristas, defendidos em teses de doutorado nas Faculdades de Medicina a partir dos séculos XIX, que fundamentavam o novo modelo de feminilidade para convencer as mulheres de sua natureza de mãe-esposa: a condenação do aleitamento mercenário (quando a mãe da classe média transfere à ama-de-leite), o incentivo ao prolongamento da alimentação dos filhos através do leite materno e seu dever cuidar e educar as crianças, eram algumas das recomendações médicas que penetravam na casa e reordenavam os papéis sociais, de modo a evocar a responsabilidade moral da mulher de organizar e civilizar a família, preparando o “futuro da nação”.

Se, por um lado, a tarefa das mulheres burguesas era garantir uma classe dirigente sólida, por outro a mulher da classe trabalhadora adquiria o dever de

<sup>97</sup> McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade*. Campinas: Cadernos Pagu, 2003, n. 20, p. 7-85. ISSN 0104-8333 pp. 63-65.

<sup>98</sup> RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 62

disciplinar a força de trabalho para o país, que se urbanizava no momento e buscava desenvolver atividades industriais e comerciais<sup>99</sup>.

Segundo Mara Viveiro, a reprodução biológica do corpo social se tornou alvo de preocupação das burguesias nacionais europeias na construção do projeto da modernidade<sup>100</sup>. As intervenções sobre o corpo tinham por objetivo a conservação da “raça”. Tratava-se de majorar as forças produtivas da nação por meio da homogeneização do ideal de corpo saudável. No tomo I da “História da Sexualidade”, o filósofo Michel Foucault expõe como a sexualidade se consolida enquanto prática regulatória, construída através do crivo da racionalidade, pelo qual será transformado em discursos úteis e públicos. A segunda metade do século XIX é marcada pela medicina das perversões e programas de eugenia<sup>101</sup>. O poder atua produtivamente ao classificar e separar as condutas sexuais entre normais e anormais; medicaliza e busca adequar as perversões aos parâmetros normalizadores.

O dispositivo da sexualidade, segundo o filósofo, se exerce em primeiro lugar no espaço da família burguesa. A medicina e a psiquiatria atuaram na tecnologia do sexo para normalizar condutas que estavam associadas a doenças do corpo que podiam desencadear em problemas hereditários e de degenerescência. Trata-se do dever e da obrigação moral de conservar a classe e a família através do cuidado com o corpo pelo qual poderia garantir uma descendência sadia. Foucault observa que o cuidado com o corpo está, então, conectado com o estabelecimento da hegemonia burguesa. Se antes os nobres se afirmavam pela pureza do sangue (afirmação da ascendência), agora a burguesia se afirma pelo corpo saudável, pela descendência sadia. A preocupação com o corpo e a sexualidade da classe proletária veio depois, quando se calculou que os problemas derivados da falta de cuidado com sua saúde poderiam acarretar danos à família burguesa, em razão da proximidade, do perigo de contaminação e da ameaça de epidemias. A coabitação proporcionada pela estrutura urbana traz esse conflito à tona. As políticas sanitárias e higienistas, bem como de proteção à infância

<sup>99</sup> SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 22.

<sup>100</sup> VIVEROS, Mara. *La sexualización de la raza y la racialización del sexo en el contexto latinoamericano actual*. In Gloria Careaga (org.) *La sexualidad frente a la sociedad*. México, D.F., 2008.p. 3.

<sup>101</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade Vol.1 – A vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2012.p. 116.

(através da retenção do exercício da vida sexual prematuramente) chegam às classes populares com bastante violência através de medidas coercitivas da administração e do poder judiciário.

Neste cenário, as prostitutas provocavam particular alarde entre médico-sanitaristas que atribuíam a elas a responsabilidade pela propagação de doenças, maus hábitos e desvios morais. Inúmeras medidas legais e administrativas foram formuladas no sentido de promover o controle sobre elas e prevenir danos à saúde da sociedade e à ordem pública. Gayle Rubin afirma que a prostituição, em razão dessas mudanças, deixa de ser um trabalho temporário e passa a ser uma ocupação permanente. Segundo ela, antes desse período as prostitutas eram parte da classe trabalhadora, mas ficaram cada vez mais isoladas por conta da criminalização que sofreram. A perseguição legal fez com que elas tivessem que se defender da polícia e ocupar territórios bem restritos, reduzindo sua mobilidade pela cidade<sup>102</sup>.

O controle sobre as prostitutas que circulavam pelas áreas centrais do Rio de Janeiro se intensificou no final do século XIX, quando da necessidade de modernização do espaço para a intensificação da acumulação capitalista no Brasil, a partir do crescimento industrial e da produtividade do sistema. Pode-se citar, a título de referência histórica, o regulamento provisório às meretrizes de 1897, que previa, por exemplo, o traje adequado para que elas se apresentassem à janela ou andassem pela rua, bem como também determinava que pudessem habitar apenas domicílio particular com no máximo três pessoas<sup>103</sup>.

Segundo Letícia Cardoso Barreto<sup>104</sup>, no final do século XIX, o discurso institucional diagnosticava o Rio de Janeiro como um lugar perigoso devido às epidemias e os hábitos dos moradores “populares” da cidade, sendo parte da tarefa da Administração disciplinar seus habitantes e limpar o espaço público:

Era preciso estudar a cidade para compreendê-la e modificá-la, transformando-a em local civilizado. Os encarregados dessa tarefa foram os médicos, que deveriam atuar como consultores públicos, agindo os mais diversos setores, curando as doenças da cidade<sup>105</sup>.

<sup>102</sup> RUBIN, G.S. “Thinking Sex: notes for a radical theory of politics of sexuality. In: NARDI, P. M.; SCHINEIDER, B. E. (Ed) *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York, Routledge, 1998. pp. 100-133.

<sup>103</sup> RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Op. cit., p. 93

<sup>104</sup> BARRETO, Letícia Cardoso. *Prostituição, Gênero e Trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

<sup>105</sup> Ibid, pp. 73-74.

A historiadora Rachel Soihet demonstra que houve uma forte campanha contra a prostituição por parte da Academia da Faculdade Medicina, que através de diversos estudos, queria comprovar que esta tinha um papel central na “degradação física e moral do homem e na destruição das crianças e da família”<sup>106</sup>. Dizia-se que as “práticas ‘antinaturais’ do gênero apresentavam-se como um manual vivo da forma anti-higiênica de ser mulher”<sup>107</sup>.

Os médicos brasileiros se empenharam em estudar as “doenças”, principalmente sob o foco da sífilis e da prostituição, que segundo eles, assolavam o espaço urbano. Eles buscavam suas causas, efeitos e pensavam em formas de regulamentação. Os estudos classificaram o trabalho sexual em três categorias básicas: perversão (doença física), depravação (doença moral) e comércio do corpo (doença social).<sup>108</sup> A dimensão física, dentro da categoria sexualidade pervertida, estava ligada ao fato de que o desejo sexual exercido pelas prostitutas era excessivo e antinatural, uma vez que ultrapassava os fins reprodutivos. Isto podia causar degeneração física e problemas de contaminação de doenças graves, como a sífilis. Além disso, eles diziam que este estilo de vida podia causar esterilidade à mulher.

A depravação, como aspecto ligado à doença moral, tinha a ver com o fato de a prostituta ser entendida como desviante porque não exercia o papel “naturalmente” destinado à mulher, a saber, de mãe/esposa, abusando dos prazeres e indo contra as regras da honestidade. Segundo Leticia Cardoso Barreto, esses estudos contribuíram para a criação do estereótipo da “mulher honesta” em oposição às prostitutas que, em suas palavras, “são vistas como preguiçosas, devassas, instáveis, incontroláveis, fúteis, banais, entre outros adjetivos (...)”<sup>109</sup>. Por isso, elas não só eram vistas como um problema para o projeto de higienização do corpo, como também influências ruins para as outras mulheres que podiam se enganar pela “vida fácil”. Esta colocação leva à terceira categoria, de comércio do prazer, que não entendia aquela ocupação como um trabalho honesto, sendo associada ao crime e visto como uma forma “ociosa” de ganho.

<sup>106</sup> SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 201.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> BARRETO, Leticia Cardoso. *Prostituição, Gênero e Trabalho*. Op. Cit. p.74

<sup>109</sup> Ibid. p. 76.

O objetivo não era, no entanto, acabar por completo com a prostituição, mas impedir que se alastrasse pela cidade. Desse modo, o que se queria era aumentar o controle, pois a ameaça à família brasileira era justamente a indeterminação da localidade dessa atividade no espaço urbano e a falta de leis regulatórias. As propostas de higienização dessa atividade passavam pela necessidade de delimitar áreas específicas para a instalação de bordéis e limitar a circulação das mulheres que se prostituíam para evitar que transitassem pelos mesmos espaços das “mulheres honestas”. Assim, os discursos institucionais entendiam que as prostitutas eram um perigo à perversão da mulher-mãe-esposa com o mau exemplo de sua vida depravada, além de ameaça por conta de possíveis contaminações que a sua vida sexual poderia trazer aos homens de família ou à descendência. No entanto, elas guardavam certa “utilidade pública” porque permitia aos homens “descarregar o instinto sexual” – fato que era entendido como ligado à formação biológica do homem – e evitava, por conseguinte, a desmoralização da família, resguardando ao espaço doméstico a honra e a tranquilidade. Por isto, fazia-se necessária a permanência do exercício, desde que sob controle da higiene e da moral<sup>110</sup>.

Deve-se observar que este discurso estava bastante centrado na figura da mulher, produzindo e reproduzindo o estereótipo da mãe, esposa e dona de casa, enquanto a prostituta era vista como uma figura desviante. Esta estaria infringindo a lei da natureza por se afastar da vocação maternal e se entregar à perversão. No entanto, conforme afirmava o Dr. Parent-Duchatelet – médico francês que influenciou essas teses da Faculdade de Medicina no século XIX – as mulheres por serem seres passivos, estavam sujeitas a serem iludidas e se entregarem à depravação, por isso era necessário separar, fisicamente, a mulher “honesta” da prostituta:

Pela sua ótica positivista, a mulher se deixava levar mais facilmente pelas paixões e tinha como principal característica a passividade, tornando-se presa fácil nas mãos daqueles que quisessem explorá-la. A biologização imposta por esse discurso sugeria que toda e qualquer mulher era prostituta em potencial, podendo ser “salva” por uma boa educação moral e religiosa ou gozando de boas condições econômicas<sup>111</sup>.

---

<sup>110</sup> SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Op. Cit. p. 22.

<sup>111</sup> SIMÕES, Soraya Silveira. *Vila Mimosa: Etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca*. Niterói: EdUFF, 2010, p.43.

Rachel Soihet afirma que esses diagnósticos da medicina reforçaram o aparato repressivo contra as mulheres que viviam da prostituição. A historiadora demonstra os esforços da polícia de expulsar as mulheres trabalhadoras sexuais das áreas centrais da cidade para atender à higienização e à necessidade da classe burguesa em ascendência ao uso seguro do espaço urbano. Segundo a autora, não foi só das ruas que foram expulsas, pois alguns delegados ordenavam inclusive o despejo de algumas dessas mulheres que moravam no seu distrito, sob a ameaça de prendê-las.

Observa-se que o discurso da “modernização” da cidade, vinculado a outras transformações sobre a estrutura urbana, produz e reproduz concepções acerca da mulher e da sexualidade adequada a ela. Isto fica perceptível na distinção que o próprio Código Criminal de 1830 fez em relação às mulheres “públicas” e “honestas”, na medida em que a aplicação do tipo penal relativo ao “estupro” dependia do comportamento social da vítima. A mulher “pública” era entendida como prostituta porque o espaço “natural” da mulher “honesta” era o âmbito do privado, o lar.

De acordo com Margareth Rago, ainda que o final do século XIX seja marcado pela entrada significativa das mulheres da classe trabalhadora nas fábricas, no comércio e no setor terciário, o aumento da participação delas no espaço urbano não significou redução das imposições morais sobre seus corpos e “feminilidade”:

A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como a da virgindade. Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre os seus ombros a anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize. Não é a mulher esta carne fraca, presa fácil das paixões, que sucumbe sem resistências ao olhar insistente ou aos galanteios envaidecedores do sedutor? Vários procedimentos estratégicos masculinos, acordos tácitos, segredos não confessados tentam impedir a sua livre circulação nos espaços públicos ou a assimilação de práticas que o imaginário burguês situou nas fronteiras entre liberdade e interdição<sup>112</sup>.

Ao invés disso, a autora demonstra que recai sobre a mulher o sentimento de culpa pelo “abandono do lar” e pelos perigos de “perda da honra” por se

<sup>112</sup> RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Op. Cit. p. 63

“expor” a circular sozinha pelo espaço público. Enquanto a mulher trabalhadora pode ser interpretada como uma antinomia em relação ao papel de “guardiã do lar”, Rago nos apresenta estratégias e práticas masculinas não-ditas de cerceamento da relativa liberdade de participação do espaço urbano com a inserção dessa mulher no mercado de trabalho formal.

Anne McClintock nos aclara o fato de que não é mera coincidência que o espaço público foi associado ao masculino no século XIX, tampouco a construção de esferas diferenciadas, e radicalmente dicotômicas, para a mulher doméstica e o homem econômico. De acordo com ela, a separação do público e do privado foi, ainda que discursivamente tratado como um “progresso natural”, produzido sistematicamente em um regime de destituição dos grupos sociais que não correspondiam ao homem europeu, branco e proprietário:

Enquanto achavam seus meios de acesso ao poder, os novos profissionais e comerciantes deliberadamente excluía as mulheres de classe média dos clubes e tabernas, das lojas maçônicas e das organizações financeiras, das salas comerciais dos pubs, das reuniões e dos encontros políticos, da Câmara dos Produtores, das eleições legislativas e das universidades; em suma, de todas as instituições do poder público, que foram por isso mesmo definidas como espaços exclusivamente masculinos<sup>113</sup>.

A autora nos ensina que os homens burgueses, que se consolidavam como classe dirigente, remodelaram o espaço urbano para criar uma separação rígida entre os locais de trabalho e de reprodução; enquanto aquele deveria ser regido pelos princípios abstratos do mercado e da racionalidade, a casa era onde se expressava os afetos e os desejos. Para a filósofa Iris Young, o projeto moderno de exclusão do espaço público das expressões associados ao corpo acompanhou a formação do ideal do cidadão universal, aquele que através da razão expressaria a “vontade geral”. Para o iluminismo republicano, as manifestações corpóreas do sentimento, do afeto, da emoção e das necessidades particulares do homem moderno deveriam ser expressas no âmbito da casa, onde a mulher seria a “natural” guardiã; o espaço público, entendido também como espaço da política e do mercado, deveria ser administrado por aqueles que sabiam fazer uso de uma razão universal, imparcial e objetiva. Em razão disso, Young nos ensina que a construção do espaço da vida doméstica e particular faz parte do mesmo processo

<sup>113</sup> MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade*. Op. Cit. p. 62

da criação do Estado moderno e da lei, pois a “razão” e a “imparcialidade” atribuídas a este âmbito se realizam enquanto que se imagina conter o desejo e as vontades pessoais na esfera da família. No entanto, na prática, isso significou a exclusão da participação do espaço público de todas outras pessoas que eram identificadas pelos marcadores de raça, classe e gênero, pois que eram consideradas incapazes de transcender o corpo:

A burguesia branca masculina concebia a virtude republicana como “respeitabilidade,” e o homem “respeitável” era racional, contido e casto, inflexível à paixão, aos vínculos sentimentais ou à luxúria. O homem respeitável deveria ser heterossexual, desapaixonado, regido por regras. Os aspectos corporais, sexuais, incertos e desordenados da existência nessas imagens culturais eram e são identificados com mulheres, homossexuais, negros, índios, judeus e orientais<sup>114</sup>.

Assim, enquanto se delimitava um espaço público em que a razão se contrapunha ao afeto e o desejo, aqueles que eram, no imaginário cultural, bem como nos discursos científicos do período, marcados pelos seus corpos “demasiadamente sexualizados”, “impuros” e “difusos”, ou seja, as mulheres, os negros, os não- heterossexuais e não-europeus, eram deliberadamente destituídos do modelo de público cívico e da participação política. Por isso, Young afirma que o ideal da imparcialidade, contida na ideia de público cívico (capaz de expressar a universalidade), foi funcional para a reprodução das relações sociais desiguais, impedindo uma real participação universal de todos os grupos sociais. Ao contrário, segundo ela, a busca por uma perspectiva única e coerente tende ao apagamento das diferenças através da tentativa de restrição da participação daqueles que são especificados pelos seus corpos, que não correspondem ao homem branco, europeu e proprietário:

Sendo assim, a razão normativa moderna e sua expressão política na ideia do público cívico adquirem unidade e coerência por meio da expulsão e do confinamento de tudo o que poderia ameaçar invadir a comunidade política com diferenciação: a especificidade dos corpos e do desejo das mulheres, as diferenças de raça e cultura, a variabilidade e a heterogeneidade das necessidades, dos objetivos e dos desejos dos indivíduos, a ambiguidade e a inconstância do sentimento<sup>115</sup>.

<sup>114</sup> YOUNG, Iris. *O ideal da Imparcialidade e o público cívico*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, p. 187.

<sup>115</sup> Ibid. p. 188.

Em razão disso, Iris Young afirma que tanto a teoria quanto a prática política hegemônicas modernas pressupõe uma cidadania homogênea, uma vez que ao deixar de lado particularidades e diferenças, o público cívico ganha unidade e coerência por meio da exclusão. A construção dessa unidade só foi possível por meio de um sistema totalizante organizado sob princípios únicos, que são pontos de partida para ordenar e classificar todas as coisas. As diversas experiências humanas são organizadas e hierarquizadas como se fizessem parte de uma mesma história, construída de maneira linear e coerente, cujo auge do progresso resultasse no cidadão ideal. Este raciocínio, o qual a autora atribui uma lógica identitária, acaba não só por produzir distinções, mas como também o outro absoluto; o resultado da categoria universal é a dicotomia, a constituição de um “dentro” e de um “fora”. Além disso, essa lógica constrói hierarquia, pois o que se consolida em termos de universalidade e coerência se coloca em posição superior ao que está fora, “visto como caótico, informe, em transformação, e que sempre ameaça cruzar a fronteira e romper a unidade do bem<sup>116</sup>”.

### 3.2

#### O Planejamento Urbano como Discurso Científico

Para o geógrafo Phil Hubbard e a socióloga Teela Sanders, a organização do espaço funciona como um dispositivo fundamental para a produção e reprodução das relações de poder na sociedade, bem como o reforço dos códigos morais hegemônicos. Argumentam no artigo “Making Space for Sex Work: Female Street Prostitution and Production of Urban Space”<sup>117</sup> que pela ordem espacial a contraposição entre normalidade e desvio é naturalizada, pois ao separar “o que está no lugar” e o que está “fora do lugar”, oferece-se uma forma espacial-material ao comportamento social legitimado e, assim, a ordem social se inscreve através e no espaço. Neste artigo, os autores desafiam pensar a localização da prostituição feminina na produção da ordem espacial, entendendo que a sua relação com uma paisagem marginal e perigosa constrói uma associação entre transgressão à normativa heterossexual e fatores negativos, como a violência

<sup>116</sup> YOUNG, Iris. *O ideal da Imparcialidade e o público cívico*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, p.173

<sup>117</sup> HUBBARD, Phil and SANDERS, Teela. *Making Space for Sex Work: Female Street Prostitution and Production of Urban Space*. International Journal of Urban and Regional Research. Vol. 27.1, March 2003. pp. 75-89

e a doença. Assim, enfatizam que “A marginalização das prostitutas, não só no discurso moral, mas também geograficamente em ‘ruas da vergonha’, por conseguinte, constrói uma geografia moral que implica que alguns comportamentos são só aceitos em determinados lugares”.<sup>118</sup> Retomando o filósofo Henri Lefebvre, Hubbard e Sanders afirmam que o espaço é um fenômeno social porque não é só o terreno onde as relações sociais se desenrolam; na verdade, por implicar uma determinada ordem, o espaço impõe a lei e comanda o corpo<sup>119</sup>. Lefebvre compreende o espaço como produto e produtor das relações sociais, econômicas e de poder, pois ao passo que ele é um elemento chave nas formas de organização do trabalho e da produção, o espaço também acompanha e é resultado das mutações históricas<sup>120</sup>.

Henri Lefebvre descreve o espaço urbano capitalista e neocapitalista como aquele que o sensual e o sexual são reprimidos em favor do abstrato/impessoal, em que “reina a solidão fálica e a autodestruição do desejo”<sup>121</sup>. Tal espaço encerra a lógica e as estratégias do “mundo da mercadoria” em nível global<sup>122</sup>, guiado pelas redes de banco, de informação, centros de negócio e aglomerações produtivas; expressa, na sua forma fálica, a força do dinheiro e do Estado político. As cidades são centros onde se acumulam riquezas, técnicas, conhecimento, obras e monumentos, e também onde se manifestam as diversas atividades humanas, os encontros, afetos, laços sociais, trocas etc. No entanto, sua transparência ilusória, sustentada sobre o discurso meramente técnico e administrativo dos urbanistas, encobrem estratégias de dominação capitalista do espaço, assim como relações econômicas e sociais do poder. Trata-se de um fenômeno também ideológico ao mascarar a realidade e deformá-la, atuando objetivamente sobre ela para reforçar e produzir as relações que sustentam esse modo de produção. Lefebvre demonstra, então, o urbanismo como um instrumento estratégico para a submissão da

<sup>118</sup> HUBBARD, Phil and SANDERS, Teela. *Making Space for Sex Work: Female Street Prostitution and Production of Urban Space*. International Journal of Urban and Regional Research. Vol. 27.1, March 2003. p. 79

<sup>119</sup> Ibid p. 80.

<sup>120</sup> À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permecer estático. Ele se dialetiza: produtor-produtor, suporte das relações econômicas e sociais”. LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006. P.5

<sup>121</sup> LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991. p. 309

<sup>122</sup> LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Op. Cit. P. 51

“realidade urbana à racionalidade industrial, às exigências do mundo supostamente lógico, sem contradições nem conflitos, da mercadoria”<sup>123</sup> realizado oficialmente com o aparato do Estado. Ele é tido, pelo autor, como ideologia e prática do modo de produção capitalista, pois expande as intencionalidades que organizam a divisão do trabalho, como as ordens e coações, ao resto das atividades sociais, confinando a atuação humana à geração de riqueza:

Atacada ao mesmo tempo por cima e por baixo, a cidade se alinha pela empresa industrial; figura na planificação como engrenagem; torna-se dispositivo material próprio para se organizar a produção, para controlar a vida quotidiana dos produtores e o consumo dos produtos. Rebaixada para o nível de meio, ela estende a programação para o lado dos consumidores e do consumo; serve para regulamentar, para ajustar uma sobre a outra, a produção das mercadorias e a destruição dos produtos através da atividade devoradora chamada “consumo”<sup>124</sup>.

Segundo ele, o espaço abstrato representado como discurso científico age sobre a prática social e política<sup>125</sup>, e ainda que se apresente como “neutro”, “transparente” e “fixo” na sua forma, não é esvaziado de conteúdo; ao contrário, a retidão das linhas e curvas omite e contém em si o autoritarismo burocrático-político e repressivo, que reduz ao mínimo o “espaço de representação”<sup>126</sup>, isto é, o espaço do simbólico<sup>127</sup>. O autor tem uma longa discussão sobre a intrínseca relação do corpo com o espaço, uma vez que a experiência prático-sensível imediata com o meio traz percepções singulares que formam os sujeitos, agindo diretamente sobre a produção do espaço. Por essa razão, ele entende que o

<sup>123</sup> MARTIN, Sérgio. Prefácio de *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, 3ª edição.

<sup>124</sup> LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 4ª edição, 2006. p. 76

<sup>125</sup> LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Op.cit. p. 42

<sup>126</sup> Para Henri Lefebvre, o espaço social é produzido em uma relação dialética entre três dimensões, que se afetam mutuamente, mas não constroem uma síntese e nem se organizam hierarquicamente: a prática espacial, representações do espaço e espaços de representação. A prática espacial é a dimensão do “percebido”, o uso do espaço na sua materialidade, como uma rede de atividades interligadas. As representações do espaço são os “espaços concebidos” definidos discursivamente pelos planejadores, técnicos, urbanistas e funcionários do Estado, que ligam o saber ao poder e impõem uma determinada ordem. Os espaços de representação se relacionam com o vivido, trata-se da produção de significados e de simbolismos nas experiências sociais dos sujeitos concretos e o seu ambiente. Christian Schmid, em um texto que tenta aclarar a complexa produção do espaço no pensamento de Henri Lefebvre nos elucida como essas dimensões se relacionam: (...) um espaço social inclui não somente a materialidade concreta mas um conceito pensado e sentido – uma “experiência”. A materialidade em si mesma ou a prática material de per si não possui existência quando vista a partir de uma perspectiva social sem o pensamento que o expressa e representa e sem os elementos da experiência vivida, os sentimentos investidos nesta materialidade. SCHMID, Christian. *A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional*. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°32, pp. 89- 109, 2012

<sup>127</sup> “O símbolo implica sempre um investimento afetivo, uma carga emotiva (temor, atração) depositada por assim dizer em um lugar e “representada” para aqueles que se distanciam do lugar privilegiado”. LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Op. cit. p. 117

primado do vivido não é menos importante que os outros elementos que concorrem na formação do espaço social. Por isso, ele reforça a frase de Holderlin<sup>128</sup>, que diz: “O homem habita como poeta”. Indica, assim, a complexidade do *habitar* para os seres humanos, pois o apropriar-se do espaço também carrega um investimento afetivo e simbólico, em que estão envolvidos, simultaneamente, sentimentos, imaginação e emoções<sup>129</sup>. Para o autor, quando o espaço abstrato e autonomizado<sup>130</sup> domina a prática social, tende a reduzir as múltiplas expressões da vida a uma unidade quantitativa identificada com o valor de troca, o que lhe confere um tratamento enquanto produto. Por isso, afirma que o espaço abstrato tem como objetivo (e tende à) a homogeneidade, extinguindo as diferenças e as singularidades, porque sua estratégia consiste em esmagar tudo aquilo que o resiste e ameaça. Desta maneira, as diferenças são engolidas e transformadas pelas representações do espaço, isto é, o espaço concebido pelos discursos técnicos que reforçam as relações de poder, ao passo que as obscurecem pela “neutralidade”:

<sup>128</sup> Friedrich Hölderlin foi um poeta lírico e romancista alemão que viveu entre 1770-1843.

<sup>129</sup> Sobre esta questão, David Harvey nos elucida: O espaço material corresponde simplesmente para nós, humanos, ao mundo da interação tátil e sensual com a matéria, é o espaço da experiência. Os elementos, momentos e eventos deste mundo são constituídos da materialidade de algumas qualidades. A maneira pela qual representamos este mundo é outra coisa, mas ainda aqui nós não concebemos ou representamos o espaço de maneira arbitrária; nós procuramos as descrições apropriadas, se não exatas, das realidades materiais que nos circundam por meio de representações abstratas (palavras, gráficos, cartas, diagramas, imagens, etc.). Henri Lefebvre, como Walter Benjamin, insiste que nós não vivemos como átomos materiais flutuando ao redor de um mundo material; nós temos igualmente imaginações, medos, emoções, psicologias, desejos e sonhos (BENJAMIN, 1999). Estes espaços de representação são uma parte integrante de nosso modo de viver no mundo. Podemos igualmente procurar representar a maneira com que este espaço é emocionalmente, afetivamente, mas também materialmente vivido através de imagens poéticas, composições fotográficas, reconstruções artísticas. A estranha espaço-temporalidade de um sonho, de um desenho, de uma aspiração oculta, de uma lembrança perdida ou mesmo de uma sensação ou tremer de medo quando andamos em uma rua, pode ser representada através de obras de arte que, em última instância, têm sempre uma presença mundana no espaço e tempo absolutos. HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. Revista GEOgraphia. Rio de Janeiro: UFF, v.14, n. 28, pp. 8 - 39, 2002.

<sup>130</sup> Para Lefebvre, podem-se destacar três elementos que compõe o espaço abstrato, que se implicam e ao mesmo tempo ocultam um ao outro: o geométrico, o ótico e o fálico. O geométrico é o espaço “absoluto” euclidiano representado como pré-existente e fixo, portanto, homogêneo. Em relação ao ótico, trata-se de uma lógica de visualização, que faz o “ver e ser visto” predominar sobre os outros sentidos, e o espaço acaba por ter sua existência social limitado a essa percepção e ser compreendido em uma dimensão distanciada e passiva (“Trata-se portanto de um espaço visual, não simbolicamente, mas efetivamente. A predominância do visível envolve um conjunto de substituições e deslocamentos através dos quais o visual suplanta e substitui o corpo inteiro”. A produção do espaço. P. 225). O fálico tem a função de preencher o “vazio” do espaço abstrato através da “plenitude da sua força”; sua imagem, que representa violência masculina, é empregada no poder político. LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Op. cit. pp. 224-225.

O espaço abstrato funciona “objetalmente” como conjunto de coisas-signos, com suas relações formais: o vidro e a pedra, o cimento e o aço, os ângulos e as curvas, os plenos e os vazios. Esse espaço formal e quantificado nega as diferenças, as que provêm da natureza e do tempo (histórico), assim como as oriundas do corpo, idades, sexos, etnias. A significância de um tal conjunto remete a uma sobre-significância que escapa ao sentido: o funcionamento do capitalismo, ao mesmo tempo estilizado e dissimulado. O espaço dominante, o dos centros de riqueza e de poder, se esforça para aprestar os espaços dominados, os das periferias. Ele reduz a si, por uma ação freqüentemente violenta, os obstáculos e resistências. Quanto às diferenças, são remetidas por sua própria conta a simbolismos que tomam obrigatoriamente a forma de uma arte ela própria abstrata. De fato, o simbólico derivado do malconhecimento do sensível, do sensual, do sexual, malconhecimento inerente às coisas-signos do espaço abstrato, se objetiva de maneira derivada: aura fálica de monumentos-edificações, arrogância das torres, autoritarismo (burocrático-político) imanente ao espaço repressivo. O que exige uma análise aprofundada. Uma das contradições inerentes ao espaço abstrato consiste na negação do sensual e do sexual ao passo que não tem por referência senão a genitalidade: a célula familiar, moradia (apartamento, pavilhão, vivenda etc.), a paternidade e a maternidade, a identidade colocada entre a fecundidade e o gozo. A reprodução das relações sociais se confunde, assim, brutalmente com a reprodução biológica, ela mesma concebida de uma maneira tão simples quanto grosseira. Na prática espacial, a reprodução das relações sociais predomina. A representação do espaço, ligada ao saber como ao poder, reserva apenas um lugar mínimo aos espaços de representação, reduzidos às obras, às imagens, às lembranças, onde o conteúdo afastado (sensorial, sensual, sexual) aflora apenas o simbolismo<sup>131</sup>.

Para Lefebvre, a “arrogância fálica” é expressa na edificação de uma “orgulhosa verticalidade”, dos prédios altos e potentes, que “se faz ver” (e também “tudo vê”, e por isso, também seu poder repressivo) para que todos observem sua autoridade, referindo-se especialmente aos órgãos estatais. Para o autor, a organização espacial do poder, que capaz de exercer a violência, está no vertical e na altura; o Falo impõe sua própria visibilidade pela ereção, se faz símbolo da força e da riqueza, e produz seus privilégios: “este espaço onde o olhar se apodera do que o serve, será o espaço da força, da violência, do poder sem outros limites que os de seus meios”<sup>132</sup>. Assim, o fálico, enquanto objeto e representação da repressão militar, burocrática e política, símbolo da violência masculina, bem como aquilo que preenche de plenitude o espaço abstrato:

Quanto ao fálico, ele se torna suplemento para que haja “algo” neste espaço, significante que não tenha o vazio como significado mas a plenitude de sua força destruidora, a ilusão portanto da plenitude, o repreenchimento por um “objeto” portador de mitos. O valor de uso de um tal espaço é político, exclusivamente. Se falamos dele como de um “sujeito” que tem tal finalidade e tal meio de ação, é

<sup>131</sup> LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Op. cit. p. 48

<sup>132</sup> Ibid. p. 207

que existe efetivamente um sujeito político, o poder enquanto tal, o Estado enquanto tal<sup>133</sup>.

Outra questão interessante que o autor levanta é que, enquanto o espaço abstrato nega o sexual e o sensual, sua lógica de distribuição está inteiramente atrelada a “genitalidade”, no sentido de ter a reprodução biológica (a fecundidade), a família, como referência e princípio organizativo para a moradia e a preservação do “privado”. Ao que ele chama de “psicanálise do espaço”<sup>134</sup>, Lefebvre afirma que nesse âmbito “burguês” há uma “filtragem do erótico”, pois a moradia carrega uma áurea moralizante em que a separação rígida de dentro/fora conserva e significa o “íntimo”. O filósofo faz uma pertinente reflexão sobre a construção da “privacidade” com o advento da burguesia, algo que não fazia sentido para a aristocracia, que não carregava a preocupação em ver e ser vista. Segundo ele, uma análise da construção da moradia burguesa revela uma aflição em deixar longe da vista do público os atos corpóreos como comer, beber, dormir e fazer sexo<sup>135</sup>. O que ele destaca, no entanto, é que nesta relação dentro-fora, o fora domina e é o que verdadeiramente importa. Nesta linha, Henri Lefebvre acentua a importância de incorporar o “privado” na análise da produção do espaço urbano. Ele afirma:

A problemática do espaço, a problemática de sua produção, ultrapassa a arquitetura clássica, a dos monumentos e dos edifícios públicos. Ela concerne também ao “privado”, ao habitar e ao habitat. Ela se refere notadamente à relação entre o privado e o público. Hoje o global envolve estes dois termos e sua relação, da qual devem dar conta as análises parciais, tanto a formal quanto a funcional e a estrutural. (...)Independente do que seja, estes termos – o privado e o público, o monumento e o edifício – entram no paradigma<sup>136</sup>.

Para ele, a substituição do *habitar* pelo *habitat* também é bastante significativo na constituição do espaço abstrato, servindo esse último funcionalmente para a reprodução social e biológica, ao que retornaremos adiante. O *habitat*, de acordo com o autor, é um “pseudoconceito caricatural” utilizado no final do século XIX pelo pensamento urbanístico que restringiu o ser humano em atos elementares como comer, dormir e reproduzir-se. De acordo com o autor, “O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e

<sup>133</sup> LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Op. cit. p. 226

<sup>134</sup> Ibid. p. 247

<sup>135</sup> LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Op. cit. p. 315

<sup>136</sup> LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Op. cit. p. 130

quantitativo obrigando o “vivido” a encerrar-se em caixas, gaiolas ou ‘máquinas de habitar’”<sup>137</sup>. O autor também sinaliza que ele era produtor da segregação, uma vez que busca ofuscar o conflito social por meio da separação. Ele afirmava que, “para evitar as contradições, para alavancar a harmonia pretendida, certo urbanismo prefere a desagregação do laço social”<sup>138</sup>. No capitalismo ascendente, enquanto a *belle époque* significou para a burguesia uma reorganização ou constituição de uma “paródia” da mansão aristocrática para sua própria moradia - com ênfase na valorização do privado e da fachada (para o autor, a fachada fornece uma perspectiva e participa da criação do espaço urbano)-, para a classe trabalhadora significou um deslocamento para habitações precárias localizadas nas regiões limítrofes da cidade (periferia). É aí que a ideia do “habitat”, sob a forma de conjuntos habitacionais, ganha corpo para substituir as habitações precárias<sup>139</sup>. Para ele, a ideia do espaço vital mínimo, expresso em unidades moleculares idênticas e programadas, definiu o “menor limite possível da tolerabilidade”, que virou paradigmático. Segundo Lefebvre, divisões, separações e fraturas foram formuladas em diversos níveis e zonas para reduzir pessoas em suas “expressões mínimas” ou o “mais baixo denominador comum”. O discurso dominante, travestido de não-ideológico, através de uma roupagem lógica e racional, atua de maneira a esvaziar a realidade dos seus atributos e significados, ao passo que assim garante a reprodução da ordem moral e política:

Uma racionalidade clássica (cartesiana) se liga aparentemente às distinções e cortes administrativos do espaço. O *zoning* que precisamente fragmenta, quebra e separa numa unidade burocraticamente estipulada, confunde-se com a capacidade racional de discernir. A repartição das funções, acompanhada de sua projeção dispersa “sobre o terreno”, confunde-se com a atividade analítica que tem em

<sup>137</sup> LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.p. 79

<sup>138</sup> Ibid. p. 157

<sup>139</sup> No Brasil, as vilas operárias são construídas desde o final do século XIX como solução “higiénica e barata” para a questão da habitação popular. Sobre isso, Margareth Rago coloca da seguinte maneira: “Ao prometer a construção de vilas operárias como resposta para o problema de saúde da população pobre da cidade, os higienistas abrem caminho para a realização da utopia burguesa de fabricação da classe trabalhadora desejada, combinando os imperativos econômicos e políticos. Na verdade, muito mais que uma maneira de morar, as vilas representam a vontade de impor sutilmente um estilo de vida. Através da imposição das vilas operárias, vilas punitivas e disciplinares, estabelece-se todo um código de condutas que persegue o trabalhador em todos os espaços de sociabilidade, do trabalho ao lazer. As vilas, antíteses dos cortiços, permitem que o poder disciplinar exerça um controle fino e leve sobre o novo continente das pequenas relações cotidianas da vida do trabalhador. Eliminando todos os intervalos que separam vida e trabalho do dia-adia do operário, a forma burguesa de habitação designada para o pobre instaura um novo campo de moralização e de vigilância”. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985. p. 177

conta as diferenças. O que recobre de fato uma ordem moral e política; uma potência agenciando essas condições, um pertencimento sócio econômico, parece provir em linha direta do Logos, quer dizer de um “consenso” ao racional. A racionalidade clássica parece se exacerbar em racionalidade tecnológica e tecnocrática. (...)A ordem estatista-burocrática, cobertura do capitalismo de Estado (quando não do socialismo de Estado) se realiza e se dissimula simultaneamente “sobre o terreno”<sup>140</sup>.

Para Henri Lefebvre, na expansão da cidade capitalista, o *habitat* garante a reprodução biológica, social e política, sob a vigilância do Estado que participa da administração da produção e da reprodução<sup>141</sup>. Assim, ele afirma que o *habitat* nos reconduz<sup>142</sup> a uma naturalidade, ao espaço familiar, construído em torno da genitalidade (da reprodução biológica). O âmbito da família se torna lugar

<sup>140</sup> LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Op. cit. p. 248

<sup>141</sup> Margareth Rago, na sua análise sobre a construção de vilas operárias no Brasil, observa semelhante estratégia de moralização das camadas populares através do disciplinamento do espaço da moradia. “Que melhor espaço senão a vila operária para a mulher realizar sua ‘vocação sagrada e natural’, recolher marido e filhos dos perigos da rua, evitando que procurassem os cabarés ou as ‘pensões de meretrizes estrangeiras, mestras em todas as artes do gozo e no esgotar garrafas de champanhe e de uísque, corrompendo os jovens e propagando doenças venéreas?’ afirmava o dr. J. Monteiro Almeida, na tese *A Higiene das Habitações da Bahia*, defendida em 1915”(página 183). Segundo a autora, o saber médico-sanitarista associa a pobreza à insalubridade que provoca contágio de doenças e problemas de saúde; ao passo que o problema da saúde é remetido a uma questão moral, de degeneração da raça e a degradação do espírito. “A habitação popular passa a ser, no discurso dos especialistas, além de uma questão meramente técnica e prática que os saberes neutros e racionais da engenharia e da arquitetura devem resolver, uma questão de *moralidade* e de *eugenia*. A casa e a cidade aparecem como espaços totalitários de produção de novos comportamentos “racionais” e da instauração de relações utilitárias numa sociedade cuja forma básica de sociabilidade se funda na troca” (página 192). Rago narra a construção de vilas distantes de estabelecimentos que incitassem “vícios” como bares e afins, enquanto os idealizadores desta forma de habitação proporcionavam lazeres “regrados” dentro da “vila-cidadela”, como igreja, campo de futebol e salão de baile. Em um artigo encontrado nos anais do 1º Congresso de Habitação em São Paulo, em 1931, cujo objetivo era achar uma solução para a habitação popular, Rago observa uma grande preocupação dos engenheiros também com a organização do interior da casa, pois entendem que os pobres vivem aglomerados, e isso pode provocar promiscuidade. Preocupam-se, inclusive, com a sublocação de quartos para pessoa estranha à família nuclear (o pensionista) entendendo que isso pode desestabilizar vínculos saudáveis. “Fissurados com o desejo de desaglomerar os pobres em todos os espaços de sociabilidade, mas fundamentalmente no interior da casa, os especialistas sentem um verdadeiro horror diante da presença de celibatário no interior da família. O ‘pensionista’ é visto como uma ameaça dissolvente dos laços familiares, como um empenchilho desestabilizador da cruzada de moralização da classe trabalhadora e da constituição da noção de intimidade. Num momento em que se busca incutir no operário os valores burgueses da privacidade, da regularidade dos hábitos, da produtividade, impondo novas condutas disciplinadas, a presença deste intruso no lar vem romper o equilíbrio que se pretende conseguir através de todo um conjunto de tecnologias mobilizadas. Afinal, a questão da habitação popular funda-se no desejo burguês de exportar a família higiênica aos setores sociais inferiores. Trata-se de construir uma habitação e uma forma de morar que interdite relações impuras, localizando o amor, codificando a sexualidade, eliminando tudo que represente libertinagem, orgia, desordem e anarquia” (página 194). RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985. p. 183-194.

<sup>142</sup> Essa afirmação fica mais clara na tradução para o inglês, em “The production of space”: As a substitute for the monumentality of the ancient world, housing, under the control of a state which oversees both production and reproduction, refers us from a cosmic ‘naturalness’ (air, water, sun, ‘green space’), which is at once arid and fictitious, to *genitality* — to the family, the family unit and biological reproduction. LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Op. cit. p. 232

autorizado, por excelência, da prática social, em que se exerce a solidariedade e a integração entre os sujeitos; enquanto isso, outros laços sociais são rompidos:

Nas extensões e proliferações da cidade, o *habitat* assegura a *reproduzibilidade* (biológica, social, política). A sociedade (capitalista) deixou de totalizar seus elementos ou de tentar essa integração total em torno dos monumentos. Ela tenta se incorporar no edifício. Substituto da antiga monumentalidade, sob o controle do Estado que vigia [supervisiona] a produção e a reprodução, o habitat reenvia [remete] de uma *naturalidade* (o ar, a água, o sol, os “espaços verdes”) cósmica, ao mesmo tempo seca e fictícia, à *genitalidade*, à família, à célula familiar, à reprodução biológica. Comutáveis, permutáveis, intercambiáveis, os espaços diferem por sua “participação” na natureza (que ao mesmo tempo eles afastam e destroem). O espaço familiar, ligado à naturalidade pela genitalidade, garante a significação ao mesmo tempo que a prática social (espacial). Rompida por múltiplas separações e segregações, a unidade social se reconstitui ao nível da célula familiar, para e pela reprodução generalizada. A reprodução das relações de produção funciona plenamente na e pela ruptura dos laços sociais, o espaço simbólico da familiaridade (família e vida cotidiana) vencendo-o, sozinho “apropriado”. Isso só é possível pelo reenvio perpétuo das *representações do espaço* (os mapas e planos, os transportes e comunicações, as informações por imagens ou por signos) ao *espaço de representação* (a natureza, a fecundidade) numa prática cotidiana *familiar*.(...) Durante esse tempo, o controle social do espaço pesa sobre os usuários que não recusam a familiaridade do cotidiano<sup>143</sup>.

Essa “naturalidade”, que Lefebvre afirma predominar na forma organizativa do “habitat”, pode ser associada ao “homem-espécie” que o filósofo Foucault se refere na análise da biopolítica. Em resumo, a biopolítica pode ser entendida como a gerência sobre a vida através de mecanismos globais de controle, em que os processos biológicos entram no cálculo do equilíbrio e da regularidade populacional através da administração das causas que fazem variar as taxas de nascimento, mortalidade, duração da vida, nível da saúde, ou seja, uma equação dos fenômenos da população em conformidade com as atividades econômicas<sup>144</sup>. Dessa forma, entende-se que Henri Lefebvre compreende que a lógica do habitat também se insere nesse cálculo através do qual o Estado é capaz de controlar e garantir a reprodução biológica e social. Beatriz Preciado nos lembra que a sexualidade é organizada como uma das “maquinarias” do social, estratégica para a governamentalidade desde a alavancada da industrialização e, em razão disso, é alvo constante de vigilância e controle para servir a única função de reprodução através da manutenção da estabilidade da família

<sup>143</sup> LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Op. cit. pp.183-184.

<sup>144</sup> Isto é “causar a vida ou devolver a morte”. Ver FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade Vol.1 – A vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2012.

heterossexual<sup>145</sup>. Lefebvre faz uma crítica à confusão entre reprodução das relações sociais e reprodução biológica, bem como o “gozo com a fecundidade”, afirmando que o espaço do gozo, que ainda não existe, é o verdadeiro espaço apropriado, isto é, a transformação de um espaço natural para a realização das necessidades e possibilidades dos sujeitos sociais<sup>146</sup>.

A homogeneidade, nesse caso, é instrumental, porque confere um aparente consenso à ordem, apagando os conflitos inerentes ao seu funcionamento através da redução das contradições à coerência. No entanto, para atingir a unidade, esse espaço é, simultaneamente, fragmentado e hierarquizado. Isto porque para manter a coerência e dissipar as contradições, o espaço é decomposto em funções, especializadas para abrigar atividades específicas e pontuais: o espaço do lazer, do lar, do trabalho, etc., como uma técnica científica que pretende discernir e purificar a “caótica” complexidade das relações sociais. Para Lefebvre, “pouco a pouco, a sociedade se decompõe em sistemas e subsistemas sem fim, não importa qual objeto social aparecendo como uma coesão, como um sistema<sup>147</sup>”. Dessa maneira, o espaço abstrato se caracteriza por ser imanentemente repressivo enquanto hierarquiza e segrega<sup>148</sup>. E neste ínterim, o autor afirma que o próprio corpo se fragmenta, o sexo é também especializado e localizado em “zonas erógenas” e “órgãos de reprodução”<sup>149</sup>; ambos sofrem com a substituição das suas experiências reais por uma “abstração fria”, em que se distanciam dos seus desejos e necessidades, vividos, em favor de discursos e representações que se faz deles<sup>150</sup>:

<sup>145</sup> <http://ggemis.blogspot.com.br/2014/10/beatriz-precado-esquerda-e-tao.html> Último acesso: 18/12/2014

<sup>146</sup> LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. pp 50, 134-136.

<sup>147</sup> Ibid. p. 242

<sup>148</sup> Ibid. pp. 248-249.

<sup>149</sup> Ibid. p. 242

<sup>150</sup> Henri Lefebvre afirma: O corpo vazio, o corpo-coador, o corpo conjunto de órgãos análogo a um monte de coisas, o corpo desmembrado em membros dissociados, o corpo sem órgãos, esses sintomas ditos patológicos, são os efeitos desastrosos da representação e do discurso, agravados pela sociedade moderna, com suas ideologias e suas contradições (aquela do permissivo e do repressivo no espaço, entre outras LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Op. Cit. P. 162 O autor tem uma longa discussão sobre o rompimento da unidade do corpo e a redução das suas possibilidades de captar o vivido pela experiência imediata prático-sensível com o espaço através da expansão do pensamento analítico - do uso de imagens, discursos, representações exacerbadas sobre ele. Para Christian Schmid, Lefebvre “compreende a sociedade como um espaço e uma arquitetura de conceitos, formas e regras cuja verdade abstrata prevalece sobre a realidade dos sentidos, do corpo, das vontades e dos desejos”. . SCHMID, Christian. *A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional*. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°32, pp. 89- 109, 2012. p. 96

Vale o mesmo para o corpo, para a sexualidade. Dominada por potências opressivas, aí compreendidas as técnicas brutais e a extrema visualização, o corpo se fragmenta, se despoja de si: se desapropria. (...) Uma reapropriação do corpo ligada à reapropriação do espaço faz parte integrante de todo *projeto* atual, utópico ou realista, se ele evita a mediocridade pura e simples. P. 135/ p. 166 e 167 (The production of space)

Henri Lefebvre afirma que a luta de classes, incluindo expressamente a luta das minorias, é fundamental para impedir a totalização do espaço abstrato e produzir as diferenças que não sejam induzidas e nem toleradas no interior das estratégias do crescimento econômico:

A luta de classes? Ela intervém na produção do espaço, produção da qual as classes, frações e grupos de classes são os agentes. A luta de classes, hoje mais que nunca, se lê no espaço. Para dizer a verdade, só ela impede que o espaço abstrato se estenda ao planeta, literalmente apagando as diferenças; só a luta de classes tem uma capacidade diferencial, a de produzir diferenças que não sejam internas ao crescimento econômico considerado como estratégia, “lógica” e “sistema” (diferenças induzidas ou toleradas). As formas dessa luta são muito mais variadas que outrora. Dela fazem parte, certamente, as ações políticas das minorias<sup>151</sup>.

Para ele, o espaço diferencial é aquele em que os conflitos são expressos e os sujeitos se reapropriam de suas condições no tempo; ao invés de orientar-se por verdades abstratas, que separa o viver em funções e momentos, afirma-se o encontro, o desejo, os sentidos do corpo e a simultaneidade.

Ele reunirá o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social. Ele acabará com as localizações que rompem a unidade do corpo (individual e social), do corpo de necessidades, do corpo do conhecimento. Ao contrário, ele discernirá o que o espaço abstrato tende a confundir, entre outras, a *reprodução* social com a genitalidade, o gozo com a fecundidade biológica, as relações sociais com as relações familiares (enquanto uma diferenciação cada vez mais indispensável os discerne, e que o espaço do gozo, se ele se produz, não terá nada em comum com os espaços funcionais, sobretudo com o espaço da genitalidade: as células familiares e sua disposição em caixas superpostas, os imóveis “modernos”, as torres, os “conjuntos urbanos” etc.)<sup>152</sup>.

Muito embora Henri Lefebvre escreva na década de 1970, e por isso tem como referência o urbanismo moderno baseado no modelo fordista de produção, que organiza o espaço urbano disciplinarmente, através de divisões rigorosas dos lugares e funções, suas reflexões contribuem muito para a contemporaneidade.

<sup>151</sup> LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Op. cit.. p. 52

<sup>152</sup> Ibid. p. 50.

Em primeiro lugar, porque se entende aqui, conforme o filósofo Michel Foucault, que os mecanismos de poder não desaparecem para dar lugar aos seus sucessores (como, por exemplo, a modalidade do sistema jurídico-legal dos séculos XVII e XVIII - com suas permissões e proibições - não some com o domínio das técnicas disciplinares); as técnicas se aperfeiçoam e, principalmente, se complexificam, formando novos arranjos entre si<sup>153</sup>, o que leva uma ser mais dominante em determinado período. Assim, ver-se-á que atualmente há uma predominância do planejamento estratégico como forma de organização do espaço urbano, mas isto não significa que o conjunto de técnicas que o urbanismo moderno engloba caiu em desuso. Michael Hardt, ao refletir sobre os desdobramentos da sociedade contemporânea, denominada por Gilles Deleuze de “sociedade de controle”, afirmará que para o funcionamento das instituições modernas, a delimitação de espaços disciplinares regulares e fixos (cada qual com suas regras próprias) era essencial para a produção de subjetividade. Na sociedade de controle, os muros dessas instituições estariam desmoronando, esparramando-se por todo o campo social. No entanto, ele destaca que isto não significa uma relação de oposição às tendências da modernidade, mas uma intensificação. O papel das instituições sociais na produção de subjetividade é ainda maior, porém há certa indefinição dos seus lugares, de modo que Hardt afirma: “Não se deveria pensar que a crise da família nuclear tenha acarretado um declínio das forças patriarcais; pelo contrário, os discursos e as práticas que invocam os “valores da família” parecem investir todo o campo social”<sup>154</sup>. Desta forma, perceber-se-á no próximo tópico, casos contemporâneos em que o planejamento recria os estereótipos patriarcais sobre a mulher ao delimitar áreas de prostituição afastadas da visibilidade do público ou, de outra forma, quando o poder público usa sua força para expulsar as prostitutas de localidades que serão refuncionalizadas (mudando tanto o perfil dos moradores e frequentadores, como da próprio uso do lugar) para atender a demandas de investidores privados (o que pode ser entendido como limpeza social).

<sup>153</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. P. 10-11 O autor afirma o seguinte: “Vocês não têm mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos [jurídico- legais]. Na verdade, vocês têm urna série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os mecanismos jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança”.

<sup>154</sup> HARDT, Michael. *A sociedade mundial de controle*. In: Alliez, Éric. Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000.

### 3.3

#### O Planejamento Urbano e os Lugares de Prostituição

Crofts, Hubbard e Prior argumentam que o planejamento urbano cumpre um importante papel, junto a outras técnicas de governamentalidade como a medicina, a psiquiatria, o direito, etc., na normatização das condutas sexuais, que é instrumental ao biopoder, no entanto, pouco enfatizada na literatura sobre o tema. Segundo os autores, em sua origem moderna, o planejamento se justificou em termos de instrumento de organização e regularização do uso do solo de maneira a proporcionar saúde (física e psíquica) e segurança para a população através do diagnóstico, bem com o combate aos problemas derivados do crescimento desordenado das cidades a partir da acelerada industrialização. Assim, a organização espacial não é justificada apenas sob um melhoramento estético, mas em termos de “bem-estar”, revelando-se outra ferramenta biopolítica de disciplinamento dos corpos e de produção de subjetividades<sup>155</sup>. Uma vez que a heterossexualidade associada à “reprodução biológica” é a expressão da sexualidade sadia, o planejamento pode atuar no sentido de excluir ou confinar outras manifestações sexuais dissidentes e “impuras”, que ameaçam o meio ambiente, bem como estratégias mais sutis:

De fato, as maneiras pelas quais o planejamento emprega a governamentalidade sobre a sexualidade varia de tentativas de eliminar sexualidades particulares das comunidades urbanas via formas de encarceramento e/ou exclusão (e.g. Hubbard, 2004; Legg, 2008) a diversas tentativas de gerir sexualidades e instituições sexuais através de incontáveis, frequentemente concorrentes, estratégias de persuasão, gestão, incitação, motivação e incentivo que liga a conduta sexual de indivíduos ao uso “racional” do solo (Brown, 2009) (Tradução nossa)<sup>156</sup>.

Nesse artigo, os autores apontam a relação entre o planejamento e o policiamento, observando que o poder de gestão do espaço pode não só (re)atualizar determinadas normas sexuais, como também (re)cria-las. Para eles, o fato de o planejamento ser entendido como um instrumento de intervenção no solo urbano unicamente, sem considerar a sua interferência na vida das pessoas e, neste

<sup>155</sup> CROFTS, Penny and HUBBARD, Philip and PRIOR, Jason (2013) *Policing, planning and sex: Governing bodies, spatially*. Australian & New Zealand Journal of Criminology, 46 (1). pp. 51-69. ISSN 0004-8658. P. 52

<sup>156</sup> Ibid. p. 53.

caso, nas sexualidades, acaba por escusá-lo de ser submetido às mesmas críticas que, por exemplo, o direito penal já enfrentou em relação ao seu papel no reforço da ordem moral burguesa, a seletividade do poder punitivo e as discriminações que provoca. Interessante também perceber que, assim como o planejamento apresenta atributos usualmente associados ao policiamento, a atividade policial também concorre na produção do espaço, uma vez que ela cumpre a função de “manter a ordem urbana” através da vigilância e controle sobre o território.

Como veremos, há várias possibilidades de o planejamento gerir o espaço de modo a causar o reforço de uma ordem moral e sexual. Phillip Hubbard afirma que embora a legislação sobre prostituição possa variar bastante (podemos aqui resumir em três principais linhas: abolicionismo, regulamentarismo e proibicionismo<sup>157</sup>), o que se observa é que, em relação às fronteiras espaciais, as cidades pouco se diferem nessa questão, ressoando políticas de contenção, exclusão e vigilância<sup>158</sup>. Ele lembra que apesar dos discursos contemporâneos sobre a diversidade sexual, bem como as importantes mobilizações em torno do reconhecimento da cidadania das trabalhadoras sexuais, elas ainda são bastante marginalizadas no debate sobre o direito à cidade.

Em Estados em que a legislação confere um tratamento regulamentarista para tal atividade, isto é, não a proíbe, mas para reconhecer legalmente, por vezes, cria critérios para seu funcionamento (como exigência de exame médico periódico à profissional, ou seu registro na polícia, etc.), podem-se delimitar áreas específicas para se realizar a prostituição, confinando as profissionais, os clientes e todos que participam da rede econômica em um determinado lugar. Esse ambiente controlado pode servir para não deixar o “vício” ou o “incomodo” se

<sup>157</sup> Em resumo, a linha abolicionista não criminaliza a conduta da prostituta em negociar, por conta própria, a atividade sexual, porém qualquer terceira pessoa que beneficia dessa atividade econômica, como o gerente ou dono de uma casa de prostituição, fica sujeito à sanção pena (É o caso do Brasil.). Já a posição regulamentarista, a atividade é reconhecida e regulamentada, mas pode haver constrangimentos impostos à prostituta, como o inspeção médico-sanitária ou confinamento do exercício em espaço determinado (Ex.: Holanda e Uruguai). O proibicionismo impede qualquer negociação para realizar a atividade sexual, penalizando, inclusive, a prostituta (Ex: EUA). DA SILVA, Mario Bezerra: Profissionais do sexo e o Ministério do Trabalho. Ver: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=5233](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5233) Último acesso: 09/01/2015

<sup>158</sup> HUBBARD, Phil. *Sex work, urban governance and the gendering of cities*. [https://www.academia.edu/8347232/Sex\\_work\\_urban\\_governance\\_and\\_the\\_gendering\\_of\\_cities](https://www.academia.edu/8347232/Sex_work_urban_governance_and_the_gendering_of_cities). Último acesso: 26/02/2015 p. 2

espalhar para outras partes das cidades, e muitas vezes, é situado em áreas afastadas de escolas, residências da classe média e instituições religiosas<sup>159</sup>:

Regulamentações recentes operam por referência ao controle do espaço em que a atividade da prostituição se realiza, em referência à saúde pública da comunidade e padrões de amenidade. De fato, isto requer o disciplinamento e auto-disciplinamento do “corpo” dentro dos parâmetros de saúde pública e espacial definidos pelo estado burocrático. Nessa transformação de controle regulador, a instrumental “tecnologia” da lei mudou de incorporação da força moral do estado soberano via lei penal... para o modelo estatutário que busca fazer seguro: conter o “vício” impondo ao corpo um sistema de constrangimentos, privações, obrigações e proibições. (Godden, 2001: 78)<sup>160</sup> (Tradução nossa).

É possível afirmar que nesses casos, o controle fica mais evidenciado, uma vez que os planejadores agem diretamente através de diversos mecanismos como licenciamento, zoneamento e regulação dos prédios destinados à prostituição, que é o caso analisado por Crofts, Hubbard e Prior, que investigam a regulamentação de bordéis na Austrália a partir de Sydney e Parramatta. Nesta última, os pesquisadores perceberam que havia uma percepção da municipalidade sobre a prostituição como se essa fosse inerentemente “desordeira”, portanto, apesar da mudança legislativa que tirou a atividade da criminalidade para reconhecê-la e regulamentá-la, as exigências da política de planejamento eram muito restritas e quase não havia autorização para a construção dos bordéis. As áreas autorizadas eram, sobretudo, localizadas em zonas industriais e comerciais, sendo as primeiras bem isoladas e com pouca infraestrutura, causando bastante insegurança para as trabalhadoras sexuais. Além disso, observaram-se diversas inspeções e “batidas” pelas autoridades municipais, dentre outras medidas previstas na lei, buscando a mais trivial violação das condições previstas no regulamento, na legislação civil ou criminal para penalizar os bordéis, o que revelou um tratamento criminalizante e uma abordagem igual ou superior ao da polícia. Segundo os pesquisadores, o próprio prefeito anunciou adotar uma política de “tolerância zero” com “aqueles que operam bordéis inseguros e sem licença”<sup>161</sup>. Isso os levou a concluir que “Em Parramatta, está claro que as ideias

<sup>159</sup> HUBBARD, Phil. *Sex work, urban governance and the gendering of cities*. [https://www.academia.edu/8347232/Sex\\_work\\_urban\\_governance\\_and\\_the\\_gendering\\_of\\_cities](https://www.academia.edu/8347232/Sex_work_urban_governance_and_the_gendering_of_cities) Último acesso: 26/02/2015 p. 5

<sup>160</sup> Ibid. p. 4

<sup>161</sup> CROFTS, Penny and HUBBARD, Philip and PRIOR, Jason (2013) *Policing, planning and sex: Governing bodies, spatially*. Australian & New Zealand Journal of Criminology, 46 (1). pp. 51-69. ISSN 0004-8658. p. 10

implícitas dos planejadores sobre o trabalho sexual como fora das convenções da sexualidade heteronormativa leva eles a fazerem certas suposições sobre o estatuto desordeiro e até criminógeno dos espaços de trabalho sexual”<sup>162</sup>.

No caso da cidade de Sydney, a municipalidade tratou a regulamentação das casas de prostituição de maneira mais similar a de outra atividade econômica qualquer. Então, a preocupação era identificar o tipo da atividade sexual para amenizar os potenciais impactos, criando regulações especiais para cada exercício específico, facilitando a instalação de bordéis de forma considerada mais adequada. Assim, criou-se a figura do “Home Occupations Sex Services Premises (HOSSPs)” para profissionais que realizavam a atividade nas suas próprias casas, conferindo um tratamento muito similar a outras profissões de âmbito doméstico, ao invés de classificá-la genericamente como “bordel”; como também o “safe house brothels” para as prostitutas de rua poderem alugar quartos por curta duração e ter mais segurança e limpeza. Assim, os pesquisadores notaram uma melhoria em relação à segurança das próprias prostitutas porque o reconhecimento legal permitiu que as ruas em que trabalhavam recebessem proteção do poder público, bem como pudessem recorrer à assistência quando sofressem abuso ou violação durante atividade. No entanto, observaram que mesmo assim, o planejamento mantendo o poder de ditar onde o trabalho sexual é adequado e onde pode ser legalmente negociado, permanece impondo uma ordem moral.

No texto de autoria do Phil Hubbard chamado “Sex work, urban governance and the gendering of cities”, ele observa outras estratégias de ordenamento do espaço urbano em que a prostituição é deslocada, com a força do Estado, para incentivar o investimento econômico em determinadas áreas. Assim, ele destaca a importância de analisar as estratégias de remoção da prostituição em um contexto maior “de governamentalidade empresarial e da formação de coalizões de interesse entre as autoridades da cidade, empreendedores e proprietários” (Tradução nossa)<sup>163</sup>.

Neste texto, o autor estuda formas de reiteração das relações de gênero e das normatividades sexuais dominantes nas “cidades revanchistas”, termo cunhado pelo geógrafo Neil Smith, na década de 90, para indicar o processo de

<sup>162</sup> CROFTS, Penny and HUBBARD, Philip and PRIOR, Jason (2013) *Policing, planning and sex: Governing bodies, spatially*. Australian & New Zealand Journal of Criminology, 46 (1). pp. 51-69. ISSN 0004-8658. p 62.

<sup>163</sup> HUBBARD, Phil. *Sex work, urban governance and the gendering of cities*. p 6.

repressão e expulsão crescente das minorias, como moradores de ruas e prostitutas, na cidade de Nova York, com o fim das políticas de bem-estar social e a instalação do neoliberalismo, tornando-os alvos em razão do clima de insegurança urbana que amedrontava a classe-média. Neste período, sob o governo de Rudolph Giuliani, eleito para oferecer “qualidade de vida” para os “membros convencionais da sociedade”, a cidade de Nova York teve alguns dos seus principais espaços públicos privatizados e passou por uma forte “gentrificação”; sob a justificativa de “limpeza” do espaço público, os grupos sociais minoritários eram afastados para favorecer e incentivar o uso por turistas, moradores mais abastados e a classe-média<sup>164</sup>.

A tese de Neil Smith da “cidade revanchista”, na era do neoliberalismo, não se restringe apenas à Nova York, e pode ser acomodada a outros contextos em que as cidades competem por investimentos através de políticas de ordem e limpeza social para atrair e incentivar capitais destinados ao turismo, ao consumo e à construção civil. Com o intuito de tornar as cidades “interessantes” para morar e investir, a repressão sobre grupos e atividades indesejadas, que a ordem social/mora/sexual dominante não quer ver e nem conviver, são intensificadas. Nesta linha, David Harvey<sup>165</sup> afirma que as cidades se tornaram fonte de riqueza para a atividade empresarial, pois são capazes de absorver grande parte do produto excedente que o capitalismo perpetua em sua busca incessante por lucro. Conforme aponta o geógrafo britânico, a sua mais radical expansão veio a transformar os estilos de vida. Na atual sociedade, em que as indústrias de consumo, turismo, cultura e conhecimento ocupam um lugar central na economia política, a qualidade de vida, confundida com capacidade de consumo, e a própria cidade é tratada como mercadoria, isto é, como objeto de troca.

Tendo isso em vista, em seu texto, Phil Hubbard investiga a problemática que envolve a expulsão da prostituição das localidades que recebem empreendimentos urbanos e que são potencialmente rentáveis para investidores, observando como os processos de urbanização dominantes estão atrelados à normatividade sexual:

<sup>164</sup> SLATER, Tom. *Revanchist City*. <http://www.geos.ed.ac.uk/homes/tslater/revanchist.pdf> Último acesso: 09/01/2015

<sup>165</sup> HARVEY, David. *Rebel cities: from the right to the city to urban revolutions*. New York and London: Verso, 2012.

Discursos revanchistas posicionam a trabalhadora sexual como um sujeito iliberal, obstruindo a acumulação capitalista em localidades dentro da cidade potencialmente rentáveis. As consequências disso são repetidas de lado a lado do oeste urbano, com espaços do trabalho sexual visíveis no coração da cidade abrindo caminho para negócios gentrificados e empreendimentos residenciais...<sup>166</sup>  
(Tradução nossa)

No referido artigo, o autor se preocupa em avaliar empreendimentos urbanos que apostam na ideia de “cidades criativas”, reivindicando para si um status de tolerância e diversidade para vender um estilo de vida alternativo. Hubbard cita o geógrafo Richard Florida para esclarecer esse fenômeno, quando ele afirma que a cidade para atrair a “classe criativa” precisa preencher os “três T’s”: talento (ter uma população qualificada e talentosa), tecnologia (ter uma infraestrutura capaz de incentivar uma cultura empreendedora) e tolerância (ter uma comunidade mais plural e excêntrica). Ele observa o fenômeno da construção de condomínios residenciais chamados de “gay villages”, e um dos argumentos centrais para isso é que o seu público seria parte da dita “classe criativa”, que é capaz de produzir tendências novas para a vida urbana por ser mais “livre” e “artístico”. O que Hubbard sustenta, no entanto, é que a mercantilização e a o marketing em torno das “gay villages” acaba por normalizar a diversidade através da exclusão e deslocamento de outras sexualidades dissidentes, o que é necessário para assegurar um espaço ordenado para o consumo e para a acumulação capitalista. Assim, observa-se uma tentativa de apropriação capitalista de subjetividades constituídas no interior da resistência contra os seus próprios mecanismos de normalização<sup>167</sup>. Sendo assim, as “gay villages” são construídas

<sup>166</sup> HUBBARD, Phil. *Sex work, urban governance and the gendering of cities*. Op. cit. pp. 6-7

<sup>167</sup> Hubbard, neste artigo, não chega a tratar do “trabalho imaterial” para descrever as “gay villages” como uma tentativa de apropriação capitalista das subjetividades produzidas no interior da resistência e constituição do público homoafetivo, hoje presentes no imaginário do que vem a ser “classe criativa”, capaz de inventar e prever tendências para a vida urbana, em razão de serem considerados mais “livres”, “artísticos”, etc. O trabalho imaterial, conceito que se encontra no pensamento de Antonio Negri, é produzido nas metrópoles por meio das redes que se formam através da cooperação social, entre diferentes singularidades que estão em constante interação. O filósofo nos traz a seguinte reflexão: “(...) a metrópole está para a multidão assim como a fábrica estava para a classe operária”. NEGRI, A. Dispositivo Metrôpole: a multidão e a metrópole. Rio de Janeiro: Lugar Comum, n. 25-26, 2005, p. 201. Em “Para uma definição ontológica da Multidão”, Negri trata a “multidão” como um conceito de classe, pois as singularidades que a compõe sempre criam novos desejos e formas de vida na medida em que lutam e resistem cotidianamente, por isso tem uma forte dimensão produtiva; em contrapartida, o capital busca capturar esse movimento, transformando-o em mercadoria. As singularidades são a um só tempo “sujeitos de produção e objeto de exploração”<sup>167</sup>, na relação com o capital, e sujeitos e produtos da prática coletiva, no seu próprio movimento. NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. LUGAR COMUM No19-20, pp.15-26. Disponível em: <http://uninomade.net/wp->

em direção a certos valores associados a consumidores brancos “homonormativos”, pois para que homens brancos gays sejam incluídos como o “diverso” dependem de ser interpretados como “seguro” e “sanitarizado”:

(...) Binnie e Skeggs (2004) argumentam que o uso do homem, branco e gay para marcar a diversidade tem dependido que eles se mantenham em uma posição segura, o Outro usável, com outras expressões ‘queers’ de sexualidade retratadas como ameaçadoras ou abjetas. Assim, a promoção de espaços de consumo para homem, branco e gay pode ocorrer a custos de espaços associados a sexo “perverso”, seja público, promíscuo ou pago<sup>168</sup>. (Tradução nossa).

Phil Hubbard está particularmente preocupado com os bairros ou localidades que são comercializados como cosmopolitas, que supostamente expressam a diversidade e a tolerância em relação às dissidências sexuais (principalmente em relação à população gay, nos casos analisados), mas que passam por uma forte sanitização para atrair novos consumidores e residentes. Essa higienização corresponde ao fechamento de quartos usados por trabalhadoras sexuais, o que demonstra que a aparente possibilidade de promover a diversidade sexual no mercado, depende de certa idealização do consumidor alvo e não atinge a prostituição. A venda do serviço sexual continua sendo simbolizada pela decadência, envolta por discursos estigmatizantes que a tratam como atividade ilegítima, vergonhosa, suja e indesejável: “a figura icônica da prostituta é inteiramente fora de sintonia com as noções gentrificadas de residência e lazer da cidade moderna e se torna um mira fácil de remoção”<sup>169</sup>. Assim, o autor demonstra como a ideia de incluir a diversidade do “público criativo” pode ser uma estratégia de apropriação utilitária de subjetividades que se constroem por meio de resistências à normalização biopolítica. Da mesma forma, ele traz outro exemplo de um condomínio residencial, em Sydney cuja propaganda é direcionada à mulher bem-sucedida na carreira e solteira, fugindo à figura idealizada da “guardiã do lar”, mãe e esposa. Mais uma vez, esse padrão não suporta a prostituta, e a expulsão da prostituição é quase um pré-requisito para se criar um ambiente “saudável e seguro”. Para Hubbard, isto sugere que todos os sistemas de troca e modalidades de consumo nas cidades contemporâneas ainda

content/files\_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%A7%C3%A3o%20ontol%C3%B3gica%20da%20multid%C3%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf

<sup>168</sup> HUBBARD, Phil. *Sex work, urban governance and the gendering of cities*. Op. cit. p. 7

<sup>169</sup> SANDERS, T. Apud HUBBARD, Phil. *Sex work, urban governance and the gendering of cities*. Op. cit p. 8

estão fortemente atrelados ao ponto de vista masculino, para o qual a figura pública e visível da prostituta representa uma identidade transgressiva que precisa ser eliminada para proteger a “moral pública”, pois enquanto o consumo do espaço urbano depende do espetacularização do visual, pró-atividade da mulher que vende serviço sexual perturba. Segundo o autor, isto ocorre porque essa mulher desafia a dominação do espaço público pelos homens, em que estes “exibem suas atividades de troca e consumo para os outros olharem”<sup>170</sup>. Por isso, ele afirma que muitas vezes a gentrificação também carrega um forte componente de generificação:

Em algumas circunstâncias, gentrificação aparece baseado em generificação (van den Berg, 2013) com o fazer do espaço urbano como “amigável para crianças” também sugerindo uma forte conexão entre classe, gênero e estratégias de regeneração urbana que implica que cidades centrais precisam estar livres do trabalho sexual (Tradução nossa)<sup>171</sup>.

O autor, assim, demonstra que enquanto essas intervenções urbanas atrelam à necessidade de expulsar a prostituição discursos que visam proteger uma “qualidade de vida” em abstrato, tendo como referência uma “comunidade segura”, principalmente em nome das crianças e mulheres, invisibilizam estratégias de cerceamento de condutas atípicas para a figura feminina idealizada, como o exercício da sexualidade fora do âmbito da reprodução familiar. Por outro lado, na cidade os homens exibem sua “virilidade” por diversos meios, inclusive assediando mulheres que transitam pelas ruas, e isso sequer é uma questão para essa noção de “comunidade segura”. Não custa lembrar que o filtro da “vulgaridade” não atinge a hipere Exposição e hipersexualização das mulheres nas capas de revistas e nos outdoors espalhados pelas principais ruas na cidade, ou seja, quando a imagem da mulher é “pacificamente” transformada em mercadoria não há preocupação quanto à perturbação à ordem pública. Além disso, enquanto o trabalho sexual de rua ou de bordéis mais autônomos sofrem, recorrentemente, expulsões em favor da “modernização” de determinada área, espaços corporativos de “entretenimento para adultos”, ambientalizados para receber e servir homens com maior poder aquisitivo, são tolerados e normalizados. Nesta linha, ele observa que os discursos que afirmam a necessidade de expulsar a

<sup>170</sup> HUBBARD, Phil. *Sex work, urban governance and the gendering of cities*. Op. cit. p. 10

<sup>171</sup> Ibid.

prostituição para proteger a mulher e melhorar seu acesso à cidade, não tem a ver realmente com seus direitos, mas às noções de segurança e ordem pública, que reproduzem o estereótipo sobre a vulnerabilidade sexual da mulher. Assim, ele aponta a necessidade de estudar as desigualdades produzidas nos processos de refuncionalização do espaço urbano, que objetivam atender às estratégias do mercado, junto à reflexão sobre a reprodução de papéis naturalizados de gênero:

Por isso, embora geógrafos estejam se tornando cada vez mais atentos às manifestações "concretas" de revanchismo em diferentes contextos temporais, institucionais e espaciais, parece que são necessários mais estudos sobre a repressão do trabalho sexual(feminino) para explorar as maneiras que os processos urbanos contemporâneos reproduzam 'Cidades' fálicas<sup>172</sup> (tradução nossa).

### 3.4

#### A Gestão Empresarial Urbana e o Planejamento Estratégico

O projeto “Niterói Que Queremos”, formulado pela atuação conjunta entre o poder público municipal e o “Movimento Brasil Competitivo” – “uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse público”<sup>173</sup>, visa a formulação de um Plano Estratégico de Desenvolvimento de Curto, Médio e Longo Prazos para a cidade de Niterói, a ser implementado para os próximos 20 anos<sup>174</sup>. O discurso oficial, de apresentação do projeto no site, informa que se trata de um plano que deve agregar toda a sociedade niteroiense e corresponder a uma demanda comum, que abrande diversos segmentos:

Pela primeira vez, uma gestão municipal irá envolver profundamente a sociedade niteroiense para pensar em conjunto sobre o que nos aflige no presente e o que esperamos para o amanhã. Assim, por essa característica inclusiva e pluralista, o resultado desse trabalho será um plano da sociedade niteroiense, e não apenas do Governo.

E o que isso significa? Significa que, ouvindo os mais diversos segmentos da nossa sociedade, iremos refletir e elaborar uma “carta de navegação” desafiante,

<sup>172</sup> HUBBARD, Phil. *Sex work, urban governance and the gendering of cities*. Op. cit. p. 12

<sup>173</sup> Informação encontrada no site do Movimento Brasil Competitivo: <http://www.mbc.org.br/> No site do Movimento Brasil Competitivo, encontramos um número enorme de empresas e empreiteiras listadas entre os associados mantenedores como Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Banco Votorantim, Adidas, Eletrobras, Embraer, IBM, Microsoft, Natura, Odebrecht, OAS, Souza Cruz, Petrobrás, Unimed, IBM, Ford, dentre outras. Na lista de associados institucionais, também podemos citar, a título de exemplo, entidades como a CUT, CONTAG e UGT, bem como a UNICAMP, A Embrapa, o Instituto de Engenharia, etc. Último acesso: 16/01/2015

<sup>174</sup> Disponível em: <http://www.niteroquequeremos.com.br/> Último acesso em: 16/01/2015.

inovadora, agregadora e socialmente legitimada, que ficará disponível para esta e para as futuras gestões municipais<sup>175</sup>.

Segundo Carlos Vainer, professor do IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional), o planejamento estratégico - tal como adotado pela gestão da cidade de Niterói - se tornou a forma de planejamento hegemônico atualmente, difundido no Brasil e na América Latina a partir da década de 1990 (a primeira cidade a adotar o plano estratégico foi o Rio de Janeiro, no governo do Cesar Maia), através de uma ação articulada entre consultores internacionais (principalmente catalães) e agências multilaterais. Essa forma de organização espacial se justifica pelo diagnóstico de que, contemporaneamente, os espaços urbanos passam pelas mesmas transformações que as empresas em razão da problemática da competitividade intensa entre cidades, e por isso, a receita é a aplicação direta de técnicas e conceitos da gestão empresarial formulados pela Havard Business School<sup>176</sup>. Vainer destaca que os idealizadores do planejamento estratégico representam a cidade, sobretudo, como mercadoria e empresa.

Seu estudo sobre os discursos que formulam a cidade enquanto mercadoria aponta que, nesta ideia, está implicado um mercado muito competitivo, o qual exige bastante investimento em marketing urbano, por isso, a imagem de uma cidade segura, promissora e tolerante é imprescindível. Aí ele observa que a pobreza sai do âmbito da “questão social” para ser um problema “paisagístico” (estético). Aqui podemos pensar como a presença pública da prostituição como elemento negativo ou desfavorável para a venda da imagem. Ainda, ele revela que o comprador alvo para essa cidade não é qualquer indivíduo ou cidadão, mas o público “solvente”, em especial os grandes investidos internacionais, por isso a necessidade de disponibilizar “os atributos e recursos infraestruturais e simbólicos que constituem, em última instância, os valores de uso que o grande capital transnacional reconhece na mercadoria cidade”<sup>177</sup>(podemos citar, como exemplo, aeroportos internacionais, sistema de telecomunicações por satélite, centro de convenções e feiras, segurança, etc.).

<sup>175</sup> Disponível em: <http://www.niteroiqueremos.com.br/> Último acesso: 16/01/2015

<sup>176</sup> VAINER, Carlos. *Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes 2000. p. 1

<sup>177</sup> Ibid. p. 3

Já os discursos que pensam cidade enquanto empresa, pressupõe o espaço urbano como sujeito ativo que atua como um gestor empresarial. Diferentemente do planejamento urbano modernista funcionalista tal qual pesquisado por Henri Lefebvre, em que são adotados os princípios de organização da produção para a cidade, no modelo estratégico a própria cidade é um agente econômico que atua no mercado e se norteia por ele e nele para formular seu plano e executar suas metas. Ou seja, sua atuação é gerada em torno das expectativas e avaliações do mercado, buscando atingir a “máxima eficácia” regida pelos princípios da produtividade e competitividade. Para tanto, cria-se mecanismos de participação direta de empresas e associações patronais em todas as etapas de planejamento e execução das políticas de intervenção urbana, o que podemos afirmar ser o caso da Operação Urbana Consorciada. De acordo com Vainer, a cidade-empresa não é apenas uma mudança na forma administrativa, mas uma apropriação direta dos mecanismos de controle e gestão da cidade por organizações empresariais.

Ainda, ele observa a redução dramática do espaço público e a despolitização das decisões sobre a cidade, uma vez que a direta gestão do espaço urbano pelos grupos empresariais privados depende da “eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania”<sup>178</sup>. Em primeiro lugar, isto ocorre porque a cidade-empresa é pensada em termos objetivamente produtivos e lucrativos, e este pragmatismo não abarca confrontos de ideias e projetos de sociedade. Além disso, o plano estratégico pressupõe o consenso, pois toma como dado natural um espaço urbano unificado (todos os segmentos sociais unidos) em torno de um “objetivo maior”, de tornar a cidade competitiva no mercado globalizado; a isso, o autor percebe outra tendência discursiva chamada de “cidade-pátria”. Apesar do discurso tecnocrata na forma, Carlos Vainer demonstra um conteúdo ideológico bastante consciente. Ele aponta dois elementos, percebidos pelos próprios consultores internacionais de planos estratégicos, como necessários para criar laço de solidariedade entre diferentes setores com interesses divergentes: a consciência de crise e o patriotismo da cidade. A percepção de que a cidade vive uma crise é pressuposição, segundo os idealizadores desse modelo, para que haja vontade de união para atingir um objetivo comum de “salvar a cidade”; aqui podemos pensar

---

<sup>178</sup> VAINER, Carlos. *Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes 2000. p. 2.

no sentimento de insegurança, ou de “abandono” por falta de políticas públicas, bem como de “degradação” dos espaços. A partir disso, pode-se pensar que associação dos lugares de prostituição com o “degradado” ou “decadente” é funcional para este tipo de intervenção que precisa de uma crise para justificar a “revitalização”. Além disso, este suposto consenso em torno da “salvação da cidade”, deixando divergências e interesses particulares de lado, deve vir de um “patriotismo cívico” promovido pelo poder local. Assim, os consultores sugerem “obras e serviços visíveis” para provocar um sentimento de pertencimento, que deve ser sempre renovado para perpetuar o consenso. Isso explica porque as Operações Urbanas Consorciadas tem um forte componente estético, com o embelezamento dos espaços públicos, harmonizando “tecnologias urbanísticas e arquitetônicas” com áreas verdes (como pequenos jardins).

Aqui se faz uma importante distinção entre o “cidadino” e o “cidadão”, pois enquanto este disputa projetos políticos, aquele deve transcender ideologias para priorizar a cidade. O professor Carlos Vainer elucida o forte investimento na retórica e nos rituais da participação nos enunciados do plano estratégico, conforme o trecho de apresentação do projeto “Niterói Que Queremos”. Além da constatação de que os debates públicos promovidos não servem realmente para propor, mudar ou contestar as políticas a serem implementadas, servindo apenas para a exposição e homologação das decisões anteriormente tomadas por um comitê executivo<sup>179</sup>, observa-se que o convite a participar é uma convocação a aderir “à utopia mercantil da cidade unidade pela produtivização e competição”. Ou seja, deve-se buscar produzir o cidadão ideal que irá defender a estabilidade política para que a sua cidade tenha potencial para disputar a sede do próximo megaevento ou conferência internacional. Isso nos leva a refletir que esses espaços hegemônicos em produção não são apenas produtos de forma econômica, mas também concorrem como dispositivos de formação dos sujeitos<sup>180</sup>, uma vez que reforçam relações sociais dominantes, que inclui os papéis de gênero, para conformar o cidadão ideal.

<sup>179</sup> Carlos Vainer fala da dificuldade de intervenção das entidades de classe e dos movimentos populares em: VAINER, Carlos. *Os liberais também fazem planejamento urbano? A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes 2000

<sup>180</sup> Essa reflexão está presente no pensamento de Doreen Massey, que afirma: “The hegemonic spaces and places which today we face today are not only products of forms of economic organization but reflect back at us also – and in the process reinforce other characteristics of social relations, among them those of gender. MASSEY, Doreen. *Space, Place and Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. p. 183.

### 3.5

#### A Cidade e a Produção de Sujeitos

Esse tópico parte da contribuição teórica da filósofa Judith Butler para compreender como os sujeitos são produzidos dentro de uma força de normalização/abjeção, em que os gêneros e as sexualidades repudiados não são simples falhas da “normalidade”, mas constitutivas dos próprios parâmetros normalizadores. Deve-se demonstrar que a formação da coerência por meio da exclusão radical do “caótico”, em oposição ao que é apresentado como “natural” (em razão de apresentar-se como sistema lógico e fechado), também ocorre no espaço urbano para definir a noção de cidadania, os direitos e os usos da cidade.

A teoria da performatividade de gênero da filósofa Judith Butler nos ensina que os sujeitos são forjados na reiteração de práticas e significação de corpos, atos e gestos, que oferece aparência estável a normas rígidas sobre gênero e sexualidade, produzindo a naturalização de certa coerência, como se houvesse uma essência inerente à matéria (dos corpos). Segundo Butler, as práticas discursivas produzem o gênero ao penetrar nos corpos por meio de atos performativos que engendram noções hegemônicas de “masculino” e “feminino” baseadas na matriz heterossexual. A performatividade não é simples ato teatral que alguém escolhe interpretar. A autora chama atenção de que estes atos performativos, apesar de não serem naturais, formam o sujeito, materializam-no, na medida em que lhe dão inteligibilidade para participar da vida social. Assim, a teoria performativa de gênero considera que este é construído no interior de “uma prática reiterativa e citacional pelo qual o discurso produz os efeitos que nomeia”<sup>181</sup>.

No entanto, Butler ressalta que gênero também é o mecanismo pelo qual as representações hegemônicas de gênero e sexualidade são desconstruídas e desnaturalizadas. As anomalias que fogem à regra sempre aparecem para demonstrar que a coerção não é absoluta, havendo limites à capacidade de regulação. Certos corpos, sexualidade, desejo e gênero subversivos promovem a desordem dentro das representações hegemônicas, fazendo com que determinadas regras percam sua força normativa na medida em que a prática deste desvio ocorre

---

<sup>181</sup> BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G.L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.153.

repetidas vezes. Assim, acontece o que a Butler chama de “possibilidade imanente de contestação”, ou seja, repetições subversivas que coexistem à prática de estabilização permanente das identidades.

A produção de sujeitos através da incorporação de normas regulatórias depende de uma produção simultânea de “seres abjetos”. Segundo Judith Butler, existe um exterior constitutivo do “eu” que serve para afirmar a própria coerência e estabilidade do sujeito. Esse exterior não é um exterior absoluto, pois ele só pode existir em relação ao próprio discurso que o exclui. Trata-se da delimitação de uma fronteira com uma zona “inóspita” povoada por seres que não habitam a circunscrição do sujeito:

Esta zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação do direito à autonomia e à vida<sup>182</sup>.

Assim, Butler demonstra que a construção do sujeito se realiza através da força da exclusão e da abjeção. A autora explica que não há um “eu” anterior ou que segue a rigor o processo de generificação, pois este emerge das relações de gênero. E essas relações são construídas através de exclusões, de maneira que o humano é produzido por meio de apagamentos radicais. O que é excluído, que fica à margem das fronteiras, amedronta pela ameaça de rearticulação do discurso que tenta se manter coerente através de sua exclusão, pois sabe-se que a materialização do regime regulatório nos corpos nunca é completa, podendo ser desestabilizada.

Segundo Joseli Maria Silva, o espaço está imbricado nas performances que engendram as representações hegemônicas de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que também é elemento intrínseco nas ações concretas de transformação dessa realidade<sup>183</sup>. Esta questão fica mais evidente com a contribuição da socióloga Leticia Sabsay sobre um acontecimento mais contemporâneo na cidade de Buenos Aires quando do debate público acerca do estatuto jurídico da circulação das trabalhadoras sexuais no espaço urbano.

<sup>182</sup> BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G.L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.153.

<sup>183</sup> SILVA, Joseli Maria(org.) . *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.

No livro “Fronteras Sexuales”, Sabsay se apropria da teoria performativa do gênero e do conceito de abjeção de Judith Butler para analisar o debate acerca da ocupação do espaço público por trabalhadores sexuais livres em Buenos Aires, em pleno cenário de “abertura política”, pós-ditadura. A autora investiga as políticas sexuais no contexto da redemocratização, problematizando as noções de gênero e cidadania que se constroem durante o processo em que Buenos Aires muda seu estatuto jurídico em 1996<sup>184</sup> e precisa repensar a política urbana. A edição de um Código de Convivência Urbana tinha por finalidade a defesa da democracia por meio do reconhecimento das liberdades individuais dos cidadãos e da garantia da segurança no espaço urbano. Neste momento, houve intensos debates sobre a estratégia legal adequada para regular o trabalho sexual, da despenalização à proibição, culminando na criação de uma zona vermelha oficial.

Para a autora, os questionamentos sobre a prostituição resultaram em debates públicos sobre a questão de quem pode aparecer no espaço público, e como, criando formas normativas de se construir a própria cidadania:

O esforço legal para excluir ou isolar as minorias sexuais resulta ser uma cena da luta discursiva por quais figuras sexuais – e que normas sexuais – definiram as noções emergentes de cidadão<sup>185</sup>.

Ela afirma, portanto, que o que estava em processo no debate sobre o estatuto legal que deveria ter o trabalho sexual, era a construção do sujeito político que poderia participar e se apropriar do espaço urbano. Para a autora, a ameaça da despenalização do trabalho sexual consistia - apesar dos diversos mecanismos argumentativos - em visibilizar gêneros e sexualidades<sup>186</sup> fora da normativa de gênero hegemônica no espaço social, o que deixaria em evidência a fragilidade do gênero dominante.

Leticia Sabsay argumenta que a luta desencadeada em torno desta polêmica impugnou os próprios pressupostos do liberalismo político que sustenta a expansão do capitalismo urbano, pois o poder democrático reduzido à

<sup>184</sup> . No ano de 1996 a cidade muda de estatuto jurídico e se equipara às províncias da república e entre 1997 e 1999 estabelecem-se os direitos e deveres cidadãos através do Código de Convivência Urbano.

<sup>185</sup> BUTLER, Judith. *Prólogo*. In: SABSAY, Leticia. *Fronteras Sexuales: espacio urbano, cuerpos y ciudadanía*. Buenos Aires: Paidós, 2011, p.11.

<sup>186</sup> No caso de Buenos Aires, Leticia Sabsay demonstrou que essa luta foi encabeçada significativamente pela comunidade LGBTTI, já que em razão do estigma social, quase a maioria das mulheres trans trabalham com serviços sexuais.

democracia representativa funciona mediante a criação do sujeito político que era capaz de representar. Este poder que diz representar os indivíduos - e de fato defende a liberdade e mobilidade destes - precisa produzi-los através da institucionalização de normas sociais, e também sexuais, não só através do Direito, mas também dos meios de comunicação, de debate público, científico, e etc. No entanto, este liberalismo político só serve aos que se adaptam às “versões identitárias socialmente normativizadas”<sup>187</sup>. Segundo Judith Butler, que escreve o prólogo do livro da Leticia Sabsay, os que não se enquadram nessas identidades expõem o caráter violento dessas operações:

Aqueles corpos e prazeres que não logram ajustar-se a operações imaginárias da lei expõem esses imaginários como contrademocráticos e violentos, desenvolvendo uma modalidade diferente para a vida sexual e a existência corporal, convincentemente relacional, que vai de encontro e impugna a regulação da identidade e a restrição tanto do poder político como dos ideais democráticos em nome de uma democracia mais radical<sup>188</sup>.

Segundo Letícia Sabsay, o destaque midiático sobre a (i)legalidade da prostituição deixou de lado uma questão mais profunda, a dos limites da representatividade política e do princípio da não discriminação. Para ela, esta cidadania que afirma ser inclusiva “sem distinção dos corpos” sustenta a sua universalidade pela exclusão dos corpos abjetos negando-lhes a existência. A exclusão se faz necessária para fazer do sujeito construído pelas normas regulatórias uma totalidade. A prostituição é, neste contexto, a sexualidade repudiada, que o próprio repúdio é o que mantém a conformação de uma determinada “naturalidade sexual”.

As inúmeras reformas legislativas sobre o exercício livre do trabalho sexual nas ruas de Buenos Aires desembocou na criação de uma zona vermelha, um espaço delimitado para que se pudesse realizar a prostituição. Para Leticia Sabsay, quando se delimita a fronteira entre o espaço urbano e as áreas da prostituição – as zonas vermelhas- trata-se da construção simultânea da cidade e a noção de cidadão ideal para ela. Assim, se constrói o espaço público em oposição às zonas cinzentas marcadas pela ausência de Estado e marginalidade. O trabalho sexual como o Outro auxilia na conceituação normativa do espaço público e o seu

<sup>187</sup> BUTLER, Judith. *Prólogo*. Op. cit. p.12

<sup>188</sup> Ibid. p.13.

cidadão na medida em que fornece uma fronteira imaginária, um limite, para as condições de possibilidade de existência desse espaço:

Daí que a abjeção do trabalho sexual está tão intimamente implicado com a definição do espaço público e do conceito de cidadania, mas também com outros campos de subjetivação, com suas modalidades hegemônicas – e que aparecem até como obrigatória – desde a família à nação<sup>189</sup>.

Através da divisão entre o espaço público e o do trabalho sexual, distribui-se de maneira diferencial a legitimidade da diversidade sexual no espaço, ao mesmo tempo em que classifica e hierarquiza as práticas sociais de modo a interpelar os sujeitos sobre onde se situam dentro desse imaginário de identidades forjadas. Assim, opondo a prostituição à moral do espaço urbano reforçam-se as crenças derivadas da matriz heterossexual em que a sexualidade só pode ser assunto do espaço privado, no âmbito da família, de forma não comercial, para fins de uma relação afetiva estável. O espaço público tem que produzir e reproduzir, portanto, os ideais da comunidade. Isto se dá através da exclusão de determinados tipos sociais. A mulher prostituta é, neste sentido, uma ameaça para a família burguesa ao problematizar os pressupostos em que se baseia a naturalização do papel da mulher, que é aquela que sustenta a pureza e santidade do núcleo familiar, com a negação de sua sexualidade.

---

<sup>189</sup> SABSAY, Leticia. *Fronteras Sexuales: espacio urbano, cuerpos y ciudadanía*. Op. Cit. p.142.

## 4

### A Situação Político-Jurídica das Prostitutas

Nesse capítulo, refletir-se-á sobre a situação político-jurídica das prostitutas no Brasil, desde a década de oitenta- quando a mobilização das prostitutas se delineia de modo mais organizativo, na forma de movimento social, ONG e Rede-, até os anos mais recentes. O objetivo é apresentar as principais pautas pelo reconhecimento da atividade como profissão e direito sexual, bem como refletir sobre os obstáculos que se enfrentam atualmente. Uma das discussões apresentadas será a indistinção entre “exploração sexual” e “prostituição” no Código Penal contemporâneo, que é um dos elementos usados para justificar intervenções policial-judiciárias, que reforçam o quadro de marginalização e arbítrio aos quais estão submetidas as prostitutas.

Ver-se-á que a existência dessa ambiguidade também favorece a demanda por aplicação do art. 229 do Código Penal (que criminaliza casas de prostituição) pelo poder público, quando este necessita “melhorar” a imagem da cidade para garantir o investimento do capital privado. Entendemos que isso proporciona uma vivência urbana precária para as trabalhadoras sexuais, principalmente as mais pobres, que experimentam situações limítrofes, que vão desde ter que se esconder a sofrer exclusões violentas. Em seguida, faz-se um panorama das diferentes posições feministas em relação aos modelos legais da prostituição, apontando os entendimentos diversos sobre o que se considera “exploração”, bem como divergências relativas às categorias “vulnerabilidade” e “autonomia”.

#### 4.1

##### As Lutas das Prostitutas por Direitos

O marco da organização política das prostitutas em torno da luta por direitos, no Brasil, é o ano de 1979, quando em repúdio a ação violenta da polícia, que culminou na prisão e tortura de profissionais do sexo da Boca do Lixo e da Boca do Luxo, realizou-se uma passeata no centro da cidade de São Paulo e uma assembleia no Teatro Ruth Escobar. Na ocasião, uma mulher grávida e duas

travestis foram assassinadas. Esta mobilização acarretou no afastamento do delegado de polícia<sup>190</sup>.

Em meados da década de 80, em razão dos sinais de proliferação do vírus da AIDS no país, algumas organizações não governamentais iniciaram ações de aconselhamento, assessoria, *advocacy*, etc., como a GAPA, em São Paulo, o que provocou a criação de espaços de articulação de políticas públicas para as prostitutas e ativistas em âmbito nacional, além de oportunizar o compartilhamento de demandas e experiências comuns. Criou-se o Programa Nacional (PN) de DST/AIDS do Ministério da Saúde, em 1985, para estabelecer diretrizes e normas nacionais para combater a epidemia, e com isso foram realizadas reuniões nacionais com a participação de membros dos estados, lideranças populares e ONGs. Assim, por meio de atividades de prevenção direcionadas a “populações específicas”- que estariam mais vulneráveis à contaminação -, com o financiamento do Ministério Público, foi possível realizar cartilhas de prevenção como “Estrela da Noite” e “Fala, mulher da vida” cujo conteúdo foi todo elaborado pelo Programa de Prostituição e Direitos Civis do Instituto de Estudos da Religião (ISER)<sup>191</sup>.

Em junho de 1987, realizou-se o I Encontro Nacional de Prostitutas no Rio de Janeiro, na Praça Onze, por incentivo de Gabriela Silva Leite (à época prostituta da Vila Mimosa), que reuniu prostitutas de onze estados do Brasil e formou a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP). Esse encontro, amplamente divulgado na mídia nacional, teve como pauta questões como violência, saúde, sexualidade, relacionadas à realidade enfrentada pela categoria. Além disso, terminou com propostas de revogação dos artigos 228, 229 e 231 do Código Penal e a criação de uma associação de classe.

No final deste ano, em razão de ameaças que vinham sofrendo de pessoas ligadas ao pastor Nilson Fanini, dono de uma emissora de televisão à época chamada “TV Rio”, que objetivava afastar a prostituição da Vila Mimosa (justificado a partir da necessidade de ampliar o espaço do estúdio), trabalhadoras sexuais dessa localidade se articularam para denunciar a chamada “grilagem urbana”. A Vila Mimosa se constituiu em 1979, quando as casas de prostituição

<sup>190</sup> Disponível em: <http://www.redeprostitutas.org.br/index.swf> Último acesso: 26/01/2015

<sup>191</sup> LEITE, Gabriela e LENZ, Flávio. “A Trajetória do Movimento de Prostitutas e sua Relação com o Estado Brasileiro”. In: *Análise do Contexto da Prostituição em Relação a Direitos Humanos, Trabalho, Cultura e Saúde do Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 2013. p. 42

que ocupavam a “Zona do Mangue” - área relativa à atual Cidade Nova-, foram desapropriadas e demolidas para dar lugar ao novo Centro Administrativo São Sebastião (CASS) – apelidado posteriormente de “piranhão”- e obras do metrô; assim, algumas dessas casas se deslocaram para uma área residencial entre a Cidade Nova e o Estácio, que já se chamava “Vila Mimosa”. Já não sendo a primeira experiência de remoção, na ocasião das tentativas de desapropriação pelo empresário pastor, a mobilização criou uma grande comoção, com a realização de um evento no Circo Voador chamado “Mangue Resiste”, que reuniu prostitutas, donas das casas de prostituição, artistas, ativistas e apoiadores. O evento contou com uma carta do escritor Jorge Amado, lida na inauguração do ato, que repudiava a especulação imobiliária, a má gestão administrativa e a discriminação que violavam os direitos das prostitutas<sup>192</sup>. Esta mobilização culminou na permanência das prostitutas da Vila Mimosa, com um decreto do prefeito Saturnino Braga, que declarou o conjunto de casas como de utilidade pública. Além do comodato e de melhorias na área, criou-se a partir daí a Associação de Amigos e Moradores da Rua Miguel de Frias (em 1988), a primeira associação de prostitutas, que foi fundada com a colaboração da RPB, mas posteriormente considerada “controlada por empresárias”, por isso a Rede Brasileira de Prostitutas se retirou.

A principal liderança da Rede Brasileira de Prostitutas, Gabriela Leite, já coordenava o programa “Prostituição e Direitos Civis” do ISER (Instituto de Estudos da Religião), que atuou no Projeto Previna (1988-1990), cujo objetivo era elaborar um conjunto de ações de prevenção junto a profissionais do sexo (michês, travestis, prostitutas, etc.), presidiários, usuários de drogas injetáveis e homossexuais masculinos. O Projeto Previna, uma parceria da Coordenação Nacional de DST/AIDS com setores da sociedade civil como a REDE, a GAPA-MG e o ISER, foi implementado em 1989 e teve como norte a capacitação de trabalhadoras sexuais e travestis como agentes de saúde para serem multiplicadores na política de prevenção à AIDS. Com o fim de distribuir preservativos e materiais de informação, as ONGs passaram a frequentar mais os pontos de trabalho sexual e também serem mais procuradas pelas prostitutas quando sofriam situações de violência. Isso fica tanto evidenciado na história da

---

<sup>192</sup> Ver carta em SIMÕES, Soraya Silveira. *Vila Mimosa: Etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca*. Niterói: EdUFF, 2010. p. 56.

aproximação da GAPA-MG e as mulheres que trabalhavam no bairro Bonfim, em Belo Horizonte, que também sofria com um processo de desapropriação das casas<sup>193</sup>, como em Porto Alegre, cujo envolvimento da GAPA-RS com a defesa de mulheres prostitutas que foram presas e torturas, em 1989, resultou na formação do NEP (Núcleo de Estudos da Prostituição) mais tarde, em 1993. A associação gaúcha depois se incorporou à Rede Brasileira de Prostitutas.

No mesmo ano, houve o II Encontro Nacional de Prostitutas do Rio de Janeiro (chamado de I Encontro Interdisciplinar de Prostituição e AIDS), promovido pela RBP, que foi mais voltada para a prevenção DST/AIDS com o protagonismo das prostitutas<sup>194</sup> e também tinha como preocupação com a aprovação dos manuais e o treinamento para o seu uso. A partir daí, foram discutidos temas como direitos humanos, discriminação, estigma e regulamentação da profissão, que foram importantes para questionar o tratamento higienista das políticas do Estado, voltadas às trabalhadoras sexuais, restritas à preocupação com a transmissão de doenças, o que também consolidou a adoção do conceito de vulnerabilidade, ao invés de “grupo de risco” ou “comportamento de risco” para orientar as ações do Programa Nacional de DST/AIDS<sup>195</sup>. Segundo Letícia Barreto, esse conceito leva em consideração as relações sociais e de poder, não se focando no indivíduo ou em determinados comportamentos<sup>196</sup>.

O início da década de 90 foi marcado, por um lado, pela suspensão de várias atividades relacionadas ao Programa Nacional (inclusive o Projeto Previna) pelo governo Collor, e por outro, pela formação de diversas organizações de prostitutas, por exemplo, o NEP de Porto Alegre (já mencionado), o Grupo de

<sup>193</sup><sup>193</sup> Letícia Barreto menciona isso no seu livro, o que pode ser evidenciado na seguinte passagem: “A princípio os trabalhos da GAPA-MG foram desenvolvidos principalmente no bairro Bonfim, que era uma área de concentração de prostituição feminina e travesti. Os contatos com a área dos hotéis eram restritos à distribuição de preservativos e de material de informação. Havia reuniões e o GAPA-MG se tornou uma referência para esta população, sendo procurado muitas vezes quando havia caso de violência ou prisão. A partir das inúmeras situações de violência, principalmente contra as travestis, começou-se a pensar na necessidade de organização. Um fruto de tal tentativa foi a criação, por um agente de saúde do GAPA-MG, da ASSTRAV (Associação de Travestis, Transgêneros e Transexuais de Minas Gerais). Com a desapropriação de inúmeras casas, na região do Bonfim, o GAPA-MG passou a enfocar o seu trabalho nas mulheres prostitutas da região central”. BARRETO, Letícia Cardoso. *Prostituição, Gênero e Trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013 p. 96

<sup>194</sup> LEITE, Gabriela e LENZ, Flávio. “A Trajetória do Movimento de Prostitutas e sua Relação com o Estado Brasileiro”. In: *Análise do Contexto da Prostituição em Relação a Direitos Humanos, Trabalho, Cultura e Saúde do Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 2013. p. 42

<sup>195</sup> Ibid.

<sup>196</sup> BARRETO, Letícia Cardoso. *Prostituição, Gênero e Trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013. p. 92

Mulheres Prostitutas da Área Central do Pará, a Associação Sergipana de Prostitutas e a Davida- Prostituição, Direitos Civis e Saúde (que promove a edição do jornal Beijo de Rua). Surgem também as pastorais da Mulher Marginalizada, organização associada à Igreja Católica, que além de objetivar o combate à AIDS, também visava capacitar as prostitutas para que elas abandonassem a atividade sexual<sup>197</sup>.

Em 1993, o Programa Nacional de DST/AIDS é retomado, com a denúncia de corrupção no governo federal, e as articulações das ONGs com os estados e as entidades internacionais voltam a ocorrer. Em 1994, a RBP realizou o III Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo<sup>198</sup>, com o tema “lei, saúde e fantasias sexuais”, que marcou a reorganização da rede em coordenações nacionais e regionais<sup>199</sup>. A partir do ano seguinte, outras associações de prostitutas são formadas como a Vitória Régia (Ribeirão Preto, São Paulo) e Aprosba (Bahia)<sup>200</sup>. Entre 1994 a 1998, período marcado pela feminização da AIDS, houve o segundo projeto do Previna, com financiamento do Banco Mundial, que possibilitou a continuidade de projetos junto a associações de prostitutas e ONGs. Segundo Leticia Barreto, apesar de muitas infectadas serem casadas ou estarem em um relacionamento monogâmico, o foco da prevenção ainda estava muito atrelada à profissão do sexo.

Em 2001, ocorre o Fórum Social Mundial que conta com a participação do Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre com uma faixa “Auto-estima, saúde e cidadania”, que expressava a necessidade de proteger a integridade física e a dignidade das mulheres que se prostituíam, referindo-se principalmente a violência sofrida pela polícia, mas também tratando da questão da AIDS, que era estratégica para obter recursos para a sua organização<sup>201</sup>.

<sup>197</sup> Ibid. pp. 98, 100-101.

<sup>198</sup> Segundo a “Análise do Contexto da Prostituição em Relação a Direitos Humanos, Trabalho, Cultura e Saúde no Brasil”, a denominação “profissionais do sexo” foi adotada por sugestão do ex-deputado Fernando Gabeira para abranger as mais variadas formas de trabalho sexual. LEITE, Gabriela e LENZ, Flávio. “A Trajetória do Movimento de Prostitutas e sua Relação com o Estado Brasileiro”. In: *Análise do Contexto da Prostituição em Relação a Direitos Humanos, Trabalho, Cultura e Saúde do Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 2013. p. 44

<sup>199</sup> BARRETO, Leticia. *Prostituição, Gênero e Trabalho* Op. cit. p. 104.

<sup>200</sup> <http://www.redeprostitutas.org.br/index.swf> Último acesso: 04/02/2014

<sup>201</sup> OLIVAR, José Miguel. O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais em universos de prostituição feminina em Porto Alegre. In: *Teoria e Sociedade* nº 15.2 – julho de 2007[2009]: 108-137., p. 120

Em 2002, realiza-se o projeto Esquina da Noite, com financiamento da Coordenação Nacional de DST/Aids e sob a coordenação da RBP, que incluiu cinquenta associações de cinco regiões do Brasil nas atividades de prevenção e mobilização. É o mesmo ano de inclusão da categoria “profissionais do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, que contou com a participação de algumas organizações como a Davida, GAPA-MG, NEC, GEMPAC e APROSBA<sup>202</sup>. Essa medida facilitou, por exemplo, o registro do trabalho autônomo na Previdência Social como “profissional do sexo”<sup>203</sup>. A inclusão da categoria na CBO foi importante para o reconhecimento da prostituição como um trabalho.

Segundo José Miguel Olivar, o reconhecimento da atividade enquanto profissão abre um novo campo de luta, sem com isso excluir a importante mobilização inicial em torno da integridade física e da saúde da trabalhadora sexual, pois reivindicar a inclusão pelo sistema formal da legislação era poder tratar o assunto sob outro enfoque, sem ser da salubridade moral (“um trabalho, não um destino”<sup>204</sup>). Assim, abria-se um caminho para que as mulheres prostitutas não tivessem a totalidade de sua existência definida pela atividade; um trabalho “que não absorvesse a totalidade do tempo, do corpo nem da imaginação, mas que oferecesse garantias e oportunidades para elas”<sup>205</sup>:

Quer dizer, a luta por serem inseridas no sistema social regular, normal, na legislação trabalhista, simplesmente como mulheres trabalhadoras. Começou, assim, uma outra frente no campo dos direitos humanos. A luta pelos direitos trabalhistas significa a luta pelo reconhecimento não só do direito de uma pessoa se prostituir, mas a perda da ênfase na salubridade moral e a descriminalização do sistema completo de oferta de serviços sexuais. Essa mudança dá uma nova vida para o Movimento, abre possibilidades política e metodologicamente mais interessantes no combate contra o estigma e a discriminação e alimenta com força as buscas pela dignidade das mulheres prostitutas<sup>206</sup>.

A partir daí, José Miguel Olivar, observa a ampla utilização da noção “profissionais do sexo” pelos movimentos e também nos trabalhos científicos. Posteriormente, o referido termo foi problematizado pela RPB que passou a

<sup>202</sup> BARRETO, Leticia. *Prostituição, Gênero e Trabalho* Op. cit. p. 109.

<sup>203</sup> LEITE, Gabriela e LENZ, Flávio. “A Trajetória do Movimento de Prostitutas e sua Relação com o Estado Brasileiro”. In: *Análise do Contexto da Prostituição em Relação a Direitos Humanos, Trabalho, Cultura e Saúde do Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 2013. p. 44

<sup>204</sup> OLIVAR, José Miguel. *O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais em universos de prostituição feminina em Porto Alegre*. Op. cit. p. 120

<sup>205</sup> Ibid.

<sup>206</sup> Ibid.

propor o uso de noções como “puta” e prostituta”, intencionado criar uma identidade política além da necessidade de reconhecimento da profissão. Ainda em 2002, realizou-se a campanha “Sem Vergonha, garota. Você tem profissão”, lançada no Seminário Nacional AIDS e Prostituição, em Brasília. Além disso, foi divulgada a primeira pesquisa nacional com prostitutas chamada “Avaliação da efetividade de ações de prevenção dirigidas às profissionais do sexo, em três regiões brasileiras”, pela Universidade de Brasília com apoio do Programa Nacional de DST/AIDS, em que 2.712 trabalhadoras sexuais foram consultadas<sup>207</sup>.

Em 2003, o deputado Fernando Gabeira apresentou à Câmara o projeto de lei 98/2003 que objetivava revogar os artigos 228, 229 e 231 do Código Penal, buscando descriminalizar as casas de prostituição e regulamentar a contratação do serviço de natureza sexual. Este projeto foi, todavia, arquivado quando o deputado saiu do Congresso em 2010.

Em 2005, um importante passo foi dado no que se refere à linha política adotada pelo Programa Nacional de DST/AIDS. A Rede Brasileira resolveu denunciar e se recusar a participar do edital da USAID (United States Agency for International Development) /PACT porque exigia a assinatura de um compromisso formal de condenação da prostituição pelas organizações não-governamentais denominado “prostitution pledge”<sup>208</sup>. Tratava-se de uma mudança no Plano de Emergência para a AIDS da presidência dos Estados Unidos (PEPFAR) em relação ao edital anterior que inviabilizava a participação do movimento de prostitutas em razão de ir contra os valores que norteavam suas ações políticas. O governo brasileiro aceitou a posição do movimento e recusou o financiamento deste edital, resultando na rejeição de um valor de quarenta milhões de dólares. O projeto “Sem Vergonha” foi, então, financiado por fundos nacionais.

A prostituição passou a ser considerada como um direito sexual na pauta da igualdade de gênero a partir de 2007, em respeito à recomendação da Consulta Regional sobre HIV e Trabalho Sexual na América Latina e Caribe, que foi

---

<sup>207</sup> LEITE, Gabriela e LENZ, Flávio. “A Trajetória do Movimento de Prostitutas e sua Relação com o Estado Brasileiro”. In: *Análise do Contexto da Prostituição em Relação a Direitos Humanos, Trabalho, Cultura e Saúde do Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 2013. p. 44

<sup>208</sup> Ibid. p. 45

sediado em Lima<sup>209</sup>. No Brasil, isto foi incorporado em 2008, na Primeira Consulta Nacional sobre DST/AIDS, Direitos Humanos e Prostituição. Para José Miguel Nieto Olivar, esse giro em relação à consideração da prostituição no âmbito dos direitos humanos abre a possibilidade de ampliar o debate na direção da desnaturalização da sexualidade e do gênero:

Decidir as razões pelas quais se tem ou não relações sexuais, assim como o resto de condições dessas práticas, é uma das aplicações básicas dos direitos sexuais... e um saber estratégico no universo da prostituição. Mas também a possibilidade de corporificar sexualidades *marginais*, feminilidades ostensivamente múltiplas, sem que isso signifique risco de morte ou tortura, nem uma culpabilização moral que mutile as possibilidades do prazer. O direito de ser puta<sup>210</sup>.

Segundo o autor, poder discutir a prostituição nesses termos significa questionar mecanismos morais e corporais que punem mulheres que não reproduzem os modelos de feminilidade e de sexualidade tradicionais. Ou seja, é problematizar o entendimento sobre a prostituição que parte de um modelo de feminilidade desejável e excludente, que só a aceita através de um olhar que a interpreta sob a motivação apenas trabalhista e econômica<sup>211</sup>.

Nesta linha, a Rede Brasileira de Prostitutas passou a tratar a prostituição como profissão e direito sexual, aliando a defesa da regulamentação da atividade com o repúdio à exploração e a vitimização. Em 2011, prostitutas de várias regiões no Brasil, reunidas em Belém, decidiram deixar de participar dos editais do Ministério da Saúde como forma de criticar o Estado por apenas criar políticas públicas com enfoque na saúde, deixando de lado outras demandas do movimento de prostitutas<sup>212</sup>.

Em 2013, em comemoração ao Dia Internacional das Prostitutas (dois de junho), prostitutas foram convidadas pelo Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais a elaborar materiais como vídeos e adesivos virtuais para uma campanha de prevenção e direitos. Em razão de terem imprimido mensagens positivas sobre o trabalho sexual como “sou feliz sendo prostituta” ou “não aceitar as pessoas da forma que elas são é uma violência”, o Ministro da Saúde mandou tirar o

<sup>209</sup> LEITE, Gabriela e LENZ, Flávio. “A Trajetória do Movimento de Prostitutas e sua Relação com o Estado Brasileiro”. In: *Análise do Contexto da Prostituição em Relação a Direitos Humanos, Trabalho, Cultura e Saúde do Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA, 2013. p. 45.

<sup>210</sup> OLIVAR, José Miguel Nieto. *O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais em universos de prostituição feminina em Porto Alegre*. Op. cit. p. 134

<sup>211</sup> Ibid. pp 123 e seguintes.

<sup>212</sup> LEITE, Gabriela e LENZ, Flávio. Op. cit. p. 46.

conteúdo de circulação. Em razão disso, RBP criticou a postura do Estado, denunciando que este estava deixando de enfrentar a prevenção através da desconstrução do estigma e dos preconceitos. Isto levou algumas prostitutas a revogarem o direito de uso da sua imagem na campanha, por um lado, e por outro, houve a demissão de alguns integrantes do Departamento.

Em 2012, a comissão jurídica para a reforma do código penal do Senado propôs a revogação do delito “casa de prostituição”, previsto no artigo 229 da legislação penal. Segundo os especialistas, “a proibição dos prostíbulos só serve para que policiais corruptos possam extorquir os donos dessas casas”<sup>213</sup>. Na reportagem do jornal eletrônico “Folha de S.Paulo”, o relator-geral da comissão afirmou o caráter moralista deste artigo e um dos membros da ONG Davida, Roberto Domingues, disse que esta era uma “reivindicação histórica do movimento”<sup>214</sup>. No mesmo ano, o deputado federal Jean Wyllys apresentou à Câmara o Projeto de Lei Gabriela Leite que, baseado nos projetos anteriores do Fernando Gabeira (98/2003) e do Eduardo Valverde (4244/2004), bem como na experiência legislativa alemã que regulamentou as relações trabalhistas das prostitutas, propõe a regulamentação da atividade dos profissionais do sexo e a legalização das casas de prostituição desde que não mantenha exploração sexual.

Nesta proposta legislativa, busca-se conceituar a exploração por meio da definição de três espécies. Em primeiro momento, caso haja mediação de terceiro na prestação do serviço sexual – por exemplo, dono de casa de prostituição – é vedada a apropriação total ou maior que 50% do rendimento, o contrário é considerado exploração. Outra espécie é o próprio não pagamento do serviço. A terceira espécie é alguém ser forçado a realizar um serviço sexual através de grave ameaça ou violência. A pessoa só pode ser considerada profissional do sexo se for maior de dezoito anos, realizar a atividade voluntariamente mediante remuneração e for absolutamente capaz. O exercício da atividade pode ser realizado de forma autônoma, em cooperativa ou em casa de prostituição desde que nesta não haja qualquer tipo de exploração sexual<sup>215</sup>. Segundo o jornal “O Beijo na Rua”, desde que o projeto lei do Fernando Gabeira fora aprovado, a RPB estava a procura de

<sup>213</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/36236-comissao-do-senado-propoe-legalizar-casa-de-prostituicao.shtml> Último acesso: 05/02/2015

<sup>214</sup> Ibid.

<sup>215</sup> Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1012829](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829) Último acesso: 05/02/2015.

um deputado que pudesse defender a regulamentação da profissão. O Jean Wyllys concorreu às eleições parlamentares junto à Gabriela Leite, porém como ela não conseguiu um lugar na Câmara dos Deputados, ele levou adiante o projeto legislativo<sup>216</sup>.

Ainda que sob uma atmosfera favorável à regulamentação das casas de prostituição e das relações jurídicas envolvendo serviços sexuais, no mesmo ano o Juiz Rubens Casara, da 43ª Vara Criminal, recebeu uma denúncia do Ministério Público para fechar doze termas na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro somado ao pedido de condenação de dois acusados por exploração sexual nessas casas<sup>217</sup>. Na ocasião, o juiz destacou a motivação política expressa na própria medida cautelar incidental do Ministério Público que requeria a interdição judicial do estabelecimento. Na peça, o Ministério Público, ao passo que alertava para o perigo do “turismo sexual”, fazia menção à aproximação dos megaeventos, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, afirmando ser “imperiosa a intervenção do Poder Judiciário, contribuindo para a mudança de tão pejorativa imagem”<sup>218</sup>. Casara observou que a acusação teve início em abril de 2007, mas a ação penal só foi proposta em 2012, “em meio ao clima político-repressivo gerado a partir da adoção de medidas higienistas voltadas à preparação da cidade do Rio de Janeiro para os megaeventos esportivos de 2014 e 2016”<sup>219</sup>. Tendo isso em vista, o juiz Rubens Casara evocou o princípio da resposta não contingente, afirmando que não cabia à tutela penal oferecer resposta imediata, nem servir-se de apoio, à vontade política da administração pública; neste caso, para apagar a “imagem pejorativa” da cidade.

É interessante reter-nos em alguns apontamentos dessa decisão para demonstrar um tratamento radicalmente distinto do que ocorreu no caso das trabalhadoras sexuais do Prédio da Caixa. Na decisão, Rubens Casara lembrou o recente parecer da Comissão de Juristas do Senado Brasileiro para a reforma do Código Penal que, aludindo à secularização do direito, apontou a inadequação constitucional do delito “casa de prostituição”. Segundo Casara, pelo fato de o

<sup>216</sup>

Disponível

em:

<http://www.beijodaruia.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=902&num=1>  
Último acesso em: 05/02/2015

<sup>217</sup> Disponível em: <http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100050248/juiz-acusa-promotor-de-cruzada-contra-prostitutas> Último acesso: 06/02/2015

<sup>218</sup> Disponível em: <http://blog-sem-juizo.blogspot.co.uk/2012/09/casa-de-prostituicao.html> Último acesso: 06/02/2015

<sup>219</sup> Ibid.

código penal brasileiro ter sido elaborado em 1940, o julgador precisa de atenção redobrada para interpretar a legislação à luz das transformações históricas e sociais. As mudanças advindas da aprovação Lei n. 12.015, de 7.8.2009, que altera os “Crimes contra os costumes” para “Crimes contra a dignidade sexual”, segundo ele, foi um importante passo para afastar a moral como parâmetro regulador do direito penal, pois que atualmente “não mais é razoável confundir legitimação moral com legitimidade jurídica, moral com direito, Estado com Igreja, pecado com crime”<sup>220</sup>. Para o magistrado, o crime “casa de prostituição” não foi recepcionado pela Constituição de 1988 cujos valores protegidos referem-se a um Estado Democrático de Direito, devendo o direito penal possuir intervenção mínima e ser a última ferramenta acionada para a garantia da cidadania e da harmonia da sociedade. Além disso, o magistrado observou o anacronismo da penalização dos estabelecimentos onde ocorre a prostituição dado ao seu caráter praticamente “institucionalizado”, já bastante “tolerado” e “publicizado”, às vezes disfarçado por meio de outras denominações como “casas de massagem”, “termas”, etc. Rubens Casara cita uma sentença do juiz da Segunda Vara Criminal de São Gonçalo, no processo 0056213-63.2010.8.19.0004, para fundamentar a sua decisão, em que o magistrado oferece exemplos desta tolerância, apontando famosas casas de prostituição que fazem parte do cotidiano do Rio de Janeiro, como as termas do Aeroporto, muito próximas da Ordem dos Advogados, da Defensoria Pública e do Ministério Público. O juiz da Vara de São Gonçalo apontava que a diferença dessas casas para o objeto da ação penal que estava a apreciar, ‘Club 488’ de Alcântara, situado no bairro de São Gonçalo, era precisamente o poder social e econômico dos frequentadores e o valor dos serviços. Dito isto, ele demonstrou a seletividade do sistema penal lembrando a frase: “la ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos”<sup>221</sup>.

Na apreciação do pedido do Ministério Público, o magistrado Rubens Casara levou em consideração a existência ou não de exploração sexual nos estabelecimentos, e não somente se havia o exercício regular de serviços sexuais no local. Segundo ele, todas as mulheres que eram em tese sujeitos passivos do

---

<sup>220</sup> Disponível em: <http://blog-sem-juizo.blogspot.co.uk/2012/09/casa-de-prostituicao.html> Ultimo acesso: 06/02/2015

<sup>221</sup> Ibid.

suposto delito cometido, tinham mais de 18 anos de idade e eram absolutamente capazes para decidirem a realização da atividade e as suas formas; elas foram ouvidas na investigação preliminar e nenhuma relatou exploração. Ao tratar dessa questão, o magistrado criticou o olhar vitimizante sobre as mulheres trabalhadoras sexuais, afirmando que elas não podem ser tratadas como “seres invisíveis, despidos de vontade e capacidade de escolhas racionais”<sup>222</sup>, lembrando que algumas, nesse caso, estavam matriculadas em ensino superior, o que é um indicador de que elas tinham condições suficientes de discernimento. Na sua avaliação, não houve indício qualquer que indicasse violação à dignidade sexual das mulheres envolvidas, tampouco exploração sexual. Além disso, ele entendeu que a pretensão do Ministério Público não servia para a proteção da dignidade sexual das mulheres envolvidas, pois na hipótese de fechamento das casas de prostituição, elas poderiam terminar trabalhando nas ruas o que poderia acarretar um risco maior à integridade física delas. Finalmente, o magistrado observou que “profissionais do sexo” estão listados na Classificação Brasileira de Ocupações, número 5198, e destacou a impossibilidade de uma relação ser normativa e antinormativa ao mesmo tempo. Se a legislação trabalhista reconhece a relação jurídica entre as trabalhadoras sexuais e a sociedade na qual presta serviço, não pode o direito penal ir à contramão reprimindo tal conduta: “A lógica mais elementar impede que um tipo penal proíba uma conduta que outras normas jurídicas aceitem e regulamentam”<sup>223</sup>. Em razão disso, Casara afirmou a impossibilidade de reconhecer a tipicidade penal prevista no artigo 229 do Código Penal.

De acordo com o cenário que já estava se delineando, a abertura da Copa do Mundo, em 2014, foi marcada por uma operação envolvendo policiais e imprensa com o objetivo de fechar o Balcony Bar e o Hotel do Lido, ambos localizados na Praça do Lido em Copacabana, que são lugares de encontro entre trabalhadoras sexuais e clientes. Mais uma vez, o Ministério Público justificou a operação como necessária para afastar uma imagem depreciativa do Brasil, “que

---

<sup>222</sup> Disponível em: <http://blog-sem-juizo.blogspot.co.uk/2012/09/casa-de-prostituicao.html> Último acesso: 06/02/2015.

<sup>223</sup> Ibid.

passa a ser visto internacionalmente como um país que permite o turismo sexual<sup>224</sup>”.

Apesar dessa preocupação, o Observatório da Prostituição, um projeto de extensão do Laboratório de Etnografia Metropolitana–LeMetro/IFCS-UFRJ, em parceria com a Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids (ABIA), a Ong Davida, o Arquivo Nacional e a Rede Brasileira de Prostitutas, realizou uma pesquisa durante a Copa do Mundo no Rio de Janeiro, em que se constatou que não houve aumento da prostituição na cidade<sup>225</sup>. Segundo o relatório, houve um aumento da concentração de prostitutas na Zona Sul devido ao fato de Copacabana ter sido um dos pontos da cidade com mais atividades relacionadas ao evento esportivo. Devido à decretação de feriado durante os jogos na cidade e da seleção brasileira, as regiões centrais foram esvaziadas e, com isso, várias mulheres que trabalhavam na Vila Mimosa, boates ou termas do centro, foram para Copacabana ou Ipanema para tentar obter maiores oportunidades com os turistas, encontrando lá uma relação maior de oferta do que de procura. As pesquisadoras foram a 279 (duzentos e setenta e nove) endereços conhecidos por serem locais de prostituição e somente 16 desses pontos tiveram aumento de oferta e demanda por serviços sexuais; assim, eles observaram, “Até agora, nossa pesquisa indica que não houve aumento de prostituição motivado pela Copa do Mundo, tal como mídia e órgão do governo haviam previsto. O que está acontecendo é uma concentração de prostitutas em um único setor da cidade”. Nas demais localidades, as mulheres reclamaram de perda de clientela durante a Copa, pelo fato de ter um esvaziamento significativo da área. Também se constatou que nenhum ponto novo de prostituição surgiu durante o evento esportivo, tampouco se encontrou mulheres que vieram para a cidade do Rio de Janeiro, exclusivamente, buscando mais clientela. Segundo a prévia do relatório, o aumento de turistas nos pontos de prostituição na Zona Sul foi relativamente menor do que se espera em eventos festivos como o Carnaval.

Nesta linha, observou-se que, apesar da instalação de um clima político-repressivo em relação ao trabalho sexual, o fechamento do Hotel do Lido e do Bar Balcony não causou consequências para a diminuição ou aumento dos serviços sexuais durante a Copa, apenas significou a dispersão das mulheres que

---

<sup>224</sup> Disponível em: <http://abiaids.org.br/?p=26104&lang=en> Último acesso: 07/02/2014

<sup>225</sup> Ibid.

normalmente trabalhavam nestes lugares para as ruas e praças perto dali. No entanto, foi percebido um sentimento de maior insegurança entre as mulheres que tiveram que se expor a situações de risco fora dos locais que já estavam acostumadas a negociar com os clientes.

Este fato conduz à problemática apontada pela ABIA na “Análise do Contexto da Prostituição em relação a Direitos Humanos, Trabalho, Cultura e Saúde no Brasil”, que critica a conjuntura atual do Estado em relação à prostituição por abandonar pautas históricas de direitos humanos, como a não-discriminação e o livre exercício do trabalho, ao passo que se empurra o tema cada vez mais para uma questão de higienismo e “limpeza” dos centros urbanos. Assim, a ABIA destaca uma “tendência conservadora, moralista e estigmatizante” das políticas públicas, oferecendo o exemplo da proposta do Ministério Público às organizações de prostitutas para financiar testagem anti-HIV nos seus lugares de sociabilidade, o que há muito vem sendo repudiado pelo movimento por associar a prostituição à doença<sup>226</sup>.

## 4.2

### Acepções sobre Prostituição e as Posições Feministas

Quando falamos em “prostituição” é preciso ter em vista que sob essa denominação abarcam-se experiências muito diversas de mercantilização de encontros e práticas eróticas, situados em contextos sócio-históricos e culturais específicos, que se realizam por múltiplos meios e formas: boates, bares, saunas, bordéis, casas de massagem, serviços de acompanhantes, hotéis, motéis, prostituição na rua, dentre outros<sup>227</sup>. Adriana Piscitelli sugere que o termo “prostituição” acaba por ocultar a forma industrial e verdadeiramente complexa que o mercado do sexo apresenta na contemporaneidade. Para José Miguel Olivar, “Não existe uma “prostituição” universal ou extra-cultural. Tal noção prática deve ser compreendida no contexto cultural grupal específico de uso e na experiência

<sup>226</sup> LEITE, Gabriela e LENZ, Flávio. “A Trajetória do Movimento de Prostitutas e sua Relação com o Estado Brasileiro”. Op. cit p. 48

<sup>227</sup> PISCITELLI, Adriana. *Apresentação: gênero no mercado do sexo. Cadernos Pagu* (25). Campinas: 7-23, 2005, p. 7

biográfica, na trajetória concreta de mulheres concretas”<sup>228</sup>. Segundo Ana Paula Silva, ainda que a prostituição possa ser exercida por pessoas do sexo masculino, existe uma questão de gênero que faz com que o trabalho sexual feminino receba muito mais destaque e seja “socialmente mal visto e condenado”<sup>229</sup>. No entanto, de acordo com a antropóloga Adriana Piscitelli, atualmente, no Brasil, há prática discursiva em voga que borra e confunde as fronteiras conceituais que distinguem a prostituição da exploração sexual<sup>230</sup>.

Primeiramente, Adriana Piscitelli observa isso na própria legislação penal e na proposta de reforma. A partir de 2009, com a introdução dos capítulos “Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual” e “Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoas para Fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual” (ambos sob o título “Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual”), os artigos 228 e seguintes passaram a referir-se à exploração sexual, sem, no entanto, defini-la. Para a autora, a leitura desses artigos faz perceber que a prostituição está sendo concebida como equivalente à exploração sexual, pois como se observa do capítulo referente a lenocínio e tráfico de pessoas, tipificam-se os crimes em relação à prostituição *ou* outra forma de exploração. Assim, a antropóloga observa que ao usar a conjunção “ou”, a legislação “conduz a pensar que a prostituição está sendo pensada como modalidade de exploração sexual como se a exploração sexual englobasse a prostituição”<sup>231</sup>.

Na proposta de reforma do Código Penal, a comissão de juristas do Senado propôs uma definição de “exploração sexual” que dispôs da seguinte maneira: “obrigar alguém a exercer a prostituição ou impedir ou dificultar que a abandone”<sup>232</sup>. Dessa maneira, o tráfico interno ou internacional de pessoas passa a não ser definido por simples deslocamento para o exercício da prostituição, tendo que ser caracterizada a grave ameaça, fraude, violência e coação. Nesta linha, a

<sup>228</sup> OLIVAR, José Miguel. O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais em universos de prostituição feminina em Porto Alegre. In: *Teoria e Sociedade* nº 15.2 – julho de 2007[2009]: 108-137. P. 110

<sup>229</sup> Disponível em: <http://www.clam.org.br/noticias-clam/conteudo.asp?cod=9890> ultimo acesso: 11/02/2014

<sup>230</sup> Ibid.

<sup>231</sup> PISCITELLI, Adriana. *Exploração Sexual, Trabalho Sexual: Noções e Limites*. Paper apresentado no seminário: Corpo, sexualidades e feminilidades. UERJ, setembro 2012. p.2

<sup>232</sup> Ibid. p.3

exploração sexual passa ser definida como “prostituição forçada”, isto é, trabalho análogo ao escravo<sup>233</sup>. Essa noção de “exploração sexual” está também presente no Relatório Global da Organização Mundial do Trabalho em 2005, em que a categoria se aplica a todos os casos em que envolve criança e adolescente, assim como mulheres e homens que entram involuntariamente para a prostituição, ou entram por conta própria, mas depois são impedidos de sair por outrem. Nestes termos, Adriana Piscitelli observa que essa definição de “exploração sexual” como “prostituição forçada” segue uma linha liberal que observa, nessa situação, uma violação aos princípios que regem o contrato de trabalho, já que só pode ser estabelecido entre pessoas livres e iguais. Uma vez identificada a privação da liberdade de trabalho, identifica-se a exploração.

A antropóloga aponta o limite dessa definição, pois que só consegue alcançar certa exploração que aparece em situações análogas à escravidão, não abarcando “relações e condições de trabalho muito precárias, inseguras, mal pagas, sem acesso aos direitos trabalhistas mínimos”<sup>234</sup>.

Para Laura Lowenkrow, a regulação jurídica da sexualidade, contemporaneamente, é guiada menos em razão de uma ofensa aos valores da família ou à moralidade, para perseguir a defesa dos princípios da autonomia da vontade e da liberdade individual:

(...) os princípios de autonomia da vontade e liberdade individual têm orientado de maneira decisiva não apenas a regulação jurídica da sexualidade nas sociedades ocidentais contemporâneas, mas também as sensibilidades sociais e políticas em relação à violência<sup>235</sup>.

Essa tendência pode ser compreendida como fruto das lutas políticas dos movimentos feminista e gay da década de 1960 e 1970 pela liberdade sexual. Em consequência disso, tornou-se pouco razoável a condenação moral para definir a legalidade e a legitimidade da conduta sexual. Para Lowenkrow, a proteção jurídica hoje se faz em torno da ideia de “consentimento”, condenando a violência ou violação do exercício da liberdade de individual. No entanto, a antropóloga

<sup>233</sup> PISCITELLI, Adriana. *Exploração Sexual, Trabalho Sexual: Noções e Limites*. Paper apresentado no seminário: Corpo, sexualidades e feminilidades. UERJ, setembro 2012. p.2.

<sup>234</sup> Ibid. p. 13

<sup>235</sup> LOWENKROW, Laura. *Abuso sexual infantil, tráfico de pessoas e a desconstrução da centralidade do consentimento*. Paper apresentado na X Reunión de Antropología del Mercosur (RAM) – Córdoba (Argentina), 2013, p. 1

observa que na nossa legislação penal, ainda sem a aprovação da reforma, há dois casos em que o consentimento não é considerado: o “abuso sexual infantil” e “tráfico de pessoas para fim prostituição ou outra forma de exploração sexual”. Ou seja, o principal critério para definir o crime sexual, o consentimento, é ignorado quando essas duas situações são caracterizadas, pois ambas preenchem outra categoria que é a da “vulnerabilidade”.

O consentimento, no pensamento liberal, é o exercício de uma autonomia individual, isto é, a aptidão da pessoa, que é capaz de razão e livre arbítrio, de governar a si mesmo, concordar voluntariamente, sem coação ou constrangimento. No entanto, Lowenkrow observa que o “sujeito moderno não nasce autônomo”<sup>236</sup>, para se construir como tal, a pessoa precisa ser autodisciplinada, sujeitar-se às normas, conseqüentemente, ser normalizado para, então, ser considerado um indivíduo livre e capaz de escolha. Nessa linha, algumas pessoas são consideradas “sujeitos racionais e senhores de si” capazes de consentir, outras não.

Laura Lowenkrow observa inúmeras críticas a esse modelo, destacadamente as feministas, que criticam as bases de formulação desse sujeito universal, racional e transcendental, e ainda aponta a distribuição desigual da capacidade de exercício da liberdade nas sociedades ocidentais. Ainda assim, ela aponta o descompasso da tipificação relativa ao “tráfico de pessoas para fim prostituição ou outra forma de exploração sexual” como a definição mais “moderna” de tráfico de pessoas, pois na legislação brasileira o consentimento livre não descaracteriza o crime. A coação, a deficiência mental ou o não preenchimento da idade penal mínima, considerada necessária para o discernimento e exercício da liberdade sexual, são apenas incorporados na análise enquanto agravantes do crime. Além de não incluir no tráfico de pessoas outras atividades que não estejam relacionadas ao trabalho sexual – mas isso é outro debate-, a definição não segue as orientações do Protocolo de Palermo<sup>237</sup>, do qual

<sup>236</sup> LOWENKROW, Laura *Abuso sexual infantil, tráfico de pessoas e a desconstrução da centralidade do consentimento*. Paper apresentado na X Reunión de Antropología del Mercosur (RAM) – Córdoba (Argentina), 2013. p. 4

<sup>237</sup> Trata-se do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças.

o Brasil é signatário desde 2014. Deste modo, Laura Lowenkrow analisa as diferenças de orientações:

Sendo assim, em comparação com o Código Penal, além da diversificação das atividades nas quais as pessoas traficadas podem ser “exploradas”, observa-se que o Protocolo de Palermo desloca o enfoque da condenação moral da prostituição em si para a temática mais ampla da violência ou da coerção<sup>238</sup>.

No Protocolo de Palermo, para caracterizar o crime é preciso existir vício no consentimento, isto é, erro, dolo, culpa ou alguma forma de coação, que pode ter emprego da força física ou abuso de autoridade; ainda, se a vítima for menor de 18 anos, sempre será entendida como incapaz de consentir. A pesquisadora realizou entrevistas sobre esse tema com policiais federais brasileiros nas quais eles afirmam “não existir” essa definição de tráfico de pessoas do Protocolo de Palermo, que a associa à violência e à violação de direitos humanos, porque na vida real “as pessoas não são forçadas e nem enganadas, vão porque querem e sabem que vão para se prostituir”, sendo elas quase sempre mulheres maiores de idade ou travestis<sup>239</sup>. Um delegado chegou a afirmar: “Elas são, de certa maneira, partícipes do crime”<sup>240</sup>, ou seja, ele sugeriu que as pessoas que seriam sujeitos passivos da ação criminosas contribuíam ativamente para a consumação do fato. A autora revela que quando a agência dessas pessoas é identificada, geralmente a vulnerabilidade é descaracterizada, e situações como cobrança de dívida ou intimidações sofridas no decurso do processo de deslocamento e trabalho não são interpretadas como “exploração” ou “violência”. Ou seja, quando a passividade e inocência dessas pessoas não preenchem uma concepção moral e idealizada da vítima correspondente a esse crime, elas são destituídas do privilégio do direito à proteção. A falta de caracterização da vulnerabilidade, entendida apenas na concepção liberal de coação ou incapacidade de discernimento para realização de uma escolha, apesar de não ser exigida pelo Código Penal, acaba por ser implicitamente exigida pelos policiais para considerarem a gravidade e a violência da situação<sup>241</sup>. Aqui a vulnerabilidade no sentido de disposição reduzida de

<sup>238</sup> LOWENKROW, Laura *Abuso sexual infantil, tráfico de pessoas e a desconstrução da centralidade do consentimento*. Paper apresentado na X Reunión de Antropología del Mercosur (RAM) – Córdoba (Argentina), 2013. p. 10

<sup>239</sup> Ibid. p. 15.

<sup>240</sup> Ibid.

<sup>241</sup> Ibid. p. 16.

recursos materiais e simbólicos, que marcam a desvantagem econômica e social, não pesa.

Laura Lowenkrow observa que há diversos sentidos atribuídos à vulnerabilidade, que pode ser identificada com uma “incapacidade natural” de discernimento, por deficiência mental ou não preenchimento da idade penal mínima, ou vício no consentimento por coação ou abuso de poder. Ainda assim, há um “constructo moral associado à passividade e à inocência em oposição às noções de agência, responsabilidade e culpa”<sup>242</sup>. Nessa linha, a antropóloga problematiza essa noção vulnerabilidade que necessita presumir a irracionalidade, inocência e passividade da pessoa para conferir-lhe direito à proteção, que ao identificar sinais de agência, aplicam excessiva responsabilidade e culpa. Para a autora, em especial no caso dessas mulheres que “vão por que querem”, seja para buscar uma atividade com melhor remuneração ou para conhecer o mundo afora, as concepções hegemônicas que separam e confrontam os direitos à liberdade e proteção, “nos discursos oficiais e nas estratégias tutelares de governo de indivíduos e grupos ditos ‘vulneráveis’”, são ainda mais problemático porque não comportam suas estratégias de sobrevivência e não dão conta das suas experiências de vida<sup>243</sup>.

De acordo com Adriana Piscitelli, ainda que a noção de exploração sexual tenha seus limites na proposta de reforma do Código Penal, em razão de pautar-se por uma concepção somente liberal, ao distingui-la de prostituição abrem-se possibilidades de pensar a prostituição como trabalho<sup>244</sup>. Como já vimos, trata-se de uma pauta do movimento de prostitutas poder conferir à prostituição a equivalência de um trabalho como outro qualquer. No entanto, essa visão é ainda muito controversa no interior dos próprios movimentos feministas, podendo se observar ecos das definições de “exploração sexual” que se viu até agora nas diferentes posições encontradas nas organizações.

A antropóloga nos informa que essas diferentes posições feministas embasam e articulam a defesa de qual modelo jurídico a prostituição deveria ter de acordo com a maneira em que percebem a própria sexualidade e o significado do ato de prostituir-se. Esse tema foi um divisor entre feministas anglo-saxãs na

---

<sup>242</sup> Ibid..p. 17.

<sup>243</sup> Ibid. pp. 17-18

<sup>244</sup> PISCITELLI, Adriana. *Exploração Sexual, Trabalho Sexual: Noções e Limites*. Op. cit. p. 14

década de 70 e 80, na chamada “segunda onda”, que resultou em fervorosos debates sobre sexualidade, prostituição e pornografia que ficaram conhecidos como “batalha do sexo”. Neste contexto, por vezes, as disputas resultavam em posições dicotômicas que, de um lado, defendia-se a ideia de que por meio do sexo as mulheres eram subjugadas e oprimidas na ordem patriarcal; por outro, o exercício da sexualidade era interpretada como a via pela qual as mulheres podiam se libertar e ter prazer<sup>245</sup>. A interpretação sobre a figura da prostituta também foi muito disputada, sendo ora “escrava sexual” – passiva e destituída de qualquer poder, ora o símbolo da subversão à ordem patriarcal por estar em domínio da sua sexualidade. Por outro lado, deve-se pontuar que esse debate foi bastante complexificado, havendo também posições que entendiam o sexo como uma relação em disputa e, dessa maneira, a ordem sexista não era vista como absoluta e determinante, podendo ser desestabilizadas através de práticas de resistência e reapropriação.

As feministas que se alinharam à visão (neo) abolicionista da prostituição ficaram conhecidas também como “feministas antipornografia”. Esta posição associa a prostituição à violência sexista que integra um conjunto de relações que subjuga a mulher ao homem por meio da exploração do seu corpo e do sexo, fazendo “parte de um continuum que se inicia na publicidade, inclui espetáculos, o mercado matrimonial, a pornografia e culmina na prostituição”<sup>246</sup>. Para essa corrente, não existe diferença entre prostituição voluntária e forçada, pois esta nunca pode ser uma escolha em razão de estar dramaticamente inserida numa trama de determinações sociais como o patriarcado e a desigualdade social, que situam a mulher em um lugar de vulnerabilidade e violência física e simbólica. Por isso, o consentimento é irrelevante e as políticas voltadas pelo reconhecimento da prostituição como trabalho são rejeitadas. A prostituição, neste sentido, é pensada em termos de violação aos direitos humanos universais, “um caso extremo do exercício abusivo do sexo, portanto, quem oferece serviços sexuais é percebida como inerentemente vítima de violência”<sup>247</sup>. Em razão de não

<sup>245</sup> PISCITELLI, Adriana. *Apresentação: gênero no mercado do sexo. Cadernos Pagu* (25). Campinas: 7-23, 2005. p. 13

<sup>246</sup> PISCITELLI, Adriana. *Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma Leitura a Partir da Antropologia Feminista*. Cuadernos de Antropología Social, Vol. 36, pp.11-32, Buenos Aires, ARGENTINA, 2012. p. 21

<sup>247</sup> PISCITELLI, Adriana. *Apresentação: gênero no mercado do sexo. Cadernos Pagu* (25). Campinas: 7-23. p. 13

verem distinção entre prestação do serviço sexual e exploração, bem como por entenderem as prostitutas como vítimas, a linha (neo)abolicionista adota a postura de apoiar políticas que criminalizam todos os agentes que participam e se beneficiam das redes de prostituição, exceto a própria prostituta, que é o sujeito passivo do crime. Nesta vertente, encontram-se adeptos da proposta de aplicação de sanção penal ao cliente, a exemplo do que ocorre em países como a Suécia, pois se considera que o homem que paga pelo serviço é responsável por violar os direitos humanos das mulheres. O modelo proibicionista é ainda mais repressivo porque nele a própria prostituta é criminalizada, já que se entende que a prostituição em si é uma delinquência e deve ser combatida como delito.

O abolicionismo tem precedentes em meados do século XIX entre as feministas sufragistas europeias que, diante da institucionalização das propostas regulamentaristas em relação à prostituição, denunciavam e acusavam a “arbitrariedade médica, policial e religiosa” de contribuir para o alastramento da “escravidão branca”. Neste momento, os argumentos abolicionistas tendiam a julgar a prostituição como fruto de um sistema imoral, que sustentava o comportamento lascivo e pecaminoso do homem. A proliferação de notícias no final do século XIX sobre mulheres que estavam sendo deslocadas de países europeus como Polônia, Ucrânia, França e Espanha, para o “mercado sexual do novo mundo”<sup>248</sup>, a exemplo das cidades do Rio de Janeiro e Buenos Aires, reforçavam essa visão<sup>249</sup>. Segundo Margareth Rago, naquele tempo as políticas de

<sup>248</sup> RAGO, Margareth. *Prefácio à Emma Goldman - Tráfico de Mulheres*. Campinas: Cadernos Pagu, n. 37, jul/dez, 2011, p. 264

<sup>249</sup> De acordo com Margareth Rago, estudos das décadas de 1970 e 1980 comprovam este fato através de relatórios oficiais em que as autoridades revelavam a preocupação com a vigilância dos portos para controlar o “tráfico de escravas brancas”. Interessante observar que, semelhante à pesquisa que mencionamos da Laura Lowenkrow sobre como os policiais federais percebem as mulheres resgatadas do tráfico de pessoas contemporaneamente, as autoridades policiais do século XIX, também acreditavam que não existia inocência das jovens que eram deslocadas. Rago demonstra a surpresa das autoridades policiais que se deparavam com mulheres que aceitavam o deslocamento porque já exerciam a atividade em suas cidades ou porque tentavam essa vida para melhorar suas condições de existência: “Todas as autoridades concordavam com que, ao contrário do que imaginavam, as jovens vinham com conhecimento da situação futura, apostando em enriquecer com a comercialização sexual do próprio corpo, e não ignorando o que as esperava na nova terra, ao menos em termos gerais (id.ib.:290-). As autoridades policiais do período, os reformadores sociais e as filantropas que, por vezes, aguardavam-nas nas estações ferroviárias ou nos portos, procurando “salvá-las” das garras dos gangues de cafetões surpreendiam-se ao darem-se conta de que a maioria delas não era mera vítima de gigolôs desalmados, algumas já sendo prostitutas em suas terras natais, e que muitas haviam aceitado participar desses deslocamentos migratórios em busca de melhores condições de vida”. RAGO, Margareth. *Prefácio à Emma Goldman - Tráfico de Mulheres*. Campinas: Cadernos Pagu, n. 37, jul/dez, 2011. p. 264-265.

prostituição, discutidas entre elites dominantes, polarizavam-se entre a posição abolicionista e regulamentarista.

O regulamentarismo era construído em torno da ideia de que a prostituição era um mal necessário ou, ao menos, inevitável, mas não por isso menos condenável moralmente. Entendia-se que a atividade era um desvio moral e uma ameaça à saúde e a ordem pública, por isso defendia-se o controle do Estado para definir os lugares de prostituição na cidade, realizar inspeção médico-sanitária, conter a circulação das mulheres que se prostituíam através da delimitação de horários determinados, garantir a ordem pública com vigilância policial, dentre outras regras. As feministas abolicionistas criticavam essa política estatal por invadir a esfera privada da mulher prostituta e humilhá-la pela relação pecaminosa da qual ela não era culpada; além disso, elas percebiam que essa tendência à institucionalização levaria a permanência da prostituição que, na visão delas, poderia ser algo apenas temporário<sup>250</sup>.

O modelo regulamentarista persiste até hoje; deve-se perceber que, muito embora a prostituição seja reconhecida, essa institucionalização se deve à intenção de realizar o controle do Estado porque se julga necessário prevenir doenças associadas à atividade, bem como assegurar a decência, a moralidade e a ordem pública. No entanto, a antropóloga Adriana Piscitelli nos informa que dentre as principais questões deste modelo não está o reconhecimento das prostitutas como portadoras de direitos e pode faltar uma legislação lhes garanta direitos trabalhistas<sup>251</sup>.

Em contrapartida, o modelo laboral está preocupado em garantir condições dignas de trabalho para as pessoas que prestam serviço sexual, reconhecendo esta como uma atividade legítima. A regulação que se persegue é das relações trabalhistas, não da prostituta, portanto essa corrente não defende o uso do poder estatal para realizar controle sanitário, médico e moral sobre quem presta serviços sexuais<sup>252</sup>. Essa corrente entende que a prostituição não é intrinsecamente degradante e elabora parâmetros que criam distanciamentos em relação à exploração sexual, quando aquela é realizada por pessoas maiores de idade

<sup>250</sup> RAGO, Margareth. *Prefácio à Emma Goldman - Tráfico de Mulheres*. Campinas: Cadernos Pagu, n. 37, jul/dez, 2011, pp. 263-271.

<sup>251</sup> PISCITELLI, Adriana. *Exploração Sexual, Trabalho Sexual: Noções e Limites*. Paper apresentado no seminário: Corpo, sexualidades e feminilidades. UERJ, setembro 2012. p. 5

<sup>252</sup> Ibid.

voluntariamente. As diferentes noções de exploração sexual que integram esse debate foram mencionadas no tópico anterior, quando se abordou possibilidades de abuso econômico (trabalho não pago ou mal pago) ou violência (coação para entrar ou impedir de sair da prostituição, bem como condições degradantes de trabalho).

Entende-se que apesar de o serviço sexual lançar mão de aptidões emocionais e corporais na sua execução<sup>253</sup>, isto pode não significar uma desumanização em si, sendo possível sua equiparação a outras profissões não estigmatizadas que também utilizam esses recursos, quando elaboradas formas de manutenção de condições seguras para realiza-lo. José Miguel Nieto Olivar de Oliveira sinaliza que algumas leituras feministas, com forte influência da teórica Gayle Rubin, quando se aproximam de uma interpretação não-estigmatizante da prostituição buscam compreender os sistemas sexualidade e gênero como autônomos, mas que se relacionam entre si<sup>254</sup>. Dessa maneira, entendem que são sistemas que se tocam e se afetam, mas tem histórias e desdobramentos que não caminham sempre juntos. Nesta linha é que Rubin pode afirmar, “Apesar de ser doloroso a muitas lésbicas pensar nisso, o fato é que as lésbicas têm compartilhado muitas características sociológicas e sofrido muitas das mesmas penalidades que os homens gays sadomasoquistas, travestis e prostitutas”<sup>255</sup>. Com isso, ela quer afirmar que as teorias feministas não são suficientes para analisar as marginalizações e estratificações produzidas no interior das políticas da sexualidade e que esta não é uma simples derivação das relações de gênero. Com base em Michel Foucault, Gayle Rubin demonstra como nas sociedades modernas a sexualidade se tornou uma poderosa ferramenta política que hierarquiza,

<sup>253</sup> Esse argumento é direcionado em especial às feministas abolicionistas que afirmam que a prostituta é forçada a utilizar/vender recursos emocionais que a separam de uma parte importante do seu self, uma vez a sexualidade e a afetividade são partes integrantes e constitutivas deste. Para melhor entender essa discussão, olhar: PISCITELLI, Adriana. *Exploração Sexual, Trabalho Sexual: Noções e Limites*. Paper apresentado no seminário: Corpo, sexualidades e feminilidades. UERJ, setembro 2012.. P. 6-7 e OLIVAR, José Miguel. O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais em universos de prostituição feminina em Porto Alegre. In: *Teoria e Sociedade* nº 15.2 – julho dezembro de 2007[2009]: 108-137, p. 133

<sup>254</sup> OLIVAR, José Miguel. O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais em universos de prostituição feminina em Porto Alegre. In: *Teoria e Sociedade* nº 15.2 – julho dezembro de 2007[2009]: 108-137. p. 119

<sup>255</sup> RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. Tradução: Felipe Bruno Martins Fernandes. Revisora do tradutor: Miriam Pillar Grossi. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin\\_pensando\\_o\\_sexo.pdf?sequencia=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequencia=1) Ultimo acesso: 20/02/2015 P. 49

penaliza ou recompensa alguns comportamentos sexuais. No topo da pirâmide, encontram-se heterossexuais monogâmicos que são “recompensados com saúde mental certificada, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais”<sup>256</sup>. As prostitutas, nesse esquema, estariam quase na base da hierarquia em razão do uso comercial do sexo e, segundo ela, na medida em que se move para baixo as pessoas que ali se enquadram tem “presunções de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas”<sup>257</sup>. Assim, na medida em que alguns feminismos elegem formas ideais do exercício da sexualidade para as mulheres, podem acabar sendo igualmente excludentes e reforçar alguns discursos eróticos que penalizam comportamentos sexuais desviantes dos parâmetros regulatórios da “normalidade”. Por isso, as autoras desconstrutivistas preferem pensar as relações de sexualidade e gênero em termos não idealizados e essencializados, que podem mudar de configuração na medida em que avançam ou retraem nas lutas políticas, desestabilizando as correlações de forças:

Outras, mais cautelosas, pensam no sexo como um terreno de disputa, não como um campo fixo de posições de gênero e poder. Estas linhas de pensamento reconhecem a existência de uma ordem sexista, mas consideram que ela não é inteiramente determinante. O sexo é visto como uma tática cultural que pode tanto desestabilizar o poder masculino como reforçá-lo<sup>258</sup>.

Neste sentido, a prostituição é pensada enquanto possibilidade aberta que depende das lutas travadas por direitos a boas condições de trabalho, ao respeito, à não-discriminação, à inclusão social, etc. Aqui também é interessante indicar a preocupação e crítica que José Miguel Nieto observa na sua pesquisa sobre o movimento de prostitutas, principalmente em Porto Alegre, quando vê que se encerrar a luta apenas no aspecto da profissionalização da prostituição, sem problematizar questões de gênero e sexualidade, pode acabar por naturalizar os estigmas usados para justificar as punições corporais e morais sobre a mulher prostituta:

<sup>256</sup> RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. p. 16

<sup>257</sup> Idem.

<sup>258</sup> PISCITELLI, Adriana. *Apresentação: gênero no mercado do sexo. Cadernos Pagu* (25). Campinas: 7-23. p. 14

Se por um lado avança no reconhecimento da categoria *profissional*, por outro pode terminar reproduzindo o sistema classificatório que funda o estigma. Isso que chamo “regulamentarização simbólica” é uma eficaz e importante estratégia de jogo político para a construção de alianças e filiações contra os inimigos que se supõem mais perigosos (políticos conservadores e polícias). Constroem-se alianças com cidadãos liberais que podem tolerar o trabalho sexual, mas não a *vulgaridade* e que conseguem entender que essas duas categorias não são sinônimas: associações de vizinhos, movimentos trabalhistas, de mulheres e de saúde pública. Constroem-se como *profissionais* não interessadas no sexo, nem na *marginalidade*, nem na transgressão, mas exclusivamente em oferecer um serviço –como qualquer outro- e ganhar seu dinheiro<sup>259</sup>.

Assim, o autor aponta que há um forte giro na construção da pauta da prostituição enquanto direito sexual, pois se abre caminho não só para tratar do direito ao trabalho sexual como uma “necessidade social” ou “sobrevivência” em um mundo desigual com reduzidas possibilidades de mobilidade social; trata-se de desconstruir valores culturais que castigam e violentam a mulher, corporalmente e simbolicamente, por exercerem uma feminilidade não tradicional ao trocar sexo por dinheiro:

É nesse sentido que se pensa a relação entre os direitos sexuais e a prostituição. Não só a “identidade de gênero”, mas as expressões e identidades sexuais, as práticas eróticas, as relações entre modelos de gênero e práticas cotidianas de geração de renda, de produção simbólica, entre outras. É a validação legal e cultural de mulheres que usam seus corpos, seus órgãos genitais e os símbolos atrelados, para ganhar dinheiro, para se fazerem mulheres sexuadas. Decidir as razões pelas quais se tem ou não relações sexuais, assim como o resto de condições dessas práticas, é uma das aplicações básicas dos direitos sexuais... e um saber estratégico no universo da prostituição. Mas também a possibilidade de corporificar sexualidades *marginais*, feminilidades ostensivamente múltiplas, sem que isso signifique risco de morte ou tortura, nem uma culpabilização moral que mutile as possibilidades do prazer. O direito de ser puta<sup>260</sup>.

Segundo Adriana Piscitelli, esse deslocamento da prostituta do lugar de vítima para sujeito capaz de agência, nos debates feministas, se desenvolveu na década de 1980 quando houve uma forte tendência de formação de grupos de trabalhadoras sexuais no mundo, chegando a se realizar dois congressos mundiais. Neste desiderato, algumas feministas acadêmicas, como a Anne McClintock, começaram a estabelecer diálogos com esses grupos e inserir as pautas levantadas por eles nas suas pesquisas, trazendo importantes problematizações em relação à produção de desejo, agência, a definição de trabalho sexual, a intersecção com

<sup>259</sup> OLIVAR, José Miguel Nieto. O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais em universos de prostituição feminina em Porto Alegre. In: *Teoria e Sociedade* nº 15.2 – julho dezembro de 2007[2009]: 108-137. p. 119

<sup>260</sup> Ibid. p.134.

outros marcadores da diferença como a raça, etc<sup>261</sup>. No Brasil, isso também ocorre a partir da década de 1990, principalmente no âmbito da antropologia<sup>262</sup>.

Piscitelli nos aclara que o debate sobre prostituição e exploração sexual se difundiu mais tarde nos movimentos feministas do Brasil pelo fato de que no momento em que as feministas anglo-saxãs estavam imersas nas “batalhas do sexo”, as brasileiras estavam envolvidas na oposição ao regime militar e na luta pela democratização do país. As pautas específicas dos movimentos feministas passavam por questões como a violência de gênero e o direito ao prazer (o uso de contraceptivos, a sexualidade, o aborto, etc.), no entanto a problemática da prostituição não aparecia muito forte, apesar de provocar curiosidades, chegando a algumas formulações que a comparava ao casamento ou apontava como caso emblemático da exploração capitalista sobre o corpo da mulher<sup>263</sup>. Assim, a antropóloga observa algum grau de interesse sobre o tema da prostituição pela via dos debates sobre sexualidade, mas percebe posições bastante ambivalentes. Ela apresenta uma entrevista como uma feminista que participou das mobilizações antes da década de 1980 que se lembra de uma passeata que todas saíram às ruas gritando “somos todas prostitutas”, cita o Teatro Ruth Escobar, como espaço de transgressão, que abrigou uma mesa sobre prostituição e relata a realização do documentário “Mulheres da Boca”, que retrata a realidade das prostitutas que ali “batalhavam” como possibilidade de autonomia e apropriação do próprio corpo<sup>264</sup>. Para Adriana Piscitelli, esse quadro alterou significativamente no final da década de 1990, quando existe uma forte tendência dos movimentos feministas brasileiros se institucionalizarem, formando organizações não governamentais, com bastante apoio financeiro de agências multilaterais, e integrarem espaços de articulação do Estado:

De acordo com Gabriela, os primeiros contatos que teve com as feministas, durante a década de 1980, que redundaram em entrevistas para jornais e na realização de filmes, foram positivos. Em seus relatos, o quadro foi alterando-se

<sup>261</sup> PISCITELLI, Adriana. . *Apresentação: gênero no mercado do sexo. Cadernos Pagu* (25). Campinas: 7-23. pp. 15-16.

<sup>262</sup> PISCITELLI, Adriana. *Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil*. Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar, Vol. 3, Fac. 2, pp.377-405, São Carlos, SP, Brasil, 2013. p. 18

<sup>263</sup> PISCITELLI, Adriana. *Exploração Sexual, Trabalho Sexual: Noções e Limites*. Paper apresentado no seminário: Corpo, sexualidades e feminilidades. UERJ, setembro 2012.. p. 8

<sup>264</sup> PISCITELLI, Adriana. *Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma Leitura a Partir da Antropologia Feminista*. Cuadernos de Antropología Social, Vol. 36, pp.11-32, Buenos Aires, ARGENTINA, 2012. p 15

ao longo do tempo, expressando-se, a partir da década de 1990 ora em aberta rejeição, por parte de feministas que se negavam a ouvir as vozes das prostitutas, ora numa relação ambivalente, em que feministas com importante atuação no cenário nacional afirmavam que a prostituição era uma exploração contra a mulher<sup>265</sup>.

É a partir desse momento que a antropóloga percebe uma ampliação, entre as feministas, dos vínculos negativos atribuídos à prostituição, negando-a por completo ao associá-la ao turismo sexual e ao tráfico internacional de mulheres. Na virada para o ano 2000, isso se intensifica no interior das articulações feministas transnacionais:

Ao longo deste processo o tráfico de pessoas se tornou um tema de trabalho de importantes coalizões de mulheres brasileiras. Refiro-me às leituras realizadas nas linhas que, nas grandes articulações feministas nacionais e transnacionais, reagem aos efeitos da globalização sobre as mulheres, escolhendo como um dos alvos preferenciais a mercantilização do corpo<sup>266</sup>.

Para a antropóloga, no Brasil há bastante diversidade de posições feministas quanto à prostituição, no entanto o discurso abolicionista se destaca, e acaba por apagar outras leituras, em razão da forte vinculação das organizações feministas que o defende e o Estado. Segundo ela, “A partir do Estado ou com o apoio de instâncias do Estado, se difundem certas perspectivas sobre prostituição/tráfico de pessoas, influenciadas por outras articulações transnacionais não necessariamente feministas, vinculadas a instâncias supranacionais”<sup>267</sup>. Assim, não é possível afirmar que entre os movimentos feministas predomina a leitura de que a prostituição é necessariamente uma violência que afeta as mulheres que vivem em uma pobreza extrema, vinculando-a ao tráfico de pessoas e à exploração capitalista do corpo da mulher; tampouco se pode afirmar que no Brasil há um avanço significativo da tendência do abolicionismo radical em punir os clientes da prostituição. No entanto, o que a antropóloga percebe é que apesar de o Estado não tomar uma posição de endurecimento do abolicionismo, as vozes que o defendem são privilegiadas nos espaços públicos, bem como no que concerne apoio financeiro e institucional para desenvolverem atividades que promovam esse debate.

<sup>265</sup> PISCITELLI, Adriana. *Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma Leitura a Partir da Antropologia Feminista*. Cuadernos de Antropología Social, Vol. 36, pp.11-32, Buenos Aires, ARGENTINA, 2012. p.15.

<sup>266</sup> Ibid. p. 19

<sup>267</sup> PISCITELLI, Adriana. *Exploração Sexual, Trabalho Sexual: Noções e Limites*. Op. cit. p. 9

## 5 Considerações Finais

O planejamento estratégico surge na esteira das críticas feitas ao planejamento urbano funcionalista com forte controle estatal, centralizado e burocratizado. No entanto, neste terreno propício à abertura democrática para a participação dos diversos atores sociais na proposição e gestão de políticas para a cidade, o modelo estratégico se hegemonizou, criando ferramentas que favorecem, sobretudo, “a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados”<sup>268</sup>. A operação urbana consorciada é, sem dúvida, uma das principais ferramentas do Estatuto da Cidade que permite a atuação empresarial na gestão e execução de intervenções urbanísticas.

Sustentado por as ideias neoliberais de fortalecimento do mercado e redução do poder regulador do Estado, João Sette Whitaker Ferreira e Erminia Maricatto demonstram que esse instrumento, ao analisar a sua aplicação em três casos no Brasil, aprofunda desigualdades sociais e culturais<sup>269</sup>. Segundo os pesquisadores, a emissão de certificados de potencial adicional de construção (CEPACs), uma das principais inovações desse instrumento, resulta num mecanismo de flexibilização da função social da propriedade, uma vez que se desvincula a propriedade desses títulos e da posse do lote. Além disso, como se trata de um “ativo de renda variável”, só interessa a sua aquisição se houver alguma expectativa de valorização da área. Deste modo, os investimentos do poder público se voltam para tornar aquele território rentável, sendo preciso garantir pesadamente em obras para agregar valor ao título. O Estado, portanto, assume o risco antecipando as melhorias para atrair o interesse dos capitais financeiros e imobiliários. Uma consequência muito importante relativa da sua aplicação é que ela vem, muitas vezes, acompanhada de limpeza social e

---

<sup>268</sup> VAINER, Carlos. *Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes 2000. p. 2

<sup>269</sup> FERREIRA, João Sette Whitaker. e MARICATTO, Erminia. *OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade?* Disponível em: [http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira\\_operacoesurbanasconsorc.pdf](http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira_operacoesurbanasconsorc.pdf) Ultimo acesso: 26/02/2015

aburguesamento da região afetada para que esta venha a se tornar mais atraente para a iniciativa privada:

A proximidade da população de baixa renda (leia-se, a maior parte da população) é talvez o maior fator de desvalorização imobiliária nas cidades brasileiras. A valorização imobiliária é o combustível dos CEPACs, portanto, quanto mais distante a área da operação se encontra da moradia social maior a valorização dos certificados de potencial adicional de construção. Manter a “população pobre” na área da operação funciona como um verdadeiro freio ao processo de valorização, o que em alguns casos é interessante como veremos adiante, mas não quando da utilização dos CEPACs<sup>270</sup>.

Como observamos no tópico sobre a operação urbana consorciada do centro de Niterói, a segregação social como consequência do aumento do custo de vida na região afetada é prevista pelos próprios propositores do projeto, como está sinalizado nos Estudos de Impacto de Vizinhança<sup>271</sup>. Vimos que o plano de reestruturação urbana é veiculado pelo governo municipal como uma proposta de gestão do espaço integrada à sociedade niteroiense, afirmando ser “inclusiva e pluralista”. No entanto, o que se veicula como “valorização e resgate da cidadania”<sup>272</sup> tem sido abertamente criticado por ser um “pacote fechado” com pouca transparência, acesso à informação, abertura para propostas e participação de segmentos diversificados da sociedade civil. O professor Carlos Vainer aponta que um dos resultados do planejamento estratégico é a despolitização das decisões sobre a cidade, com redução do espaço público e, consequentemente, da construção da cidadania. Pode-se observar uma tendência da Prefeitura de Niterói de priorizar a lógica da competitividade e atração de novos investimentos para a cidade em detrimento da construção de espaços para efetiva participação política. Na seguinte passagem, nota-se até mesmo o Prefeito referir-se aos estudantes como “clientela estudantil”:

Nessa ordem, preparar-se-á a cidade para torná-la atrativa e competitiva ao turismo e a novos empreendimentos, promovendo-se, ainda, o aproveitamento da

<sup>270</sup> FERREIRA, João Sette Whitaker. e MARICATO, Erminia. *OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade?* Disponível em: [http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira\\_operacoesurbanasconsorc.pdf](http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira_operacoesurbanasconsorc.pdf) Último acesso: 26/02/2015. p.9.

<sup>271</sup> Anexo II da Lei 193/ 2013. Relatório de Impacto de Vizinhança, 2013. p. 108.

<sup>272</sup> PREFEITO. Mensagem executiva 21/2013/2013 à Câmara Municipal de Niterói para apresentação do Projeto de Lei 00193 / 2013. 27/08/2013

vocação da área para a habitação de modo geral, incluindo as clientelas estudantil e social<sup>273</sup>.

O terceiro capítulo dessa pesquisa narrou o histórico de luta das mulheres trabalhadoras sexuais pela não discriminação e o reconhecimento do caráter profissional da atividade. Não obstante o reconhecimento legal da prestação de serviços sexuais no Brasil, algumas ambiguidades na legislação como a não definição da “exploração sexual” e a permanência de “casa de prostituição” como crime, são algumas das ferramentas jurídicas utilizadas pelos poderes hegemônicos para fazer com que as prostitutas sejam postas em situação de clandestinidade e sujeitas à marginalização. Isso faz com que sejam alvo de perseguição policial e prisões, que acaba pesando mais sobre as mulheres negras e pobres<sup>274</sup>. A nossa pesquisa não pôde fazer um levantamento quantitativo do perfil socioeconômico das cerca de quatrocentas mulheres que trabalhavam no Prédio da Caixa. No entanto, com base em fotos e vídeos das manifestações, bem como na visita pessoal ao local e nos dados da nossa entrevistada, pode-se indicar que a grande maioria das mulheres que ali atuavam eram negras, moradoras das periferias do estado e vinham de condições de baixo acesso a recursos materiais e simbólicos. A prostituição, para a depoente, foi a forma de trabalho que encontrou para conseguiu manter seus filhos em escola particular, ter uma renda mensal suficiente para poder sustentar outros membros da sua família.

Para a socióloga Leticia Sabsay, a semiclandestinidade do trabalho sexual não é uma simples falha do sistema repressivo; seu repúdio e exclusão do campo visual do espaço urbano é um marcador “do que é digno de ser público”, auxiliando na produção dos valores e símbolos da comunidade e, consequentemente, definindo noções de quem e como se pode pertencer e se apropriar da cidade<sup>275</sup>. Dessa forma, ela acredita que o trabalho sexual (e outras

<sup>273</sup> PREFEITO. Mensagem executiva 21/2013/2013 à Câmara Municipal de Niterói para apresentação do Projeto de Lei 00193 / 2013. 27/08/2013. P. 2

<sup>274</sup> Em entrevista, Angela Davis, professora e estudiosa do feminismo negro norteamericano, afirma que a proposta de criminalização da indústria do sexo é responsável por crescentes casos de perseguição policial, encarceramento e prisões de mulheres, que pesa, em especial, sobre as negras e pobres. Durante o tempo que passou na Casa de Detenção para Mulheres de Nova York, por razões ligadas a seu ativismo político, ela pôde observar que entre as mulheres levadas à prisão por questões ligadas à prostituição, havia muito mais propensão dos juízes liberarem, por fiança, prostitutas brancas do que as prostitutas negras e imigrantes. <http://desacato.info/leituras/angela-davis-fala-em-defesa-dos-movimentos-de-trabalhadoras-sexuais/> Último acesso: 24/02/2015

<sup>275</sup> Sabsay, Leticia. (2010). “Las zonas rojas del espacio público. El caso de buenos aires y la regulación urbana del trabajo sexual”. Ponencia presentada en el Congreso: Ciudad, territorio y

sexualidades repudiadas e semiclandestinas) é uma prática-cultural chave para a constituição do espaço urbano, pois por meio de sua abjeção são normalizados “modos de ser” que estabilizam parâmetros morais para elaborar a cidadania em relação aos direitos sobre os usos da cidade. O estudo de Sabsay é focado na prostituição de rua, porém podemos fazer um paralelo com a situação do Prédio da Caixa, pois por tudo que foi relatado, este não passava despercebido pelos diversos atores da cidade, provocando os mais diversos tipos de sentimentos e reações. Assim, havia uma presença pública notável, fazendo parte da produção do espaço<sup>276</sup>.

Interessante observar como a questão da estrutura do prédio, que supostamente trazia risco a todos que moram ali, acompanhava as narrativas sobre o conflito em torno da ocupação das trabalhadoras sexuais, como se as causas e os efeitos ligassem necessariamente um fato ao outro. Percebe-se certo esforço, tanto da mídia como também do Ministério Público e da Polícia Civil, de associar a atividade realizada pelas mulheres que prestavam serviço sexual a um ambiente ao mesmo tempo insalubre e degradante, como também criminoso e perigoso. Duas falas, uma da autoridade policial, Marcelo Fernandes, e outra do presidente do Conselho de Segurança de Niterói, Leandro Santiago, ilustram isso:

Nosso objetivo é trazer dignidade aos moradores deste local, que convivem com este tipo de situação. Existem aqui moradores idosos e crianças”, declarou o delegado.

O presidente do Conselho de Segurança de Niterói, Leandro Santiago, comemorou a ação. “Os moradores que ali residem são intimidados com o ambiente e muitas vezes não denunciam os casos. O crime se aproveita disso e acaba agindo neste silêncio”<sup>277</sup>.

Como se pode perceber, construíram-se dois personagens nessa história que são colocados em oposição entre si, o “morador” e a “prostituta”. Na reportagem da página da “Rádio Globo”, há uma fala de uma das trabalhadoras sexuais, Bruna, que afirma que elas moram ali e pagam o aluguel em dia, “coisa

paisaje: una mirada multidisciplinar. Disponible en: [dialnet.unirioja.es/servlet/fichero\\_articulo?codigo=3262720](http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=3262720) Último acesso: 25/02/2015

<sup>276</sup> Aqui se deve remeter a produção do espaço no sentido de Henri Lefebvre apresentado no primeiro capítulo. O autor pensa a produção do espaço através de uma relação dialética tridimensional: a prática espacial, o espaço de representação e a representação do espaço.

<sup>277</sup> Disponível em: <http://www.cidadeitaborai.com.br/9-noticias-da-cidade-de-itabora%C3%AD1740-pris%C3%B5es-no-predio-da-caixa-de-niter%C3%B3i.html> Essas falas ocorreram na ocasião das operações policiais de 2013. Último acesso: 15/04/2014

que muitos moradores não fazem”<sup>278</sup>. Em seguida, expõe-se a opinião de uma única moradora, Vera, que diz ao repórter: “Sou contra a maneira de trabalho. Se elas e os clientes entrassem e saíssem mudos, tudo bem. Não consigo ler um livro sem me incomodar”<sup>279</sup>. Sem desejar entrar no mérito da validade das alegações, pode-se fazer um paralelo desta contraposição feita pelo jornal com o que a socióloga Leticia Sabsay observou na sua pesquisa sobre as disputas em torno do estatuto jurídico das e dos profissionais do sexo na cidade de Buenos Aires e o direito de elas e eles poderem ocupar o espaço público. No caso, havia uma construção de fronteiras identitárias associadas à ocupação do espaço que conferia a imagem do “vizinho”, e seus correlatos, o status de uma figura universal que parecia ser o legítimo ocupante do bairro:

O vizinho é aquele que *pertence ao bairro, à cidade* e o bairro e a cidade são marcadores territoriais que especializam a pertença imaginária à comunidade. Aqui a noção de pertença (especializada) é central. Mas além de tudo, a pertença nos indica a presença de uma fronteira – entre os que pertencem ao bairro/à comunidade e os que não-. Claro está que a fronteira se ativa então quando o construto social “os vizinhos” funciona em direta confrontação com o seu outro, “as travestis” e “as prostitutas”<sup>280</sup>.

Para a autora, a figura do “vizinho” é um significante político que dá a expressão espacial do que é o cidadão ideal. Da mesma forma que observamos o papel do “morador” – e também seus correlatos idosos e crianças, que estão incluídos na família nuclear heterossexual – como o sujeito que deve ser protegido e garantido o direito de permanecer naquele espaço, e a presença dele necessariamente exclui a possibilidade da presença das “prostitutas”. Assim, estabelece-se uma fronteira moral ativada pela ideal de “morador”, que é aquele que materializa os valores implícitos do cidadão ideal, e por isso é quem tem o direito à “dignidade”. Observa-se que a violência percebida pelos jornais e pelo Estado é apenas aquela que supostamente sofrem as figuras que preenchem o imaginário dos valores morais – a “criança”, o “idoso” e o “morador” –, pela proximidade que estão da atividade sexual remunerada. No entanto, a violência que sofrem por não terem o direito a ocupar um espaço e trabalhar de modo a

<sup>278</sup> Disponível em: <http://radioglobo.globo.com/manha-da-globo-rj/2014/04/03/PROSTITUTAS-DE-NITEROI-PROMETEM-PROTESTO-USANDO-APENAS-BIQUINI.htm> Essa afirmação está contida na fala de Bruna. Último acesso: 15/04/2014

<sup>279</sup> Ibid.

<sup>280</sup> SABSAY, Leticia. *Fronteras Sexuales: Espacio urbano, cuerpos y ciudadanía*. Buenos Aires: Paidós, 2011, p. 150. Tradução livre da autora.

prover o sustento a si mesmo e à família, além de outros diversos tipos de discriminação, não é reconhecida como um problema. Há aqui uma distribuição desigual da vulnerabilidade. Segundo Leticia Sabsay, existe uma negociação da (in)visibilidade da violência, que julga determinada situação violenta ou não, dependendo contra quem se exerce, se tal ser é reconhecido como sujeito humano. Nesse ponto, ela remete ao conceito de “corpos abjetos” de Butler, demonstrando que a cidadania não depende só do acesso a um conjunto de direitos, mas também da definição do sujeito de direito.

Como vimos nas notícias e relatos apresentados no primeiro capítulo, o alegado crime que motivou as operações policiais no prédio da Caixa eram relativos à casa de prostituição e exploração sexual. Podemos observar que, embora as mulheres devessem ser as sujeitas passivas dos delitos imputados, portanto pessoas que a lei deveria proteger, elas não só foram tratadas como “partícipes do crime”, como também foram vítimas de diversos abusos por parte dos policiais, como agressões físicas, roubo, estupro, etc. Pensamos que, por essas mulheres terem ido às ruas, expressarem agência através da reivindicação de permanecer no prédio para trabalhar com prostituição, apresentando uma pauta política própria, sua situação de “vulnerabilidade”, no olhar dos agentes do Estado, ficou descaracterizada. Segundo Laura Lowenkrow, a concepção moral e idealizada de vítima pressupõe passividade e inocência, e quando não estão presentes, o privilégio da proteção é destituído e, nesse caso, as mulheres passam a ser punidas por se afirmarem como prostitutas.

É impactante no testemunho da trabalhadora sexual entrevistada quando ela aponta não ter sofrido discriminação por ser mulher, mas por ser prostituta; que as dificuldades que enfrentou para encontrar apoio institucional, não era por ser mulher, mas por ser prostituta. Podemos perceber certa recusa de assimilar a sua agenda política com as pautas de gênero. Em parte, vimos no último capítulo que alguns setores do próprio feminismo têm óbice em identificar a prostituição como trabalho e a reivindicação do direito de trabalhar como prostituta como expressão de agência. Isso nos remete à discussão da Judith Butler sobre a construção do sujeito feminino de forma estática e essencialista. Dentro do próprio movimento feminista, a construção identitária “mulher”, quando elaborada sobre uma base universal, para manter coerência e unidade, acaba por

reforçar privilégios de classe, raça e sexualidade, criando um ideal de feminilidade desejável e excludente.

A luta corajosa das mulheres trabalhadoras sexuais do Prédio da Caixa produziu antagonismos no interior de um projeto para a cidade de Niterói, que se veiculou como sendo consensual e inclusivo dos diversos segmentos da sociedade, mas que revelou nesse caso seu caráter violento e segregador. Através das manifestações, expuseram-se as contradições do plano estratégico, que apresenta as intervenções urbanísticas na área central como forma de atender às demandas de melhoria das condições de vida dos seus habitantes e usuários, mas que na realidade prioriza os interesses do capital globalizado.

## 6

### Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AMAR, Paul. **Operation Princess in Rio de Janeiro: Policing ‘Sex Trafficking’, Strengthening Worker Citizenship , and the Urban Geopolitics of Security in Brazil**. Security Dialogue 40 (2009), SAGE: 513-541

BARRETO, Letícia Cardoso. **Prostituição, Gênero e Trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

BALDIN, Nelma e MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (Bola De Neve): Uma Técnica Metodológica para Pesquisa em Educação Ambiental Comunitária**. [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398\\_2342.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf) Último acesso em: 26/05/2014

BEVERLEY, John. **Subalternidad y testimonio. En diálogo con Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la consciencia, de Elizabeth Burgos (com Rigoberta Menchú)**. Nueva Sociedad n. 238, marzo-abril de 2012, ISSN: 0251-3552, [www.nuso.org](http://www.nuso.org)

BEVERLEY, John. **La persistência del subalterno**. Revista Iberoamericana, Vol. LXIX, n. 203, Abril-Junio 2003, 335-342.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. In: Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, 2006.

BRANDÃO, Ana Carolina. **Porto Maravilha: uma análise da requalificação do espaço através do direito à cidade a partir das contribuições de Henri Lefebvre**. Monografia de Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais orientada pela professora Cecilia Caballero. UFRJ, 2012, mimeo.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York and London: Routledge, 2004.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo.** In: LOURO, G.L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. **Prólogo.** In: SABSAY, Leticia. **Fronteras Sexuales: espacio urbano, cuerpos y ciudadanía.** Buenos Aires: Paidós, 2011.

CROFTS, Penny and HUBBARD, Philip and PRIOR, Jason (2013) **Policing, planning and sex: Governing bodies, spatially.** Australian & New Zealand Journal of Criminology, 46 (1). pp. 51-69. ISSN 0004-8658.

FERREIRA, João Sette Whitaker. e MARICATO, Erminia. **OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade?** Disponível em:

[http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira\\_operacoesurbanasconsorc.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/ferreira_operacoesurbanasconsorc.pdf) Ultimo acesso: 26/02/2015

FENSTER, Tovi. **The Right to Gendered City: Different Formations of Belonging in Everyday Life.** Journal of Gender Studies, Vol. 14, No. 3 November 2005, pp. 217–231 ISSN 0958-9236

FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO. Relatório de Violações de Direitos e Reivindicações. 24/05/2011 Disponível em: <http://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-mpf-fcp.pdf>

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade Vol.1 – A vontade de saber.** São Paulo: Graal, 2012.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território e População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOUVEIA, Taciana (org) e FERREIRA, (colab.). **Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2008.

GOUVEIA, Taciana. Mulheres: sujeitos ocultos das / nas cidades?. s/ data. Disponível no site do Fórum Nacional de Reforma Urbana [http://www.forumreformaurbana.org.br/\\_reforma/pagina.php?id=1057](http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=1057)

HAYDEN, Dolores. “What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work”, In. STIMPSON, Catherine R. y otros, **Women and the American City**. Chicago, The University of Chicago Press, 1980, pp. 167-184.

HARDT, Michael. **A sociedade mundial de controle**. In: Alliez , Éric . Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HARVEY, David. **O espaço como palavra-chave**. Revista GEOgraphia. Rio de Janeiro: UFF, v.14, n. 28, p.8-39, 2002.

\_\_\_\_\_. **Rebel cities: from the right to the city to urban revolutions**. New York and London: Verso, 2012.

HELENE, Diana. **A invenção do Jardim Itatinga: o zoneamento urbano da Prostituição**. Disponível em:

[http://www.academia.edu/4186431/A\\_cidade\\_das\\_meninas\\_o\\_Jardim\\_Itatinga\\_e\\_o\\_confinamento\\_urbano\\_da\\_prostituicao](http://www.academia.edu/4186431/A_cidade_das_meninas_o_Jardim_Itatinga_e_o_confinamento_urbano_da_prostituicao). Último acesso em: 17/05/2014.

HUBBARD, Phil and SANDERS, Teela. **Making Space for Sex Work: Female Street Prostitution and Production of Urban Space**. Interncional Journal of Urban and Regional Research. Vol. 27.1, March 2003, p. 75-89.

\_\_\_\_\_. **Sex work, urban governance and the gendering of cities**. [https://www.academia.edu/8347232/Sex\\_work\\_urban\\_governance\\_and\\_the\\_gendering\\_of\\_cities](https://www.academia.edu/8347232/Sex_work_urban_governance_and_the_gendering_of_cities). Ultimo acesso: 26/02/2015.

HUTTA, Jan Simon (2013) ‘Beyond the right to the governmentalized city: queer citizenship in a Brazilian context of peripheralization’. In: **Peripheralization:**

**The Making of Spatial Dependencies and Social Injustice**, edited by A. Fischer-Tahir & M. Naumann. Wiesbaden: Springer VS, pp. 222-246.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira Versão: Início fev. 2006.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 4ª edição, 2006.

LEITE, Gabriela e LENZ, Flávio. “A Trajetória do Movimento de Prostitutas e sua Relação com o Estado Brasileiro”. In: **Análise do Contexto da Prostituição em Relação a Direitos Humanos, Trabalho, Cultura e Saúde do Brasil**. Rio de Janeiro: ABIA, 2013.

LETIERI, Rebeca e VIDAL, Raisal. **Estupro Social**. Postagem do dia 23 de dezembro de 2014 em <http://afastaestecalese.com/2014/12/23/estupro-social/> Último acesso: 24/02/2015.

LIMA, Eduardo Rocha. **Cidades-sensuais: práticas sexuais desviantes x renovação do espaço urbano**. Tese (Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, 2013. Orientadora: Paola Berenstein Jacques

LOWENKROW, Laura. **Abuso sexual infantil, tráfico de pessoas e a desconstrução da centralidade do consentimento**. Paper apresentado na X Reunión de Antropología del Mercosur (RAM) – Córdoba (Argentina), 2013.

McCLINTOCK, A. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. **Couro Imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade**. Campinas: Cadernos Pagu, 2003, n, 20, p. 7-85. ISSN 0104-8333.

MEDEIROS, Mariana Gomes Peixoto. **Megaeventos e direito à moradia: como opera o empreendedorismo urbano no contexto do neodesenvolvimentismo. O caso do Parque Olímpico no Rio de Janeiro.** P. 44 Dissertação (Mestrado em Direito da Cidade) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014. Orientadora: Angela Moulin Simões Penalva Santos.

MARTINS, Jorge Antônio. Segundo Relatório de Análise Crítica da Complementação do Estudo de Impacto de Vizinhaça da OUC – Área Central de Niterói (Projeto de Lei n. 193/2013). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

MARTINS, Sérgio. Prefácio. In: **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 2008, 3ª edição.

MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender.** Minneapolis:University of Minnesota Press, 1994.

\_\_\_\_\_, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MATHIVET, Charlotte e SUGRANYES, Ana. **Cidade pra tod@s: propostas e experiências pelo direito à cidade.** Santiago: Habitat Internacional Coalition, 2010.

MENDES, Alexandre F. **Plano de Trabalho Provisório.** Requisito para a Candidatura a Cargo de Relator Nacional de Direitos Humanos- Direito Humano à Cidade.

[http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2012/05/projeto\\_definitivo\\_alexandre\\_mendes.pdf](http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2012/05/projeto_definitivo_alexandre_mendes.pdf) Ultimo acesso: 24/02/2015

MONTOYA, Ana Milena. **Mujeres, derecho y ciudad: apuntes para la construcción de un estado del arte desde el pensamiento y la teoría feminista.** Revista Territorios 27, Bogotá, 2012, p.105-143.

NEGRI, Antonio. **Para uma definição ontológica da multidão.** LUGAR COMUM No19-20, pp.15-26.

Disponível em: [http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%A7%C3%A3o%20ontol%C3%B3gica%20da%20multid%C3%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%A7%C3%A3o%20ontol%C3%B3gica%20da%20multid%C3%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf)

OBSERVATÓRIO DA PROSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Carta à Secretaria do Estado de Assistência Social de Direito Humanos. Disponível em: <https://observatoriodaprostituicao.wordpress.com/documentos/> Último acesso: 19/05/2015.

OLIVAR, José Miguel. **O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais em universos de prostituição feminina em Porto Alegre.** In: Teoria e Sociedade nº 15.2 – julho dezembro de 2007[2009]: 108-137.

PÉREZ SANZ, Paula. **Reformulando la noción de ‘Derecho a la Ciudad’ desde una perspectiva feminista.** ENCRUCIJADAS. Revista Crítica de Ciencias Sociales. Salamanca (Espanha), Nº5, 2013, p.92-105.

PISCITELLI, Adriana. **Apresentação: gênero no mercado do sexo. Cadernos Pagu (25).** Campinas: 2005, p. 7-23.

\_\_\_\_\_. **Exploração Sexual, Trabalho Sexual: Noções e Limites.** Paper apresentado no seminário: Corpo, sexualidades e feminilidades. UERJ, setembro 2012.

\_\_\_\_\_. **Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma Leitura a Partir da Antropologia Feminista.** Cuadernos de Antropologia Social, Vol. 36, pp. 11-31, Buenos Aires, ARGENTINA, 2012.

\_\_\_\_\_. **Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil.** Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCar, Vol. 3, Fac. 2, pp.377-405, São Carlos, 2013.

PLATAFORMA DHESCA BRASIL. Cartilha Direito Humano à Cidade. 2010. Disponível em [www.dhescbrasil.org.br](http://www.dhescbrasil.org.br).

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Prefácio à Emma Goldman - Tráfico de Mulheres**. Campinas: Cadernos Pagu, n. 37, jul/dez, 2011.

RUBIN, Gayle. "Thinking Sex: notes for a radical theory of politics of sexuality. In: NARDI, P. M; SCHINEIDER, B. E. (Ed) **Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader**. New York, Routledge, 1998. Pp. 100-133.

\_\_\_\_\_. **Pensando o sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade**. Tradução: Felipe Bruno Martins Fernandes. Revisora do tradutor: Miriam Pillar Grossi.

Disponível em:

[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin\\_pensando\\_o\\_s\\_exo.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_s_exo.pdf?sequence=1) Ultimo acesso: 20/02/2015.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

SABSAY, Leticia. **Fronteras Sexuales: espacio urbano, cuerpos y ciudadanía**. Buenos Aires: Paidós, 2011.

\_\_\_\_\_. **"Las zonas rojas del espacio público. El caso de buenos aires y la regulación urbana del trabajo sexual"**. Ponencia presentada en el Congreso: Ciudad, territorio y paisaje: una mirada multidisciplinar, 2010. Disponible en: [dialnet.unirioja.es/servlet/fichero\\_articulo?codigo=3262720](http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=3262720) Ultimo acesso: 25/02/2015.

SCHMID, Christian. **A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional**. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°32, pp. 89- 109, 2012.

SILVA, Joseli Maria(org.) . **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.

SILVA, Mario Bezerra. **Profissionais do sexo e o Ministério do Trabalho**.

Ver:<http://www.ambito->

[juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=5233](http://juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5233)

Último acesso: 09/01/2015

SIMÕES, Soraya Silveira. **Vila Mimosa: Etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca**. Niterói: EdUFF, 2010.

SLATER, Tom. **Revanchist City**.  
<http://www.geos.ed.ac.uk/homes/tslater/revanchist.pdf> Último acesso: 09/01/2015

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SNYDER, Mary Gail. **Feminist Theory and Planning Theory: Lesson from Feminist Epistemologies**. California: Berkeley Planning Journal. Department of City and Regional Planning, UC Berkeley, 1995.

TAVARES, Rossana Brandão. **Uma Análise das Desigualdades de Gênero em Favelas do Rio de Janeiro: Perspectiva do Reconhecimento para o Urbanismo** Em: [Http://Www.Mackenzie.Br/Dhtml/Seer/Index.Php/Cpgau](http://Www.Mackenzie.Br/Dhtml/Seer/Index.Php/Cpgau)

TELÉSFORO, João. **Henri Lefebvre, o inventor do direito à cidade**. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blogdascidades/2011/07/25/henri-lefebvre-inventor-do-direito-a-cidade/>.

VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. **In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes 2000.

\_\_\_\_\_. Os liberais também fazem planejamento urbano? **In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes 2000.

VIVEROS, Mara. **La sexualización de la raza y la racialización del sexo en el contexto latinoamericano actual**. In Gloria Careaga (org.) *La sexualidad frente a la sociedad*. México, D.F., 2008.

VILLAGRÁN, Paula Soto. **Sobre genero y espacio: una aproximación teórica**. [http://bvirtual.ucol.mx/descargables/853\\_sobre\\_genero\\_y\\_espacio.pdf](http://bvirtual.ucol.mx/descargables/853_sobre_genero_y_espacio.pdf) Ultimo acesso: 01/03/2015

WALKOWITZ, Judith. “Male vice and female virtue: Feminism and the politics of prostitution in nineteenth-century Britain”. In: **Powers of Desire: The politics of sexuality** (Ed. Ann Snitow, Christine Stansell e Sharon Thompson. New York, Monthly Review Press, s/d, p. 419-438.

WILSON, Elisabeth. “The Invisible Flaneur”. In: **The Contradictions of Culture: cities, culture, women**. London: SAGE Publications, 2001.

YOUNG, Iris. **O ideal da Imparcialidade e o público cívico**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012.

### **Documentos Oficiais**

PREFEITURA DE NITERÓI. Mensagem Executiva n. 21/2013/2013, do dia 27 de agosto de 2013, para apresentação do Projeto de Lei n. 193/2013 à Câmara Municipal.

\_\_\_\_\_. Anexo II da Lei 193/ 2013. Relatório de Impacto de Vizinhança, 2013.

\_\_\_\_\_. Lei que autoriza a criação da Companhia de Desenvolvimento Urbano. (NIT-URB) e dá outras providências. Julho, 2013.

### **Sítios Eletrônicos**

Lei n. 3061/2013 (Aprovação da OUC Niterói). Publicada em: [http://www.ofluminense.com.br/sites/default/files/04\\_11.pdf](http://www.ofluminense.com.br/sites/default/files/04_11.pdf) Ultimo acesso: 15/04/2014

<http://desacato.info/leituras/angela-davis-fala-em-defesa-dos-movimentos-de-trabalhadoras-sexuais/> Ultimo acesso: 24/02/2015

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1012829](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829) Ultimo acesso: 05/02/2015

<http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100050248/juiz-acusa-promotor-de-cruzada-contra-prostitutas> Ultimo acesso: 06/02/2015.

<http://blog-sem-juizo.blogspot.co.uk/2012/09/casa-de-prostituicao.html> Ultimo acesso: 06/02/2015

<http://abiaids.org.br/?p=26104&lang=en> Último acesso: 07/02/2015

<http://www.clam.org.br/noticias-clam/conteudo.asp?cod=9890> último acesso: 11/02/2015

<http://www.redtrasex.org/> Último acesso: 24/02/2015

<http://ggemis.blogspot.com.br/2014/10/beatriz-preciado-esquerda-e-tao.html>  
Último acesso: 18/12/2014.

<http://www.mbc.org.br> Último acesso em: 16/01/2015.

<http://www.redeprostitutas.org.br/index.swf> Último acesso: 26/01/2015.

<http://www.youtube.com/watch?v=NMOEAIxIQ> Último acesso: 30/10/2014

<https://www.youtube.com/watch?v=CvKkGPiXv0o> Último acesso: 24/02/2015

### **Reportagens**

[http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1953:prefeito-de-niteroi-sanciona-lei-que-institui-a-operacao-urbana-consorciada-para-revitalizacao-do-centro-da-cidade](http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1953:prefeito-de-niteroi-sanciona-lei-que-institui-a-operacao-urbana-consorciada-para-revitalizacao-do-centro-da-cidade) Último acesso: 15/04/2014

[http://www.ofluminense.com.br/sites/default/files/14\\_14.pdf](http://www.ofluminense.com.br/sites/default/files/14_14.pdf) Último acesso: 14/11/2014

<http://camaraniteroi.rj.gov.br/2014/05/28/aprovada-mensagem-aumentando-numero-de-cepacs-para-o-centro/> Último acesso: 11/11/2014

<http://enecos.com.br/ocupacao-da-camara-de-niteroi/> Último acesso: 30/10/2014

<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/revitalizacao-do-centro-de-niteroi-entra-na-mira-do-ministerio-publico-8873440> Último acesso em: 15/04/2014

<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/justica-extingue-processo-do-ministerio-publico-contr-ouc> Último acesso: 12/11/2014

<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/audiencia-publica-vai-discutir-novo-plano-diretor-para-cidade-14432072> Último acesso: 11/11/2014

<http://www.ofluminense.com.br/editorias/habitacao/centro-expande-e-esta-cada-vez-mais-valorizado> Último acesso: 12/11/2014

<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/centro-mais-perto-da-revitalizacao> Último acesso: 14/11/2014

<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/revitalizacao-do-centro-de-niteroi-pode-ficar-sem-terrenos-11887093> Último acesso: 14/11/2014

<http://www.soniarabello.com.br/prefeito-quer-um-cheque-em-branco-operacao-urbana-em-niteroi/> Último acesso: 15/04/2014

<http://www.soniarabello.com.br/operacao-urbana-de-niteroi-um-negocio-de-venda-do-patrimonio-urbanistico-da-cidade/> Último acesso: 15/04/2014

<http://www.soniarabello.com.br/operacoes-urbanas-consorciadas-o-que-e-isso/> Último acesso: 15/04/2014

<http://www.niteroiquequeremos.com.br/> Último acesso: 15/04/2014

<http://oglobo.globo.com/rio/grupo-de-prostitutas-realiza-manifestacao-no-centro-de-niteroi-12071408> Último acesso: 20/10/2014

<http://odia.ig.com.br/odia24horas/2014-04-02/prostitutas-param-o-transito-por-uma-hora-na-avenida-amaral-peixoto-em-niteroi.htm> Último acesso: 20/10/2014

<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/prostitutas-realizam-manifestacao-no-centro-de-niteroi> Último acesso: 20/10/2014

<http://oglobo.globo.com/rio/grupo-de-prostitutas-realiza-manifestacao-no-centro-de-niteroi-12071408> Último acesso: 20/10/2014

<http://jornal.ofluminense.com.br/editorias/policia/sexo-custava-de-r-40-r-80> Último acesso: 15/04/2014

<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/casa-de-prostituicao-fechada-no-centro-de-niteroi-7637933> Último acesso: 15/04/2014

<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/prostitutas-fazem-novo-protesto-no-centro-de-niteroi> Último acesso: 20/10/2014

<http://www.jornalosaogoncalo.com.br/site/geral/2014/4/19/60433/prostitutas+fazem+novo+protesto+em+niter%C3%B3i> Último acesso: 20/10/2014

<http://www.soumaisniteroi.com.br/noticias/39-cidade/62606-prostitutas-fazem-novo-protesto-no-centro-de-niteroi.html> Último acesso: 20/10/2014

<http://www.cidadedeitaborai.com.br/9-noticias-da-cidade-de-itabora%C3%AD/3590-prostitutas-fazem-novo-protesto.html> Último acesso: 20/10/2014

<http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=3249> Último acesso: 24/10/2014

<http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=3200> Último acesso: 20/10/2014

<http://jeanwyllys.com.br/wp/jean-wyllys-participa-do-puta-dei-e-apura-violencia-contra-as-profissionais-do-sexo-em-niteroi-rj> Último acesso: 21/05/2014

<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=925&num=1> Último acesso: 19/02/2015

[http://www.vice.com/pt\\_br/read/esta-prostituta-foi-roubada-estuprada-e-despejada-por-policiais-em-niteroi](http://www.vice.com/pt_br/read/esta-prostituta-foi-roubada-estuprada-e-despejada-por-policiais-em-niteroi) Último acesso: 23/10/2014

<http://global.org.br/arquivo/noticias/ajude-isabel-prostituta-ameacada-por-denunciar-crimes-da-policia-do-rio/> Último acesso: 24/10/2014

<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/07/anistia-internacional-lanca-acao-em-defesa-de-prostitutas-agredidas-no-rio> Último acesso: 24/10/2014

<https://anistia.org.br/entre-em-acao/carta/acao-urgente-profissionais-sexo-despejadas-e-agredidas-pela-policia-civil-rio-de-janeiro/> Último acesso: 24/10/2014

<http://global.org.br/arquivo/noticias/ajude-isabel-prostituta-ameacada-por-denunciar-crimes-da-policia-do-rio/> Último acesso: 24/10/2014

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/08/predio-no-rj-controlado-por-milicia-tinha-ponto-de-prostituicao-e-violencia.html> Último acesso: 19/02/2015

<http://portal.aprendiz.uol.com.br/arquivo/2014/04/15/rolnik-megaeventos-trazem-estado-de-excecao-as-cidades-brasileiras/> Último acesso: 14/11/2014

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/36236-comissao-do-senado-propoe-legalizar-casa-de-prostituicao.shtml> Último acesso: 05/02/2015

<http://radioglobo.globo.com/manha-da-globo-rj/2014/04/03/PROSTITUTAS-DE-NITEROI-PROMETEM-PROTESTO-USANDO-APENAS-BIQUINI.htm> Essa afirmação está contida na fala de Bruna. Último acesso: 15/04/2014

## 7 Anexos

### 7.1 Roteiro de Entrevistas:

<b>PERFIL</b>	Nome (definido pela entrevistada):
	Idade: Menor de 18 anos ( ); 18 -21 anos ( ); 22-30 anos ( ); 31-40 anos; 40-50 anos( ); mais de 60 anos ( )
	Estado Civil: Solteira ( ); Casada ( ); União estável ( ); Viúva ( ); Outros ( )_____.
	Filhos: (quantos e idade)
	Naturalidade:
	Com quem mora:
	Exerce outra atividade remunerada? Qual?
	Renda Mensal aproximada:
<b>TRABALHO E MORADIA</b>	Há quanto tempo atua?
	Há quanto tempo atua(ou) no edifício da caixa?
	O que este lugar traz de interessante para você?
	O espaço também é local de sua moradia?
	Já alugou outro espaço antes (moradia ou trabalho)? Que facilidades/dificuldades encontrou?
	Sabe que há uma operação urbana consorciada em curso? “Requalificação urbana”? Participou ou teve acesso a algum projeto urbanístico?
<b>VIOLÊNCIA</b>	Já foi discriminada pela profissão que exerce? (bairro, vizinho, transporte, escola, hospital, etc).
	Como reagiu? Procurou ajuda de alguém?
	Já se sentiu discriminada ou sofreu algum tipo de violência por parte do Poder Público? (Prefeitura, Polícia, Juiz, Promotor, etc.). O que motivou?
	Como reagiu? Procurou ajuda de alguém?
	Buscou auxílio na Defensoria Pública, Assistência Social ou outro órgão público?
	Alguma organização, ONG, movimento social ou partido político auxiliou?
<b>DIREITOS</b>	O que acha da situação legal da prostituta hoje?
	Conhece o projeto de lei Gabriela Leite para legalização das casas de prostituição? O que acha?
	As trabalhadoras sexuais precisam de mais direitos? Quais?
<b>MANIFESTAÇÕES</b>	Você já participou de alguma manifestação?
	Qual ou quais?
	O que te motivou a participar?
	Você percebeu alguma repercussão?

## 7.2

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Entrevista de pesquisa colaborativa para dissertação de Mestrado realizada no programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Entrevistas com trabalhadoras sexuais ocupantes do imóvel à Avenida Ernani Amaral Peixoto, n. 327, no centro de Niterói, conhecido como “Prédio da Caixa”.

#### Objetivo do estudo

O objetivo deste estudo é apreender a condição das mulheres na cidade a partir da perspectiva da experiência vivida pelas trabalhadoras sexuais que moram ou moravam no imóvel do “Prédio da Caixa”, entendendo que ali há um ponto de tensão entre o discurso oficial da Prefeitura de Niterói sobre uma dita renovação urbana “inclusiva e pluralista” e a falta de incentivo à permanência delas no imóvel.

#### Alternativa para participação no estudo

Você tem o direito de não participar nesta pesquisa. A informação coletada será utilizada somente para pesquisa.

#### Procedimento do estudo

Você será entrevistada/o por aproximadamente 30 (trinta) minutos através de algumas perguntas elaboradas para a pesquisa. Algumas podem tocar questões pessoais, e você pode expor seu desconforto ou eventualmente não responder. As perguntas foram selecionadas para os fins da pesquisa e não deverão ser utilizadas em outra ocasião. Resguarda-se também o direito ao sigilo através da concessão de um nome fictício.

#### Riscos

Um possível risco seria a perda de confidencialidade. Contudo, medidas contra isto serão tomadas para que não ocorra. As perguntas foram elaboradas no sentido de apreender as dimensões sociais vividas no exercício da prostituição. Será possível que isto lhe incomode e lhe cause cansaço. Contudo, você poderá decidir não responder questões que lhe causem estes efeitos e, também, parar a entrevista a qualquer momento.

### Benefícios

As informações coletadas são apenas para a pesquisa e não trazem benefícios diretos para você.

### Normas da pesquisa e direitos dos participantes

Sua participação é voluntária e você pode desistir de participar em qualquer momento da pesquisa sem que isso prejudique sua relação com a instituição à qual está afiliada.

Sua participação é confidencial. Sua identidade NÃO será revelada em nenhuma hipótese, e as leis regulando tais procedimentos serão seguidas quando os resultados do estudo forem publicados. A informação obtida neste estudo será usada somente para propósitos da pesquisa. Toda a informação será codificada e seu nome não estará conectado com suas respostas. Registros, fitas, imagens e áudios e todos os outros materiais relevantes serão mantidos trancados nos arquivos e disponíveis a mais ninguém a não ser a entrevistadora envolvida na análise dos dados coletados.

### Confidencialidade

Nenhuma publicação, partindo desta pesquisa, revelará os nomes de quaisquer participantes da mesma. Informações armazenadas nos computadores ou transmitidas eletronicamente não serão relacionadas com nomes pessoais e, serão protegidas através de uma série de passos que limitam o acesso, incluindo palavras-chave e acesso supervisionado.

### Dúvidas e reclamações

A pesquisadora está disponível para responder a quaisquer dúvidas que as (os) participantes possam ter. Caso seja necessário, você pode entrar em contato com Ana Carolina Brito Brandão pelo telefone (21) 985377026 ou pelo endereço eletrônico [anacarolina.bbrandao@gmail.com](mailto:anacarolina.bbrandao@gmail.com).

Eu li e entendi o texto acima da forma como me foi descrito pela entrevistadora. Com a minha assinatura, autorizo minha participação no estudo descrito acima.

Assinatura da (o) entrevistada (o).

Nome da (o) entrevistada (o): \_\_\_\_\_,  
RJ, \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 200\_\_\_\_.

Em minha opinião, a (o) entrevistada (o) compreendeu suas alternativas, incluindo não participar da pesquisa, e deu livre consentimento em participar neste estudo.

Assinatura do (a) entrevistador (a)  
Nome da entrevistadora: \_\_\_\_\_, RJ,  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/200\_\_\_\_.

Este formulário está apresentado em duas vias de igual teor. Uma destas cópias, devidamente assinada, é para sua referência e documentação.

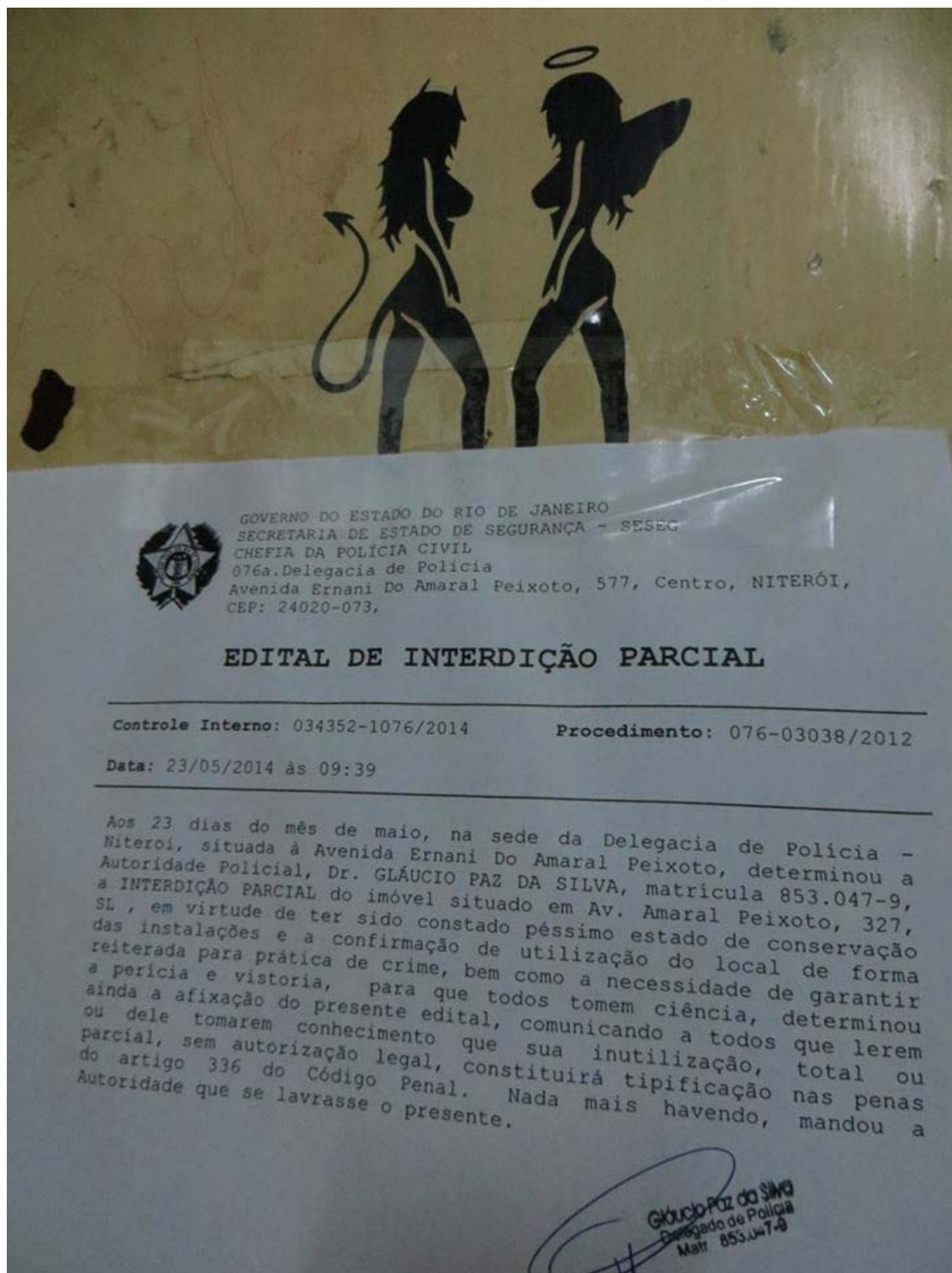
### **7. 3**

#### **Fotos Do Prédio Da Caixa**

#### **Edital de Interdição Parcial do Prédio**

Foto: Laura Rebecca Murray e Lourinelson Vladmir

[https://www.facebook.com/daspu.real/media\\_set?set=a.1518065341754550.1073741833.100006532951351&type=3](https://www.facebook.com/daspu.real/media_set?set=a.1518065341754550.1073741833.100006532951351&type=3) Ultimo acesso: 01/03/2015



**Primeira imagem: Cartaz colado no Prédio no dia 24/03/2014**

**Demais imagens: Manifestação do dia 16/04/2014**

[https://www.facebook.com/daspu.real/media\\_set?set=a.1518423451718739.1073741835.100006532951351&type=3](https://www.facebook.com/daspu.real/media_set?set=a.1518423451718739.1073741835.100006532951351&type=3)



**Puta Dei em Niterói – Dia 31/05/2014**

Foto: Laura Murray

[https://www.facebook.com/daspu.real/media\\_set?set=a.1521843334710084.1073741837.100006532951351&type=3](https://www.facebook.com/daspu.real/media_set?set=a.1521843334710084.1073741837.100006532951351&type=3)



**Puta Dei em Niterói – Dia 31/05/2014**

Fonte: Arquivo Pessoal



### Porta quebrada no dia 23/05/2014

Foto: Laura Rebecca Murray e Lourinelson Vladimir

[https://www.facebook.com/daspu.real/media\\_set?set=a.1518065341754550.1073741833.100006532951351&type=3](https://www.facebook.com/daspu.real/media_set?set=a.1518065341754550.1073741833.100006532951351&type=3) Ultimo acesso: 01/03/2015

